



UNIVERSIDADE DE UBERABA – UNIUBE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCOS MELO DE OLIVEIRA

**PROFESSORES PRISIONAIS: O QUE SABER ANTES DE COMEÇAR A
DOCÊNCIA NA PRISÃO**

UBERLÂNDIA
2018



UNIVERSIDADE DE UBERABA – UNIUBE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCOS MELO DE OLIVEIRA

**PROFESSORES PRISIONAIS: O QUE SABER ANTES DE COMEÇAR A
DOCÊNCIA NA PRISÃO**

Dissertação/Produto apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba (UNIUBE), como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho.

Linha de Pesquisa: Educação Básica – Fundamentos e Planejamento.

Área de Concentração: Educação

UBERLÂNDIA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Marcos Melo de.

197p. Professores prisionais: o que saber antes de começar a docência na prisão. Marcos Melo de Oliveira – Uberlândia (MG), 2018.

197f.; iL.

Dissertação / Produto (Mestrado profissional em educação) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação:

Formação Docente para a Educação Básica. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho.

1.Educação 2.Professores Prisionais 3.Privados de Liberdade
4.Caderno de Orientações

Marcos Melo de Oliveira

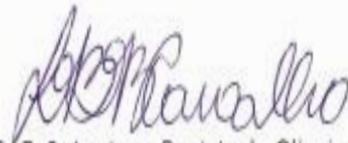
Marcos Melo de Oliveira

Professores Prisionais: O que Saber Antes de Começar a Docência na Prisão.

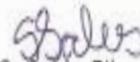
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 13/11/18

BANCA EXAMINADORA



Profª, Drª, Luciana Beatriz de Oliveira
Bar de Carvalho (Orientadora)
Universidade de Uberaba- UNIUBE



Profª, Drª, Suze da Silva Sales
Universidade Federal do Tocantins - UFT



Profª, Drª, Sandra Gonçalves Vilas
Bôas Campos Universidade de Uberaba
UNIUBE

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Em primeiro lugar a Deus, que me deu o dom da vida.

Aos meus pais, Antônio Raimundo de Oliveira e Rita Emília de Melo Oliveira. Presto especial reverência a minha mãe que apesar das dificuldades me ajudou e me ajuda em tudo que preciso.

Às minhas irmãs, sobrinhos e cunhados.

A minha eterna orientadora e querida professora, Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, coordenadora do programa. Pessoa que antes de tudo me tratou como um aluno e uma pessoa igual aos outros colegas, e me mostrou que antes de alunos, todos são pessoas, cada uma com sua história, com suas experiências e por isso devem ser respeitadas.

À professora Sandra Gonçalves Vilas Bôas Campos, que com suas aulas/orientações exigiu de mim esforço, dedicação e superação, sem deixar de lado sua didática humana, de cuidado e companheirismo para a construção desta pesquisa.

Ao professor Osvaldo Freitas de Jesus, que pelo seu comportamento e humildade, me ensina mesmo quando não fala.

Aos demais docentes do programa pela dedicação nas aulas, às contribuições no seminário e na resolução de dúvidas durante minha trajetória no mestrado.

Aos demais funcionários da UNIUBE, em especial, Maiko, Jaqueline, Juliana e Rosa Bettio que, como secretários do programa, me ajudaram com tudo que lhes foi demandado.

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida na linha de pesquisa Educação Básica: fundamentos e planejamento do Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica, Mestrado Profissional da Universidade de Uberaba tendo como objeto de pesquisa, o professor que atua na educação prisional. O lócus da pesquisa foi na Escola Estadual Mário Quintana, localizada dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza social e humana. Partindo internacionalmente da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, passando internamente pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, todos têm direito a educação. Dentro desse contexto, a partir das reflexões propostas por Foucault (1987) acerca da prisão e dos ensinamentos de Paulo Freire (2016) sobre educação e de Carlos Marcelo García (1999) em relação à formação inicial de professores, o objetivo geral desta pesquisa é compreender quais as particularidades da educação que acontece dentro do cárcere e criar um caderno de orientações para os professores que irão atuar na Penitenciária e outros estabelecimentos prisionais. Estudei o que determina a legislação sobre a educação para os privados de liberdade; conheci e compreendi quem são e o que pensam os professores prisionais da Escola Estadual Mário Quintana; como também questionei e estudei o posicionamento da Diretora da Escola sobre a educação na prisão, especificamente como ocorre à formação dos professores prisionais e as particularidades do cargo e tracei o perfil dos privados de liberdade matriculados na Escola. Esta pesquisa é social por dar voz aos professores prisionais para que opinem sobre a educação prisional e por consequência na educação em sentido amplo, contribuindo para construir um caderno de orientações aos mesmos. Humana, pois trabalhará indiretamente com uma parcela da sociedade, os presos, sobre os quais temos poucas pesquisas referentes à educação que lhes é oferecida. A análise dos dados mostrou que a maioria dos professores prisionais são jovens e tem pouca experiência na prisão, que estes carecem de reconhecimento profissional e formação específica para trabalhar com a educação de pessoas presas; que os alunos presos respeitam mais, tem mais atenção pelo aprendizado e são mais disciplinados do que o aluno convencional. Estes resultados subsidiaram a confecção de um caderno de orientações para auxiliar a docência no sistema prisional.

Palavras-Chave: Educação. Professores Prisionais. Privados de Liberdade. Caderno de Orientações.

ABSTRACT

This research was developed in the research line basic education: fundamentals and Planning as a requirement of the Master Program in Professional Education in the University of Uberaba, having as an object of research, the teacher who works in Prison Education. The locus of the research was the Mário Quintana State School, located within the Penitentiary Professor João Pimenta da Veiga in Uberlândia. This is a social research with a qualitative approach. Starting from the Universal Declaration of Human Rights of 1948, going internally through the Federal Constitution of 1988 and the Law of Education Guidelines and Bases of 1996, everyone is entitled to education. Within this context, based on the reflections, proposed by Foucault (1987) about prison and the teachings of Paulo Freire (2016) on education and Carlos Marcelo García (1999), in relation to the initial formation of teachers, the general objective of this research is to understand the particularities of education that takes place within prison and to produce a booklet of guidelines for the teachers who may work in a penitentiary and other prisons. I studied what determines the legislation on education for the deprived of liberty; I met and understood who they are and what the prison teachers think of the Mário Quintana State School. I also questioned and studied the positioning of the school director of education in prison, specifically as it occurs in the formation of prison teachers and the particularities of the position. I also traced the profile of the deprived of freedom enrolled in the school. This research is social, for giving voice to prison teachers who pick out prison education and consequently education in a broad sense, contributing to the production a booklet of orientations to them. Human, because it will work indirectly with a portion of society, prisoners, about which we have few researches, regarding the education offered to them. Data analysis showed that the majority of prison teachers are young and have little experience in imprisonment, that they lack professional recognition and specific training to work with the education of imprisoned people; that the imprisoned students present more respect, that they are more attentive, when learning and are more disciplined than the conventional student. These results subsidize the preparation of a booklet of guidelines to back up the teaching in the prison system.

Key-words: Education. Prison teachers. The deprived of liberty. Guidance booklet.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DST'S	Doenças Sexualmente Transmissíveis
CTC	Comissão Técnica de Classificação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GIR	Grupo de Intervenção Rápida
INFOPEN	Informações Penitenciárias
IST'S	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LEP	Lei de Execução Penal
MG	Minas Gerais
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SIGPRI	Sistema de Gestão Prisional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016	24
Figura 2 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil	24
Figura 3 – Aula sendo ministrada aos privados de liberdade nas Escola Estadual Mário Quintana	29
Figura 4 - Plano Curricular – Curso Presencial – Educação de Jovens e Adultos. Anos Iniciais	48
Figura 5 - Plano Curricular – Curso Presencial – Educação de Jovens e Adultos. Anos Finais	50
Figura 6 - Plano Curricular – Curso Presencial – Educação de Jovens e Adultos. Ensino Médio	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade matriculadas na escola e o percentual em relação ao total da população carcerária da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga	64
Quadro 2 - Quantidade de homens e mulheres privados de liberdade que estudam na Escola Estadual Mário Quintana e o percentual em relação ao total de matriculados	65
Quadro 3 - Raça, cor ou etnia dos privados de liberdade matriculados na Escola Estadual Mário Quintana	66
Quadro 4 - Divisão por faixa etária dos estudantes da Escola Estadual Mário Quintana e seu percentual em relação ao total de matriculados	67
Quadro 5 - Quantidade de privados de liberdade nascidos no estado de Minas Gerais e em outros estados da federação e seu percentual em relação ao total de privados de liberdade estudando	68
Quadro 6 - Quantidade de homens e mulheres privados de liberdade que estudam e declararam o nome do pai e da mãe e aqueles que declararam apenas o nome da mãe quando admitidos na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e o percentual em relação ao todo	69
Quadro 7 - Número e porcentagem de professores do sexo masculino e feminino que responderam ao questionário proposto	74
Quadro 8 - Faixa Etária dos Professores e a respectiva porcentagem em relação ao todo	75
Quadro 9 - Há quanto tempo é professor e sua porcentagem em relação ao todo	75
Quadro 10 - Representação da experiência dos professores dentro da prisão e a porcentagem em relação ao total de professores que responderam a pesquisa	76
Quadro 11 - Nível de formação dos professores e seu percentual em relação ao total de professores	76
Quadro 12 - Diferenças entre a educação do meio aberto (convencional) da educação prisional	80
Quadro 13 - Preferências e opiniões dos professores sobre educação	83

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	11
2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	33
2.1 – A educação prisional garantida pelas leis brasileiras	33
2.2 – O estado da arte sobre a educação prisional em Uberlândia no período de outubro de 2003 até 2017	37
2.3 – As diretrizes traçadas pelo projeto político pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana	44
3 – CAMINHOS METODOLÓGICOS	53
3.1 – Caracterização da Pesquisa	53
3.2 – Como aconteceu o processo de investigação	56
4 – RESULTADOS	63
4.1 – Quem são os alunos privados de liberdade na Escola Estadual Mário Quintana	63
4.2 – Reflexões sobre a educação na Escola Estadual Mário Quintana	70
4.2.1 – O olhar da diretora	70
4.2.2 – O perfil e o olhar dos professores	73
5 - O PRODUTO	87
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
Referências	94
Apêndices	97
Anexos	174

1 INTRODUÇÃO

Sou Marcos Melo de Oliveira; nas minhas contas fui concebido em junho ou julho de 1978 e vim adquirir personalidade ao nascer com vida em 06 de Março de 1979 em Itaquera, bairro da capital paulista. Importante mencionar Deus, que sempre esteve e está presente em minha vida, e eu o agradeço por chegar até aqui. Pelos relatos de minha mãe, Rita Emília de Melo Oliveira, minha gestação foi difícil, mas ela trabalhou até poucas horas antes do parto.

Minhas lembranças pretéritas são mínimas em relação a meus primeiros anos de vida. Lembro vagamente do meu primeiro dia na creche, momento difícil, eu estava nervoso para não dizer bravo por ter ficado no meio de pessoas que nunca tinha visto. Já adulto apreendi que o primeiro dia em meio a outras crianças acontece e é necessário na vida de qualquer criança. Nesses mesmos anos, recordo que minhas irmãs, Rosângela Rita de Oliveira e Rosimeire de Oliveira cuidaram de mim enquanto meus pais trabalhavam.

Já com 05 anos de vida, meus pais decidiram sair de São Paulo com destino a Uberlândia. Fixamos residência nos fundos da casa de minha tia, Maria Cícera Félix, na Rua Capela no Bairro Jardim Brasília e fui matriculado em uma creche no mesmo bairro, localizada na Rua Netuno, creche essa que já não existe. Já com 06 (seis) anos iniciei minha vida escolar no então denominado prézinho ou pré-escola, na Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, também conhecida como “Toninho”. Fiquei nesta escola até terminar o segundo grau, ou seja, dos meus seis aos 18 anos de idade.

No espaço escolar, com o passar dos anos veio à primeira lembrança ruim, momento que marcou minha vida, que mudou minha concepção enquanto estudante. Com 09 (nove) anos, quando eu cursava a terceira série, meu cunhado foi até a escola buscar minhas notas finais e após participar da reunião de entrega das notas, ele me olhou, com meu boletim de notas nas mãos e desferiu: “você foi reprovado, que vergonha...”! Essas palavras não saem da minha cabeça, senti vergonha, muita, não sabia como conduzir aquela situação, sinto vergonha até hoje. Um ditado popular diz que “aprendemos mais com as derrotas, do que com as vitórias”, para mim foi e é assim. Depois, já em casa, não lembro os comentários da minha mãe e irmãs. Atrasei em um ano minha vida escolar, mas amadureci muito mais do que um ano com aquela

reprovação. Acredito que nessa época comecei a gostar muito de televisão, de desenhos e filmes principalmente. Recordo que houve uma ocasião que estava com muita vontade de assistir ao filme do Super-Homem que seria transmitido pela TV à tarde, iria até faltar de aula para assistir, mas meu pai tratou de me despachar para a escola.

A partir deste momento ruim transformei-me em um aluno mais atento, mais consciente do que precisava fazer para não passar por aquilo de novo. Dentro de casa, minha mãe sempre disse: “não deixe de estudar, sem estudo você não será nada”. Fui assimilando essa frase dia a dia, pensando sempre na transformação que o estudo poderia fazer em minha vida.

Repeti a terceira série sem problemas, assim também como as séries seguintes até completar o chamado 1º grau (1ª a 8ª séries). Com 12, 13 anos conciliava a vida de estudante com a de vendedor de picolés, por um tempo também vendi salgados (coxinha, pastel). Aqui é importante citar o nascimento de meu sobrinho Schubert Yan Rosa. Isso mesmo, não é apelido, é nome, Schubert. Foi o que o pai dele, quando foi registrá-lo escolheu sem conversar com minha irmã, uma vez que o nome acertado por ambos seria Washington. Enfim, para nós familiares, Yan. Para mim, um filho. Voltando para a educação pude realizar um curso de datilografia no SENAI do bairro Roosevelt e em seguida alguns cursos de informática. No final de 1994 recebi o diploma de conclusão do primeiro grau. Não pude participar da festa por questões financeiras, mas o que importava estava em minhas mãos, que era o diploma. Fiquei feliz, na minha escala de valores, era a primeira grande conquista. Entre o final do ano letivo de 1994 e o início do ano letivo de 1995 trabalhei capinando uma chácara no bairro Roosevelt para comprar meus materiais de escola. Capinar é um trabalho duríssimo, mas sobrevivi. Passava ano, começava ano e eu me apaixonava mais e mais por desenhos e filmes, por enquanto apenas na televisão aberta.

Ainda em 1995 iniciei o primeiro colegial, primeiro ano do antigo 2º grau, hoje ensino médio, ao terminá-lo vieram vários problemas pessoais, incluindo o divórcio de meus pais. A partir desse momento tinha que trabalhar formalmente para ajudar em casa. Meu pai mudou-se para Cuiabá - MT. Minha mãe me arrumou trabalho e a partir de então comecei a trabalhar durante o dia e a estudar à noite. Trabalhava como auxiliar de escritório de terça-feira á domingo e folgava às segundas-feiras. Essa vida perdurou de janeiro de 1996 a agosto de 1997. Em 08 de novembro de 1996 recebi um telefonema no meu trabalho e a pessoa disse que meu pai, Antônio Raimundo de Oliveira, com 51

anos de idade, faleceu após um infarto fulminante enquanto dormia. Uma tristeza enorme. Com dezesseis anos de idade perdi meu pai e tive que arrumar forças para ir até Cuiabá para reconhecer o corpo e organizar seu enterro. Ele não tinha mais ninguém e minha mãe e irmãs não quiseram ir até aquela cidade. Trazer o corpo era financeiramente impossível para nós. A bebida alcoólica separou meus pais, dividiu minha família e matou meu pai. A vida segue, as lembranças ficam.

No mesmo mês de agosto de 1997 sai deste trabalho para laborar em um curtume, de segunda-feira a sábado, das 06h às 14h e 20min. Este ano marcou minha primeira ida ao cinema, fui ao antigo cine Bristol, no centro de Uberlândia, o filme que assisti foi Titanic. No final de 1997 terminei o antigo 2º grau, mais uma vitória, dessa vez, como já trabalhava, pude pegar o diploma e ir à festa. Antes que eu esqueça, algumas matérias sempre chamaram minha atenção na escola, eram a educação física e a matemática. Sempre fiz todas as aulas de educação física, disputei todos os campeonatos internos e municipais de futebol de salão e handebol. Tive alguma importância no handebol, ganhamos inclusive destaque municipal na conquista de alguns campeonatos enfrentando times e rivalizando com escolas particulares como Nacional e C.O.C.

Em 1998 matriculei-me em um cursinho pré-vestibular à noite, ia e voltava de bicicleta. Como apreciador da área de exatas prestei meu primeiro vestibular na Universidade Federal de Uberlândia para Física, como surpresa, fui aprovado na primeira fase, porém não passei pela segunda fase. Já no meio do ano, como não tinha vestibular para Física tentei para Matemática em companhia de meu colega Cléber. Falando nele, eu, ele (Cléber) e meu primo, que se chama Maxuel, tínhamos um grupo de estudos aos finais de semana visando os vestibulares. Na mesma época, influenciado por outro amigo (Noé Júnior), me inscrevi no vestibular do CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão - GO, para Direito. Passado alguns dias fiquei surpreso, fui aprovado em ambos os vestibulares, ou seja, em Direito no CESUC e em Matemática na UFU. Feliz, me desloquei até o curso pré-vestibular para festejar. Tive os cabelos raspados, me jogaram farinha de trigo, ovos, mas foi muito bom.

Passado a euforia, era hora de decidir, Matemática ou Direito. Meu amigo Cléber não teve dúvidas, matriculou-se na UFU e hoje é um excelente professor de Matemática. Sem muita orientação familiar, pois fui o primeiro da minha família a adquirir a possibilidade de frequentar um curso superior, optei pelo Direito, em especial

pela perspectiva de que várias portas se abririam no futuro. Optar pelo Direito significava que eu teria que ir e voltar todos os dias da semana para Catalão - GO. Na época havia um ônibus alugado pelos alunos de uma empresa de transportes de Uberlândia que saía de um local próximo à rodoviária por volta das 17 horas, percorria o centro da cidade para pegar todos os alunos e chegava ao CESUC em torno das 19 horas. Para retornar saíamos às 22h e 30min, 22h e 40min para chegarmos a Uberlândia às 0h e 15min, 0h e 30 min. Eu era o primeiro a pegar o ônibus e o último a descer. Descia perto da rodoviária e caminhava aproximadamente 25 minutos até chegar a minha casa por volta da 1 hora, 1 hora e 30 minutos, em seguida eu jantava, dormia e começava a trabalhar às 6 horas. Essa rotina perdurou do segundo semestre de 1998 até o primeiro semestre de 2001.

Esse dois anos e meio de Uberlândia a Catalão e vice-versa foram difíceis, porém como já dito anteriormente é na dificuldade que aprendemos. Posso narrar agora da minha segunda lembrança ruim, o dia da apresentação do meu primeiro trabalho oral na graduação, para a professora e a turma. Lembro que fiz o trabalho com outros dois colegas, cada um de uma cidade diferente. Entre nós decidimos que eu apresentaria nossa pesquisa, uma vez que conhecia bem o que tínhamos construído e eu acreditei que tinha condições de transmitir nossas experiências. Partindo dessa premissa, no dia da apresentação fui até a frente dos meus colegas e na hora que recebi a autorização da professora para explanar sobre o trabalho olhei para os colegas e nada saiu, sumiram as palavras, o trabalho que eu tinha me esforçado para construir sumiu da minha mente. Mais uma vez que vergonha, eu travei. Meus colegas foram gentis e me incentivaram a falar com calma sobre nosso trabalho e assim o fiz, gaguejando, pausando e pausando, mas apresentei. Ao final da apresentação, a professora me chamou em um canto e disparou: “você não se preparou para falar aqui na frente, você não fez o trabalho”. Minha melhor resposta foi o silêncio, com certeza falhei. Inconformado e incomodado, eu precisava melhorar e trabalhar para não passar por aquilo novamente. Meus finais de semana, além de estudo eram preenchidos com descanso, esporte e filmes.

As viagens propiciaram boas amizades e muitos obstáculos foram vencidos. Obstáculos como o sono e o cansaço que a viagem ocasionava. No último semestre de CESUC fui eleito o presidente do ônibus, ou seja, o responsável pela gestão entre alunos e a empresa. No segundo semestre de 2001 conseguimos transferência para o Centro Universitário do Triângulo - UNITRI de Uberlândia, eu e vários colegas.

Eliminávamos então o obstáculo das viagens, do cansaço e do perigo das estradas. Estudaria na cidade que acolheu a mim e a minha família.

Meu início na UNITRI não foi diferente dos demais colegas transferidos. Em virtude das grades horárias divergentes, tive que fazer uma matéria em um período, outra matéria em outro e assim sucessivamente. Nessa época de UNITRI me deparei com uma realidade brasileira, o desemprego. De 2001 para 2002 perdi o emprego no curtume e mais uma vez ajudado por minha mãe consegui um trabalho como porteiro no Condomínio Varandas do Praia, na Avenida Rondon Pacheco. Em meados de 2002 o desemprego de novo me pegou e dessa vez de forma surpreendente. O Síndico me chamou e disse, “tenho que demitir um funcionário, você é o que tem mais estudo, portanto o que tem mais possibilidades lá fora”. Nunca pensei que ouviria um argumento assim, mais um aprendizado. Fui embora e agora três preocupações, ajudar em casa, pagar a faculdade e pagar minha casa recém-financiada. Minha mãe continuava com suas palavras: “Meu filho, não sei ler e nem escrever, me sinto uma cega, portanto continue seus estudos, sem eles você será igual a mim”.

Depois de um dia de choro, hora de voltar para a realidade. Conhecia uma pessoa chamada João, que trabalhava com limpeza de piscina de residências e condomínios em Uberlândia e com ele comecei a trabalhar. Além das piscinas, vendia cartões para telefone (orelhão) para complementar a renda, ganhava um pouco aqui, um pouco ali, e por mais de um ano vivi assim, limpando piscinas e vendendo cartões. Ia da minha casa para a UNITRI e voltava de bicicleta, dá uns 15 km para ir e outros 15 km para voltar. Passados 3 meses após a demissão pelo síndico, este me ligou pedindo minha volta, mas pela forma como fui demitido, decidi não retornar, apenas agradeci. Em meados do ano de 2003, no último dia de entrega de currículo, na Praça Tubal Vilela, no centro de Uberlândia, a Polícia Militar recebia currículos para contratar servidores para a inauguração da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, aqui na cidade. Dentro desse contexto, ao ser avisado por um amigo entreguei meu currículo, passei por testes e fui contratado. Em outubro de 2003 comecei a trabalhar como Agente de Segurança Penitenciário e em dezembro de 2003 quando não tinha mais economias para ajudar em casa e pagar minhas dívidas (faculdade e financiamento da casa) recebi meu primeiro salário na nova carreira.

A partir de dezembro de 2003 deixei então de limpar piscinas e vender cartões telefônicos. A necessidade de sobreviver nos faz tomar decisões. Neste período de

trabalhos informais priorizei a sobrevivência, em outras palavras fui conduzindo os estudos da forma como era possível. Já em 2004 consegui um bom ano de estudos, com remuneração formal mantive o foco nos estudos. Foi assim até terminar o curso. Terminei a graduação no final de 2004, meu trabalho de conclusão de curso relacionava-se à disciplina de Direito Constitucional, foi uma monografia com o título: “O princípio da cidadania”. Terminada a faculdade comecei a me preparar para concursos públicos, em 2005 prestei o concurso para Agente Penitenciário e em abril de 2006 como 19º colocado no estado de Minas Gerais tomei posse e entrei em exercício na mesma penitenciária que eu já estava lotado, uma benção.

Já em 2006 iniciei minha primeira pós-graduação com ensino presencial aqui em Uberlândia, por meio de um convênio entre a Faculdade Católica de Uberlândia e o Centro Jurídico Dominis e em 2007 obtive o certificado de Especialização em Direito Público e Filosofia do Direito. Minha monografia apresentada foi: “A decadência da pena de prisão”. No final de 2007 surgiu uma oportunidade na minha carreira, ser Diretor de Segurança da Penitenciária de Patrocínio, localizada a mais ou menos 150 km de Uberlândia. Convidado pelo Diretor-Geral, Major Saulo Dumont, aceitei o desafio e me mudei para aquela cidade. Lá permaneci até 2010. Enquanto estive em Patrocínio me ocupei com o trabalho, os estudos acabaram ficando em segundo plano. Tive algumas oportunidades de melhorar um pouco mais na carreira, mas era para muito longe, e por problemas familiares precisava retornar a Uberlândia. Desse modo solicitei ao referido militar minha exoneração para voltar, ele insistiu muito para que eu permanecesse, mas a vida é de escolhas, nas minhas prioridades, minha família está em primeiro lugar. Retornei então para a Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e logo voltei para o caminho dos concursos. Fui aprovado em dois concursos dos correios e um da prefeitura local, mas não fui nomeado em nenhum dos três.

Concomitantemente aos concursos também estava estudando para ser aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil ou OAB. Eu me matriculei em um cursinho e estudei oito meses para passar na prova. Então no concurso 2010.3 da OAB fui aprovado. Essas provas ocorreram em 2011 e a minha escolha para a segunda fase (prova discursiva) foi na disciplina de Direito Administrativo. Ser aprovado no exame da OAB foi muito bom, na minha escala de importância, excepcional. Essa aprovação fez com que uma pergunta fosse eliminada da minha vida, nunca mais me perguntaram se eu tinha sido aprovado na OAB. Com a aprovação consegui o certificado, porém

minha profissão é incompatível com o exercício da advocacia. Partindo do conhecimento popular de que mais vale um pássaro na mão do que dois voando, em virtude da estabilidade continuei no sistema prisional. Caso eu decida advogar preciso pedir exoneração do cargo de Agente Penitenciário ou me aposentar e em seguida apresentar os documentos necessários para solicitar e pegar a carteira de Advogado.

Para conciliar com os concursos me matriculei em duas pós-graduações simultâneas, uma em Direito Constitucional e outra em Direito Administrativo. Iniciei ambas em meados de 2012 na Universidade Anhanguera-UNIDERP terminando-as em 2013. A conclusão de pós-graduação Lato Sensu em Direito Constitucional ocorreu após eu defender o artigo com o título: “A Inconstitucionalidade da Súmula Vinculante nº 5”. Já a conclusão do curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Administrativo se deu após a defesa do artigo com o título: “A Contrariedade entre o artigo 6º da Lei 12.462 e o Princípio da Publicidade.” Ainda no ano de 2012 comecei a ministrar cursos de qualificação para meus pares, em especial disciplinas relacionadas a Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direito Administrativo. Eu me preparei muito, foram horas e horas de planejamento. Além dos agentes penitenciários dei aula para advogados, auxiliares administrativos, enfermeiros, etc. Dessas aulas, por indicação de alunos comecei a dar aulas no Curso para Concursos B.M.W. em Uberlândia e lá estou até hoje. Ministro aulas relacionadas a Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direitos Humanos, Direito Penal e Legislação Penal Extravagante.

Ainda em 2013, consegui aprovação no concurso da Polícia Rodoviária Federal, em meio a mais de 109.000 inscritos, fui aprovado na colocação de nº 1822. Segui passando etapa por etapa até mais uma lembrança ruim, quando fui eliminado no teste físico em um exercício denominado, salto parado. Veio-me a lembrança da primeira apresentação de trabalho na graduação, pois eu treinei antes dos testes por aproximadamente dois meses, nos treinos errei o salto apenas uma vez. O teste foi em Goiânia e o retorno para Uberlândia foi difícil, eu estava muito triste comigo mesmo. Mais uma vez chorei e depois voltei à realidade. Era preciso continuar estudando. Além de dar aulas no B.M.W., eu estudava em casa e consegui mais uma aprovação, dessa vez para o cargo de Escrivão de Polícia Civil de Goiás. Eu estava dentro do número de vagas, bem classificado, bastava cumprir as demais etapas e ir trabalhar em Catalão – GO. Em um determinado dia viajei para Goiânia para cumprir a segunda e terceira etapas, ou seja, investigação social e exames médicos. A entrega de documentos para a

investigação social foi tranquila e a próxima etapa era às 7 horas do dia seguinte. Fui para o local onde ficaria hospedado. Acordei às 5 da manhã, queria ser o primeiro a passar por exames e retornar logo para Uberlândia.

Ao chegar ao local de entrega dos exames e avaliação médica percebi que tinha outro carro tentando estacionar, em tese imaginei ser outro candidato e por isso tive pressa em estacionar meu carro, para ser o primeiro da fila, a reação dele também foi à mesma, ele também acelerou, mas consegui ser o primeiro da fila e o colega do outro carro foi o segundo. Esta briga para definir quem seria o primeiro faria a diferença no resultado dessa etapa. No horário agendado, os portões foram abertos, recebi a senha um, o colega que lutou comigo para ser o primeiro da fila, a senha dois e assim sucessivamente.

Já dentro do local, designado para entrega de exames e avaliação médica, nos informaram que chamariam dois por vez, conforme ordem de chegada e senhas entregues. Conseqüentemente eu e o da senha dois fomos chamados para a mesma sala, eu comecei entregar exames para uma pessoa e ele para outra, estávamos a um metro de distância um do outro. Ao entregar meu eletrocardiograma com laudo para a funcionária da banca, ela o recebeu e interrogou: “Cadê o carimbo médico?”, eu respondi, está aí. Ela disse: “não basta o carimbo do médico com seu CRM, tem que constar a especialidade dele, cardiologista.” Surpreendentemente a moça que estava atendendo o candidato dois disse: “Fulana, o papel onde está impresso o exame e o laudo estão timbrados, clínica cardiológica, pode aceitar.” Minha atendente disse: “Não, vou separar aqui”. Dessa forma fui entregando os demais exames conforme ela pedia, até chegar ao eletroencefalograma, novamente a moça disparou: “Cadê o carimbo médico? Vou falar a mesma coisa do outro para o senhor, não basta o carimbo com CRM e nome do médico, precisa constar a especialidade no carimbo.” Fiquei calado e de novo a pessoa que atendia o número 2, disse: “Cicrana, o papel está timbrado, clínica do sono, pode aceitar.”, minha atendente disse: “Não posso.” Nisso vi o número 2 ser chamado para a avaliação clínica. Minha atendente chamou a responsável.

Enquanto a responsável vinha, fiquei pensando, e agora? Tem uma coisa que não escrevi. Tinha uma pessoa aqui de Uberlândia que também estava prestando o concurso, que fez todos os exames junto comigo, nos mesmos médicos, nos mesmos dias. Esse amigo entregou os exames dois dias antes e tinha dado tudo certo. Assim que a responsável chegou, me olhou e perguntou, “E agora?” Respondi para ela que não havia

essa especificação no edital, que tinha um colega que fez os exames nos mesmos médicos e nos mesmos dias que eu, e os exames dele foram aceitos normalmente, por que os meus não? Ela disse: “Não tem nada disso, esse pessoal de Uberlândia está dando muito problema.” Questionei mais algumas outras coisas sem sucesso e ela me chamou para outra sala e expressou: “São 7 e 20 da manhã, se você trazer esses dois exames carimbados da forma que foi te explicado, para mim até às 10 horas, eu os recebo.” Falei que era de Uberlândia, que seria complicado, argumentei e argumentei e ela apenas disse: “Sua chance é essa”.

Antes de eu sair correndo, ela me levou até uma pessoa da organização que me explicou onde ficavam as clínicas médicas em Goiânia. Corri para o carro, entrei na Avenida Anhanguera e saí em busca de um banco para retirar um dinheiro e tentar. Avistei uma agência da Caixa Econômica Federal, parei o carro e entrei. Ao entrar, havia um idoso batendo seu cartão de banco naquelas mesas de vidro que ficam disponíveis nas agências para se preencher envelopes, etc. Ele me olhou fixamente e disse: “Não coloque seu cartão aí, os caixas estão fora do ar, o caixa eletrônico segurará seu cartão.” Agradei a ele e sai correndo novamente, entrei no carro e continuei na avenida sentido a agência central da Caixa Econômica em Goiânia, que era meu ponto de referência, pois atrás dela era o local das clínicas médicas. Cheguei à agência central, desci do carro e disse para mim mesmo, aqui é a agência central, não estará fora do ar. Engano meu, ao colocar meu cartão no caixa, o caixa eletrônico travou meu cartão, perdi vários minutos ali esperando a máquina liberar meu cartão. Resolvi enfrentar as clínicas com o dinheiro que eu tinha no bolso, percorri várias e várias, em apenas uma encontrei um cardiologista, ele queria R\$500,00 (quinhentos reais) para fazer outro eletrocardiograma e emitir o laudo. Não encontrei nenhum neurologista para fazer outro eletroencefalograma. Diante desses dois obstáculos resolvi desistir e vir embora. Foi mais um retorno ruim para Uberlândia.

Fiquei alguns dias pensando se recorreria à justiça, pois o edital nada dizia sobre o carimbo e eu tinha um amigo que tinha feito os exames nos mesmos locais e com os mesmos médicos que eu. Resolvi não entrar, pois a minha briga para ver quem estacionava primeiro e depois a questão do banco, das clínicas me fez repensar que aquele cargo talvez não fosse para mim.

Iniciei 2014 estudando e dando aulas no B.M.W. No mês de março de 2014 fui convidado surpreendentemente para ser Diretor de Segurança da Penitenciária Pimenta

da Veiga. Tinha jurado para mim mesmo que nunca mais seria diretor de um estabelecimento prisional. É muito difícil e escravizante ser diretor de uma prisão. Dizem os mais antigos que nunca se deve dizer “nunca” e nunca se deve dizer “sempre”. Como já trabalhava na Penitenciária e com o intuito de ajudar aceitei o desafio. Com essa decisão tinha um problema, mais uma vez eu deixaria os estudos em segundo plano, tinha essa consciência. Como Diretor de Segurança participei como instrutor, do Curso de Formação Técnico Profissional para os novos Agentes Penitenciários de Uberlândia e região. Atuei nas áreas de Direito Penal, Direitos Humanos e Legislação Penal Especial.

Ainda em 2014, também por indicação de alunos recebi o convite para dar aulas no Curso Preparatório para Concursos I.C.L., nele atuei ministrando aulas de Direito Constitucional, Direitos Humanos e Legislação Penal Especial. Após alguns meses no I.C.L. não pude continuar. Apesar da grande insistência da coordenadora pedagógica, não tinha como eu conciliar aulas em dois lugares com o cargo de Diretor de Segurança de uma prisão. Continuei a dar aula apenas no B.M.W., uma vez que foi o curso que me prestigiou em meu início como professor.

No segundo semestre de 2014, iniciei um curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em nível de especialização em Direitos Humanos no Centro Universitário CEUCLAR – Claretiano. Professor é assim, sempre estudando. Terminei essa pós-graduação em meados de 2015 ao defender meu trabalho de conclusão de curso com o título: “O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 reescreve o conteúdo da Declaração Universal de Direitos Humanos”. Ao terminar, me matriculei em mais um curso de Pós-Graduação “Lato sensu” em Inteligência de Segurança pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Concluí está em meados de 2016 ao defender o artigo com o título: “O desenvolvimento da inteligência de segurança pública perpassa por sua inclusão no texto constitucional.”.

Ainda no primeiro semestre de 2016 decidi pedir exoneração do cargo de Diretor de Segurança. Estimulado por várias questões administrativas e pelo alto grau de stress pelo qual eu passava ao ponto de chegar a minha casa do trabalho e começar a me coçar sem parar, preferi sair. De acordo com o médico que me atendeu, acompanhou e me tratou, eu estava com uma alergia provocada por uma substância encontrada em sabonetes, perfumes e desodorantes, que em contato com substâncias que o corpo libera em situações de stress me causava uma coceira implacável. Também neste semestre me matriculei em um curso de inglês.

Já fora do cargo, era hora de focar novamente nos estudos. Minha matrícula no inglês não era por hobby, tinha outro motivo. Depois de uma graduação e cinco pós-graduações tinha que dar um passo à diante. Era ora de buscar um mestrado. Passei então o segundo semestre inteiro de 2016 pesquisando mestrados aqui na cidade e região sobre direito, em especial Direito Constitucional ou Direitos Humanos. Foram dias e dias na internet, nos telefones, e nada. Até que no final de 2016, início de 2017 soube do mestrado da Universidade de Uberaba – UNIUBE, campus de Uberlândia. Tratava-se de um Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica.

Não era na área que tinha planejado inicialmente, mas era em educação. Como professor seria excelente para minha continuidade no mercado, além da minha busca incessante por mais capital social. Realizei minha inscrição no processo seletivo e estudei para prova como um louco. Fui para a segunda etapa que era a entrega de documentos, depois a entrevista com os professores e por fim veio à aprovação. Era inacreditável, eu estava aprovado para fazer um mestrado. As aulas iniciaram no final de fevereiro de 2017. Eu estava na segunda turma do mestrado. Em março do mesmo ano, mais uma conquista, consegui aprovação no exame de proficiência da Universidade Federal de Uberlândia em língua inglesa, mais uma benção.

No dia da entrevista com os professores do mestrado percebi que minha apresentação sobre qual seria o tema de meu produto não fez muito sucesso. Logo fui incentivado a pensar em algo relacionado à minha profissão, ao ambiente prisional. A partir de então comecei a pensar o que seria meu produto. No primeiro semestre do curso tive contato com um grupo de estudos na universidade, que estudava textos da história da educação e por meio do grupo surgiu o projeto: O cinema vai à escola. Este projeto tinha como objetivo apresentar e exibir à comunidade acadêmica e a sociedade como um todo, um filme por mês, com tema ligado à educação.

As sessões eram em todas as últimas quintas-feiras do mês no auditório da Uniube da Avenida Rondon Pacheco e após a exibição do filme tinha sempre dois convidados para debater os aspectos do filme e suas mensagens, como também responder às perguntas do público presente. Todos os presentes recebiam posteriormente um certificado de participação que os ajudaria, caso necessitassem de horas extras curriculares. Este projeto perdurou por todo o ano de 2017 e eu ajudei como pude em todas as sessões, era excelente aprender outras opiniões e interpretações sobre os filmes

exibidos. Para minha sorte, o projeto era organizado e orientado pela Professora Luciana, que também é minha orientadora. Por consequência, por iniciativa dela fui provocado em trabalhar com cinema para os privados de liberdade, como metodologia de ensino e aprendizagem. Prontamente aceitei o desafio. Naquela época então comecei a ler livros que relacionavam cinema e educação e levantar o estado da arte sobre a educação prisional em especial na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

Porém no primeiro semestre de 2018, me matriculei na disciplina eletiva: Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Básica, ministrada pelos professores Dr. José Carlos Araújo, Dra. Sandra Gonçalves Vilas Bôas Campos e Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho. A avaliação da disciplina foi construir um artigo científico até agosto de 2018. Dentro desse contexto, em comum acordo com minha orientadora, acertamos que eu devia apresentar um artigo que pudesse fazer parte do meu produto final, que até aquele momento tinha o título: Cinema na Prisão: (RE) Visitando as Metodologias Ativas. Assim terminei o artigo da disciplina com o título: Professores Prisionais¹: O que eles pensam da educação. Durante a construção deste artigo, em uma orientação com a Professora Luciana, esta sugeriu trabalhar com a formação inicial do professor prisional, pois conforme algumas respostas que obtivemos dos professores prisionais em um questionário aplicado a eles, alguns mencionaram a falta de capacitação especializada ao professor que atua na prisão, o esquecimento em que vive o professor prisional e a falta de apoio da Secretaria de Educação para a educação na prisão, além de constatar que 44,44% dos professores que responderam ao questionário são jovens, possuem menos de 27 anos de idade, e dentre esses, 50% tem apenas três meses de experiência como educador prisional.

Nesse sentido, a partir das respostas dadas pelos professores da Escola Mário Quintana ao responderem aos questionários, de que sentem a necessidade de capacitações específicas, reconhecimento e mais atenção da Secretaria de Estado de Educação pensamos na importância e relevância de se valorizar estes profissionais “esquecidos” pela sociedade em geral. Notadamente, a Diretora da Escola que

¹ **Professor Prisional:** Termo criado pelo pesquisador, que faz referência aquele professor e professora que ensina dentro do cárcere. Este professor fica trancado junto com os presos em uma sala, situação Sui generis. Quer admitam ou não, este professor corre perigo, pois o ambiente do cárcere não possui um dia igual ao outro, o cotidiano não se repete, existe sempre no ar, o imprevisível, onde tudo pode acontecer. E ali, dentro da sala de aula, ele experimenta a sensação de ficar preso, sem quase nenhum controle do que possa acontecer. Sua condição de trabalho e suas dificuldades são tão peculiares, que um termo também peculiar fará seu trabalho conhecido e divulgado, e por consequência, pesquisado, melhorado e valorizado.

posteriormente também respondeu a um questionário enfatizou por mais de uma vez, que sua maior dificuldade atualmente, como gestora e da Escola como um todo, é a falta de capacitações específicas para o docente, uma vez que os cursos oferecidos pela Secretária Estadual de Educação nem sempre atendem as necessidades da escola e seus profissionais, pois estão voltados para a educação convencional, fora do cárcere.

Além destas constatações, minha vivência como Agente Penitenciário, em um ambiente tão carente de valorização humana e profissional, como também da vontade em contribuir com a melhora e o aperfeiçoamento deste ambiente decidi não sozinho, mas com o apoio incondicional de minha orientadora pesquisar sobre a formação inicial do professor prisional, não a formação iniciada na graduação, mas aquela voltada para aquele professor que iniciará sua trajetória profissional como docente para privados de liberdade.

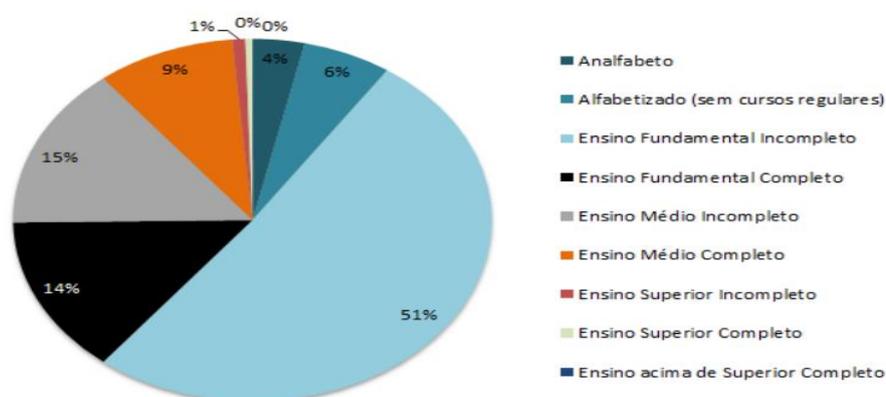
Acreditamos que criar um caderno de orientações para o professor para sua orientação e preparo antes de iniciar a docência no cárcere contribuirá decisivamente para sua formação, para que possa conhecer seu ambiente de trabalho, seu público e suas particularidades. O professor é um ator importantíssimo na educação e ele precisa de instrumentos que o auxiliem na prática docente. A sociedade em geral não se preocupa com a população carcerária. Normalmente, as notícias envolvendo presos, dizem respeito a crimes brutais ou as prisões envolvendo pessoas famosas, situações de espancamento e tortura, rebeliões, fugas, alto índice de reincidência, etc. Não se discute as questões carcerárias. Na prática quase ninguém quer saber ou participar das discussões sobre a realidade das prisões e das pessoas presas no Brasil. É como se a população carcerária estivesse em outro espaço, outro planeta, fizesse parte de um ambiente separado do tecido social.

De acordo com dados do Infopen – Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, que foi criado em 2004 e é responsável por copilar informações estatísticas do sistema penitenciário nacional, por meio de um formulário de coleta estruturado, preenchido por gestores de todos os estabelecimentos prisionais brasileiros, o número de presos no Brasil cresce descontrolada e assustadoramente. De acordo com o último levantamento feito em junho de 2016, havia 726.700 privados de liberdade no Brasil, conforme demonstra a Figura 1. A população carcerária brasileira em um período de 26 anos aumentou mais de 700%.

Figura 1 - Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016

Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen.

Dentro desse contexto é preciso pesquisar e criar soluções para diminuir o crescimento da população carcerária no Brasil. Portanto, a relevância social desta pesquisa se constitui em contribuir com a formação inicial do professor que desenvolverá seu trabalho na escola prisional e por consequência melhorar a educação oferecida ao preso, e ao mesmo tempo atingir sua principal finalidade dentro da prisão, que é ressocializar. A ressocialização impacta diretamente na reincidência, de forma inversamente proporcional, ou seja, quanto maior o número de presos ressocializados, menor o número de presos reincidentes. O número de privados de liberdade analfabetos e alfabetizados no Brasil corresponde a 57%, conforme dados do Infopen Nacional de junho de 2016, demonstrados na Figura 2.

Figura 2 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciária – Infopen, Junho 2016.

A maioria dos profissionais que trabalham nas prisões em Minas Gerais, sejam eles agentes penitenciários, servidores técnicos (psicólogos, assistentes sociais, odontologistas, enfermeiros e médicos) ou servidores administrativos, passam por um curso de formação, no qual aprendem sobre aspectos técnicos e de segurança relacionados ao trabalho com os presos. Ao se comparar esta realidade com a de um professor, surgem alguns questionamentos importantes: Por que não formar o professor prisional? Por que não propiciar a eles conhecer o seu ambiente de trabalho e as particularidades do cárcere? Segundo relata Freire (2016, p. 74):

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis dessa busca.

Esta pesquisa ocorreu na Penitenciária Professor João Pimenta Veiga. A penitenciária foi inaugurada em 08 de outubro de 2003. Localiza-se na Rodovia Municipal Daura Ferreira Cherulli (conhecida como estrada que dá acesso à Cachoeira de Sucupira), Km 05, s/nº, na zona rural de Uberlândia. O nome da penitenciária foi definido pela Lei 15.098 de 11/05/2004 e homenageia o mineiro João Pimenta da Veiga, que nasceu em São João Nepomuceno (MG) em 11/04/1910, filho de Alexandrina Vieira Costa e do pecuarista Vicente Ribeiro de Oliveira Costa. É possível conhecer um pouco mais sobre quem foi João Pimenta da Veiga, a partir do acervo da Fundação Getúlio Vargas:

Sempre em Minas Gerais, estudou no Ginásio São Luís, em Alfenas, no Instituto Gammon, em Lavras, onde trabalhou, e no Ginásio Mineiro, em Barbacena. Transferiu-se em seguida para Belo Horizonte, onde se empregou como agente estatístico. Concluiu os estudos preparatórios no Ginásio Mineiro e ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (UMG), atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por indicação de Carlos Luz, então deputado federal por Minas, assumiu em 1934 o cargo de fiscal do Instituto dos Comerciários, em fase de instalação no estado, função que ocuparia até ser nomeado, em 1938, procurador da mesma autarquia. Em 1935, concluiu o curso universitário. Especializado em

advocacia criminal, trabalhou em Belo Horizonte e em comarcas no interior do estado. Em 1938, tornou-se procurador do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), na Delegacia de Minas Gerais. Após a extinção do Estado Novo (1937-1945), filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), tornando-se delegado da agremiação junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Minas. Durante a interventoria de João Tavares Correia Beraldo, em 1946, exerceu a chefia de polícia de Minas Gerais. Em janeiro de 1947, obteve, em pleito suplementar, uma suplência de deputado federal por Minas pela legenda do PSD, não chegando a assumir o mandato. Em 1950, tornou-se livre-docente de direito penal da Faculdade de Direito da UMG, defendendo a tese *Da responsabilidade penal*. Em outubro desse mesmo ano, candidatou-se à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo PSD, mas não conseguiu se eleger. Com a posse de José Francisco Bias Fortes no governo mineiro em fevereiro de 1956, passou a chefiar o seu gabinete. Exerceu a função até 1958, quando se afastou para se candidatar à Câmara dos Deputados, ainda pela legenda do PSD, no pleito de outubro desse mesmo ano. Eleito, foi empossado em fevereiro de 1959, tornando-se, a partir de setembro seguinte, vice-líder de seu partido na Câmara. Exerceu o mandato federal até seu falecimento em 23 de agosto de 1960, vítima por um acidente automobilístico ocorrido no município de Itaguara (MG). Foi membro da Sociedade São Vicente de Paulo, do Clube dos Advogados e do Instituto dos Advogados e associou-se também à Sociedade Mineira de Criminologia e Direito Penal. No PSD, integrou a Comissão Executiva Regional do partido em Minas. Era casado com Edite Paraíso Pimenta da Veiga, com quem teve quatro filhos, um dos quais, João Pimenta da Veiga Filho, foi deputado federal por Minas Gerais de 1979 a 1987, constituinte em 1987 e 1988, prefeito de Belo Horizonte entre 1989 e 1990, e, eleito mais uma vez deputado federal por Minas em 1998, licenciou-se em 1999, logo após tomar posse, para assumir o Ministério das Comunicações no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2003). Publicou *O caso do sargento Ananias*, além de diversos artigos em revistas jurídicas.

No dizeres da Lei de Execução Penal (1984), a penitenciária é o local destinado aos presos sentenciados, ou seja, já condenados pela justiça. As penitenciárias devem localizar-se fora do centro urbano, mas em local que não inviabilize a visitação dos familiares dos privados de liberdade. A estrada que dá acesso à Penitenciária Pimenta da Veiga não é asfaltada, portanto o acesso é difícil e perigoso, são 5 km de estrada de terra para se chegar à ela. Originalmente, a Penitenciária possuía 4 pavilhões destinados aos presos, 17 oficinas de trabalho, sendo 15 dessas dentro dos pavilhões e duas fora dos pavilhões, mas intramuros, todas destinadas aos presos. Há também 1 pavilhão onde funciona o refeitório (local onde se prepara a alimentação distribuída aos privados de liberdade e os servidores fazem suas refeições) e o almoxarifado, três prédios administrativos e um prédio para alojamento dos servidores. A penitenciária foi construída com capacidade original para abrigar 396 presos, sendo 362 vagas

masculinas e 34 vagas para mulheres. Hoje, uma das oficinas externas foi dividida em duas outras oficinas, uma abriga presos albergados (trabalham externamente durante o dia e retornam para dormir à noite) e outra para presos que trabalham na limpeza e manutenção da Penitenciária. Atualmente, a quantidade de presos é de 701 dos quais 38 são mulheres e 663 são homens.

Em 09 de julho de 2004 a Penitenciária passou por sua primeira e única rebelião, que ocorreu no pavilhão de presos do regime semiaberto e durou das 16 às 23 horas aproximadamente. Dois agentes penitenciários foram feitos reféns e ambos sofreram agressões graves que marcaram todos os servidores da penitenciária.

Outro momento difícil para os servidores da Penitenciária foi à execução de um agente penitenciário em agosto de 2016, depois de sair do trabalho, durante o descolamento para casa, fato que ocorreu por volta das oito horas da manhã do dia 17 na Avenida João Naves de Ávila. As investigações demonstraram que a ordem para a execução saiu de dentro da Penitenciária, por membros de uma facção criminosa que quer dominar os estabelecimentos penais no Brasil, e o alvo era qualquer agente, só tinha que ocorrer a execução. Foi um momento de muita tristeza e reflexão.

Com o passar dos anos foi inaugurado dentro da Penitenciária o canil, espaço no qual são treinados os cães que atuam para manutenção da segurança da unidade prisional. Foi construído também um prédio para funcionamento do Grupo de Intervenção Rápida (GIR), composto por Agentes Penitenciários devidamente treinados para atuar em situações extremas. Em 2005 ocorreu a aprovação e determinação legal de que uma escola deveria ser instalada dentro da Penitenciária. Assim, a parte administrativa da escola começou a funcionar em 2006, dentro de uma oficina localizada no pavilhão feminino. Logicamente, a oficina foi adaptada e a administração da escola teve seu primeiro local de funcionamento neste local. Posteriormente, depois de três ou quatro anos, a administração da escola e sua biblioteca foram remanejadas para o alojamento destinado aos Agentes Penitenciários e lá funciona até hoje. As salas de aula são adaptadas e funcionam nas oficinas localizadas dentro dos 4 pavilhões destinadas aos presos. Existe um espaço dentro da Penitenciária reservado para a construção da escola, a intenção é construir nele um pavilhão exclusivo para o funcionamento da administração, biblioteca e salas de aula da escola. O nome, Escola Estadual Mário Quintana, surgiu após a aprovação da Lei 17.460 de 07 de maio de

2008. Segundo relato da Pedagoga da escola, o nome foi escolhido mediante votação dos funcionários da escola, uma vez que antes da escolha, o nome estava associado ao nome da Penitenciária, e nos certificados emitidos pela escola aparecia o nome da Penitenciária, o que ocasionava situações constrangedoras para os privados de liberdade nos momentos de apresentar o certificado para obtenção de um emprego, por exemplo, por isso foi necessário votar e mudar mediante lei.

Hodiernamente, ao pesquisar o funcionamento da escola dentro da Penitenciária é possível inferir que tanto a estrutura, como também seu funcionamento, são cheios de peculiaridades, uma vez que as instalações administrativas da escola são adaptadas e não adequadas, pois está instalada em um espaço que originalmente era para servir de alojamento para os Agentes de Segurança Penitenciários, ou seja, possui uma estrutura *Sui generes*. Como já trabalhei em outra unidade prisional de Minas Gerais, pude observar que as escolas prisionais não possuem um padrão de estrutura e funcionamento. Na Penitenciária Deputado Expedito de Faria Tavares, localizada em Patrocínio, MG, por exemplo, algumas aulas começavam entre 7h15 e 7h20. Na Escola Estadual Mário Quintana é raríssimo alguma aula começar antes das 9 horas, então cada escola prisional, por meio de seu gestor e servidores, adapta-se às regras de funcionamento do estabelecimento prisional.

Os professores, antes de irem para a sala de aula, passam por revista corporal superficial e todos os seus materiais (cadernos, livros, lápis e outros materiais necessários para as aulas utilizados em sala) são anotados antes de suas entradas em sala de aula e conferidos ao saírem para retornarem a parte administrativa da escola. Estes materiais são anotados em um formulário, denominado de Formulário de Pertence de Professores, conforme anexo 2.

As salas de aula foram instaladas em espaços diversos, funcionam dentro da estrutura original dos pavilhões destinados ao cumprimento da pena pelos encarcerados. São quatro pavilhões, apenas um deles tem uma sala de aula, pois só tem um pavimento. Os outros três pavilhões possuem 2 ou 3 salas de aula, cada qual atende aos presos de pavimentos e escolaridades diferentes, ou seja, há dois pavimentos no pavilhão, um inferior e outro superior (2 andares), uma sala atende aos presos do pavimento superior e a outra sala atende aos alunos do pavimento inferior. Algumas salas de aula são multisseriadas, pois atendem alunos de escolaridades diversas, outras salas não. A

Figura 3 mostra uma das salas de aula da Escola Mário Quintana, dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

Figura 3 – Aula sendo ministrada aos privados de liberdade na Escola Estadual Mário Quintana



Fonte: www.correiodeuberlandia.com.br

Por meio da Figura 3 é possível conhecer a estrutura básica de uma sala de aula da Penitenciária, cercada por paredes e grades (substituem portas e janelas), com um banheiro e um armário de alvenaria localizado dentro da sala de aula. Nota-se, pelas portas sanfonadas na cor vermelha, mais ao fundo da figura, todos os alunos sentados em cadeiras novas, apoiando seus materiais em carteiras também novas e todos de uniforme. A professora de pé, vestida com jaleco branco, por cima da roupa, explica sua aula.

Os alunos presos são retirados das celas e colocados na sala de aula, e vice-versa, pelos agentes penitenciários. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola não contempla o tempo de duração de cada aula. A partir das nossas observações, as aulas no período da manhã ocorrem das 9h até às 11h30, e à tarde, das 13h30 até às 16h. Estes horários não são exatos, pois os professores não podem entrar e nem sair da sala de aula sem a presença dos Agentes Penitenciários.

Esta organização proporciona então que o aluno preso estude de duas horas a duas horas e meia por dia, uma vez que, aquele aluno que estuda de manhã não estuda à tarde e vice-versa. A distância das celas de cumprimento da pena e do pátio destinado ao banho de sol e recreação dos presos até as salas de aula são de 5 metros ou menos, separados por uma parede ou grades conforme o pavilhão. Nos horários de banho de sol, geralmente todas as manhãs, encontra-se entre 60 e 80 presos tomando banho de sol e suas conversas e práticas recreativas (futebol, exercícios físicos) produzem muito barulho e atrapalham qualquer outra atividade que dependa do silêncio. No pavilhão que possui apenas um pavimento, a sala de aula funciona em um espaço localizado dentro do mesmo corredor que dá acesso às celas e ao pátio de banho de sol. Apenas um portão de grades separa a sala de aula do corredor, são menos de 3 metros da cela mais próxima e da entrada para o pátio de banho de sol. Dificuldades que não impedem que os servidores da escola executem seu trabalho com seriedade e profissionalismo.

Há, portanto, do ponto de vista estrutural, muito a ser feito e concretizado. Para Moll (2013, p. 303):

Outro fato também muito esclarecedor é que na própria arquitetura prisional geralmente não é previsto e não existe espaço para o desenvolvimento de atividades educativas nos estabelecimentos penais. Enquanto atualmente se discute a necessidade de criação de espaços para atividades laborais no cárcere, espaços para a educação, artes e esporte não são considerados artigos de primeira necessidade, são, em geral, totalmente desconsiderados em uma política de execução penal, literalmente colocados em segundo plano. Poucas unidades, na sua concepção, previram espaços a sua realização. Atualmente investe-se na criação de unidades industriais com tecnologias muito semelhantes às encontradas em uma realidade fabril extramuros.

As diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, em seu artigo 7º impõe que as autoridades responsáveis pela política de execução penal nos Estados e Distrito Federal deverão propiciar espaços físicos adequados às atividades educacionais, esportivas, culturais, de formação profissional e de lazer, integrando-as às rotinas dos estabelecimentos penais.

Entre Agentes Penitenciários, servidores administrativos, técnicos (pedagogo, odontologista, enfermeiras, psicólogos, assistente social, médico e advogados), professores e funcionários do refeitório, são mais de 200 profissionais que trabalham na

Penitenciária. Há um enorme déficit em relação ao número de Agentes Penitenciários trabalhando, são no mínimo 60 vagas não ocupadas. A Penitenciária completou, em outubro de 2018, 15 anos. Vejamos como as políticas trataram a questão carcerária e por consequência os servidores e privados de liberdade.

Do ponto de vista acadêmico e científico, pouco se escreveu sobre a formação dos professores que ministram aulas em estabelecimentos penais. As pesquisas sobre o tema são escassas e é a partir do apoio e difusão de trabalhos e pesquisas em relação aos docentes que trabalham na prisão que seu trabalho pode ser conhecido, discutido, transformado e melhorado. Para tanto, esta pesquisa busca conhecer a realidade da educação na prisão para desenvolver saberes e habilidades que possam contribuir com a formação inicial do professor prisional e este possa aplicar os conhecimentos e melhorar a educação disponibilizada ao privado de liberdade². Notadamente, nas respostas aos questionários aplicados para o desenvolvimento desta pesquisa, vários professores pedem formações específicas para melhor executar o ensino e o aprendizado para os privados de liberdade. Sobre este assunto, García (1999, p. 80), escreveu:

A identificação de metas e finalidades para a formação de professores tem sido uma preocupação de alguns peritos neste campo. Assim, Landsheere afirmava que ‘qualquer currículo de formação de professores deveria ter em conta quatro questões básicas, assim como proporcionar oportunidades para coloca-los numa ampla variedade de situações educativas quais são os objetivos da educação? Como variam os objetivos em função dos alunos? Como se podem alcançar os objetivos? E como saber se alcançou os objetivos?’ (Landsheere, 1987: 79). A primeira pergunta colocada por Landsheere refere-se à necessidade de estabelecer as metas que qualquer programa formativo pretende alcançar, de modo, a saber, que tipo de professor se está a formar e para que contexto.

Além da Introdução, a estrutura do trabalho se apresenta em cinco outras seções. Cada seção desta pesquisa foi pensada como um objetivo específico a ser cumprido, para se alcançar o objetivo geral, ou seja, cada seção corresponde a um objetivo

² MACHADO, Antônio Cláudio da Costa (Org.) e FERRAZ, Anna Candida da Cunha (Coord.). **Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 7. ed. – Barueri, SP: Manole, 2016, p. 39. Parece-nos interessante usar este termo, uma vez que é possível encontrar na literatura as palavras: preso, encarcerado, detento e recluso. Porém o termo comumente utilizado nas leis é privado de liberdade e em nossa opinião, “privado de liberdade”, significa que a pessoa presa tem apenas seu direito de ir e vir suspenso até o cumprimento da pena, preservando, portanto, os demais direitos.

específico da pesquisa. Dentro desse contexto, a segunda seção – **Fundamentação Teórica** teve como prioridade buscar e apresentar as garantias que trazem as leis brasileiras sobre a educação prisional; analisar os trabalhos científicos sobre o tema, apresentar o atual estado da arte, como também o período analisado e estudar e conhecer as diretrizes contidas no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana. Esta pesquisa terá como produto educacional, um caderno de orientações para os professores prisionais que vão iniciar a docência na prisão.

A terceira seção – **Caminhos Metodológicos** - objetivou apresentar qual o tipo de metodologia científica norteou a pesquisa, quais foram os instrumentos de coleta de dados e como aconteceu o processo de investigação.

Na seção quatro – **Resultados** - foram apresentados o perfil dos alunos privados de liberdade na Escola Estadual Mário Quintana; a Diretora da Escola, seu posicionamento e opinião sobre a educação na prisão, e quem é e o que pensa o professor prisional sobre a educação. Na seção 5, falaremos sobre - **O Produto**.

A última seção, **Considerações Finais**, abordará a contextualização de tudo que foi trabalhado na pesquisa. O produto desta pesquisa é a construção de um caderno de orientações para o professor, como instrumento de sua formação inicial como professor prisional. O título do caderno é: **Caderno de Orientações ao Professor Prisional**. Importante destacar que no caderno constará um glossário com 123 termos e expressões prisionais utilizadas pelos privados de liberdade da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga no cotidiano do cárcere. Este material será de grande utilidade para o professor que iniciará sua carreira como docente na prisão, para que este conheça a linguagem dos presos, aproximando-os do ambiente em que irão trabalhar e do público que irão atender e ensinar. Além do glossário, o caderno conterá um resumo da história da Penitenciária e da Escola Mário Quintana, quem são os alunos presos e que cuidados os professores precisam ter para manter sua segurança, sua saúde física e mental. Esta pesquisa propiciará ainda, a divulgação de como ocorre a educação na prisão e os problemas enfrentados pelos professores que lá atuam.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A educação prisional garantida pelas leis brasileiras

A expressão “garantias”, prevista na Constituição Brasileira de 1988, designa o compromisso legal de se fazer cumprir o rol de direitos por ela elencados. Nossa Carta Magna determina que a educação é um direito social, portanto para todos, e é dever do Estado e da família. Partindo dessa premissa, como também da concepção contemporânea de prisão, a qual abandonou a ideia de que as unidades prisionais são apenas para castigar e retribuir à pessoa presa o mal que ela causou para a sociedade, passando para uma abordagem em que o privado de liberdade tem suspenso apenas seu direito de ir e vir não perdendo seus demais direitos, às pessoas presas tem preservado o direito à educação. Desta nova técnica carcerária, de que o preso está privado apenas de sua liberdade e de que ele precisa de acesso às ferramentas sociais que lhe proporcionem voltar para sociedade e não cometer mais crimes, a educação dentro da prisão surge como uma ferramenta de ressocialização. Sobre a educação em prisões, Foucault (1999, p. 238) escreveu:

A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento. Só a educação pode servir de instrumento penitenciário. A questão do encarceramento penitenciário é uma questão de educação (Ch. Lucas, 1838). [1945]: O tratamento infligido ao prisioneiro, fora de qualquer promiscuidade corruptora... Deve tender principalmente à sua instrução geral e profissional e à sua melhora (Princípio da Educação Penitenciária).

Devidamente concatenada com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, lei 9.394/1996, também menciona que a educação é um dever da família e do Estado, porém não contemplou a educação nos espaços prisionais. Esta ausência foi preenchida pelo Plano Nacional de Educação de 2001, estabelecido pela Lei 10.172, que perdurou entre 2001 a 2010 e trouxe entre seus objetivos e metas, implantar em todos os estabelecimentos prisionais e nos estabelecimentos que mantenham adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como formação profissional. Quase no final da vigência deste plano, mais especificamente em 07 de abril de 2010 foi aprovada pelo

Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, e este documento contemplou pela primeira vez, as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Entre as diretrizes previstas, é importante destacar que as ações no contexto de privação de liberdade obedecerão às leis educacionais vigentes no país, a Lei de Execução Penal e os tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, atendendo às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança.

Seguindo a mesma diretriz, o atual Plano Nacional de Educação de 2014, publicado por meio da Lei 13.005/2014 que compreende o decênio 2014-2024 determina, em meio as suas metas e estratégias, assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais.

O ordenamento legal brasileiro é amplo e ao mesmo tempo concatenado, interligado, não é possível interpretar as leis em tiras, em pedaços e de forma isolada. Assim é importante também destacar a Lei 7.210 de 1984, denominada de Lei de Execução Penal ou LEP, que determina como será o cumprimento de uma pena de prisão por parte de um privado de liberdade, quais são seus direitos e obrigações, os critérios para se conseguir benefícios, enfim, esta lei demonstra como o preso deve ser tratado pelo Estado. Dentre suas previsões, a Lei de Execução Penal brasileira determina que os presos têm direito a várias modalidades de assistência e é dever do Estado cumpri-las. Uma das modalidades assistenciais é a educação, que compreende a instrução escolar e a formação profissional do preso.

A assistência educacional está presente entre os artigos 17 a 21 – A da LEP. Entre as previsões educacionais, consta o ensino de 1º grau obrigatório. A partir de 2015, a assistência educacional sofreu várias alterações e é possível perceber vários avanços para o aperfeiçoamento da educação aos privados de liberdade. Entre as inovações, está a implantação do ensino médio, regular ou supletivo nos presídios, em obediência ao preceito constitucional da universalização, que o ensino ministrado aos presos e às presas integrar-se-á ao sistema estadual de ensino e será mantido com o

apoio da União, que os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

Importante ressaltar que além da possibilidade de aprender a ler e escrever, a educação para o preso traz mais algumas vantagens. O artigo 126 da Lei 7.210 modificado no ano de 2011 apresenta a previsão da remição, que é o desconto em dias, do tempo total da pena em virtude de estudo, ou seja, o aluno preso poderá remir pelo estudo, parte do tempo de execução da pena. No caso do preso estudante, ele terá um dia de pena remido (descontado do total da pena) a cada 12 horas de frequência escolar, em virtude de atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante ou superior, ou ainda requalificação, divididas, em no mínimo três dias. Ou seja, o privado de liberdade não pode ficar em sala 12 (doze) horas consecutivas para fazer jus à remição, essas 12 (doze) horas precisam ser fracionadas em pelo menos três dias. Ainda dentro da remição, em caso de afastamento do aluno preso da escola por motivo de acidente, ele continuará a beneficiar-se com a remição, ou seja, mesmo sem ir à escola em virtude de acidente, o tempo de afastamento conta como tempo estudado para fins de remição.

Dentro deste contexto, outra importante vantagem é a previsão do parágrafo 5º do artigo 126, onde consta que será acrescido de 1/3 (um terço) do tempo remido no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que devidamente certificado pelo órgão competente do sistema de educação. Portanto, por exemplo, caso o aluno privado de liberdade comece a estudar, e ao terminar o ensino médio tenha 60 (sessenta) dias para remir, esse tempo será acrescido de 1/3 (um terço), ou seja, o tempo a remir será de 80 (oitenta) dias, serão então 80 (oitenta) dias a serem descontados do total da pena.

Hoje a educação para o preso funciona com as previsões anteriores, porém é possível pensar a partir do que está previsto na Lei de Execução Penal, inovações futuras na educação prisional. A lei traz que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação a distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio entre entidades públicas e particulares.

Para corroborar com esta previsão, outro artigo da mesma lei determina que as atividades de estudo para as pessoas presas podem ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância. Estas previsões não surgiram do

nada, com certeza já devem existir discussões não abertas ao público de se implantar dentro das prisões a educação a distância. Quanto a este sistema, surgem alguns questionamentos como: Será que a educação a distância aos privados de liberdade funcionaria? Como seria educar um analfabeto a distância?

Articulado com estas possíveis inovações na educação prisional, é importante destacar também que a Resolução nº 2 de 2010, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, que determina que os Estados, o Distrito Federal e a União devem levar em consideração as particularidades da educação em espaços de privação de liberdade e, portanto devem incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como programas de Educação a Distância.

A partir destes mandamentos legais, a Escola Estadual Mário Quintana, localizada dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia recebeu inicialmente o nome de Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio – EJA em dezembro de 2005, por meio do decreto estadual 44.196. Sobre a educação de jovens e adultos em prisões, Oliveira (2013, p. 958) destacou:

No plano normativo nacional, a educação escolar na prisão integra a modalidade de ensino intitulada Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394 de 1996, define, em seu artigo 37, essa modalidade como aquela destinada a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Nós, enquanto pessoas, precisamos entender que alguns direitos são inerentes aos seres humanos, não há necessidade de buscar justificativa ou explicação para direitos como a educação, por exemplo. Para justificar o que pode ocasionar a falta da educação para as pessoas, Foucault (1977, p. 243) expressou:

Percorri os locais onde se julga, se prende, se mata... Um fato nos chama a atenção sempre; em toda parte vedes duas classes bem distintas de homens, dos quais uns se encontram sempre nos assentos dos acusadores e dos juízes, e os outros nos bancos dos réus e dos acusados. O que é explicado pelo fato de que os últimos, por falta de recursos e de educação, não sabem permanecer nos limites da probidade legal, tanto que a linguagem da lei que se pretende universal é, por isso mesmo, inadequada; ela deve ser, se é para ser eficaz, o discurso de uma classe a outra, que não tem nem as mesmas

ideias que ele, nem as mesmas palavras. Ora, com nossas línguas pudicas, desdenhosas, e embaraçadas com a etiqueta, será fácil fazermos compreender por aqueles que nunca ouviram senão o dialeto rude, pobre, irregular, mas vivo, franco, pitoresco do mercado, dos cabarés e da feira... Que língua, que método seria preciso usar na redação das leis para agir de maneira eficaz sobre o espírito inculto dos que podem menos resistir às tentações do crime?

A educação é sem dúvida um direito natural do indivíduo, independentemente das origens e escolhas de cada pessoa, é desumano tirar o direito ou não proporcionar condições para uma pessoa estudar. Tem a exata noção do que é a falta de estudo, quem não estudou ou quem tem o privilégio e ao mesmo tempo a tristeza de conviver com quem não sabe ler e nem escrever.

2.2 O estado da arte sobre a educação prisional em Uberlândia no período de outubro de 2003 até 2017

O recorte se justifica por referenciar a data de inauguração da Penitenciária que ocorreu em 08 de outubro de 2003 e o ano que ocorreu a última atualização do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana, em 2017. Durante os estudos para verificação do estado da arte foram encontradas duas pesquisas relacionadas à educação prisional na Penitenciária de Uberlândia. Uma pesquisa é de Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, realizada em 2013, intitulada: “A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia”. A outra pesquisa foi realizada pelo professor da Escola Mário Quintana, Jean Victor de Oliveira, com o título: “O Ensino de Ciências e Biologia no sistema prisional: uma busca por temas, estratégias e recursos didáticos”. Em ambas as pesquisas foram verificadas que seus autores entendem a educação prisional como uma educação que merece cuidados, uma vez que acontece em um espaço diferente da educação convencional, pois na prisão, a escola não pode implantar na totalidade suas regras e métodos, pois a justiça criminal, com vistas ao atendimento de outras prioridades, impõe as regras de organização e funcionamento.

A primeira pesquisa foi apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia e foca a educação por meio da representação dos alunos presos, para tanto,

dá voz aos presos e não aos professores prisionais. Nas palavras de Oliveira (2012, p. 5):

[...] o sistema prisional brasileiro, a justiça e o seu sistema policial estão organizados, principalmente, em nível estadual, de modo que cada governo apresenta relativa autonomia na introdução de políticas públicas de educação escolar no contexto prisional. Por isso, devido à diversidade regional e política, a realidade prisional brasileira apresenta-se heterogênea, diferenciando-se conforme o Estado ou, até mesmo, a unidade prisional. Assim, a aplicabilidade das normas segue os meandros e as vicissitudes em nível local. Nesse sentido, dois aspectos devem ser considerados: primeiro, os documentos que trazem à tona as diretrizes nacionais para educação escolar nas prisões são de publicação recente, o que denota sua fragilidade prática em relação, até mesmo, à tomada de conhecimento por parte dos profissionais que atuam no setor; segundo, as diretrizes apresentam linhas gerais relacionadas à educação nas prisões, caracterizando-se, em alguns dos seus dispositivos, como recomendações e como vinculadas à necessidade de futuras articulações entre instituições. Além disso, coexistem as especificidades de cada unidade prisional, sua gestão e o senso comum em torno da desconsideração da educação como um direito a ser implementado na realidade prisional.

A segunda pesquisa é uma monografia apresentada no ano de 2017 à Coordenação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas e preocupou-se em criar um ensino de Biologia e Ciências com a mesma qualidade ofertada no meio aberto (convencional), e em alguns momentos destacou a necessidade do preparo do professor para ser docente na prisão. Sobre a necessidade do professor estar preparado para a docência na prisão, Oliveira (2017, p. 10) escreveu:

Contudo, o professor que se insere no sistema prisional, precisa saber trabalhar a baixa autoestima de seus alunos de uma forma com que o emocional não interfira na relação professor-aluno, ou seja, que o fator emocional não tome frente em relação ao planejamento, foco, objetivo e respeito dentro da sala de aula (NAKAYAMA, 2011): O papel do professor nesse espaço é servir de mediador mesmo, ele não tem que vir aqui fazer favor, ouvir história, passar a mão na cabeça deles, não! Envolvimento emocional, eu reforço, é muito prejudicial, porque faz você não atender o teu planejamento, não atender as tuas prerrogativas de vir, de trabalhar, de dar conta do teu planejamento. Mas o que tu tens que fazer primeiro, todos os dias, é lembrar-se dos teus objetivos, das tuas metas, o que eu quero alcançar, que tempo eu tenho pra isso e ter essa consciência.

Notadamente, foram apenas duas pesquisas relacionadas ao tema em questão, como também pouca ênfase na formação e na valorização dos professores. Este número reduzido de pesquisas sobre a educação prisional na Penitenciária de Uberlândia reforça a relevância desta pesquisa. Expandindo a pesquisa para todo o Brasil foram encontrados outros estudos relacionados ao tema de nossa pesquisa.

No ano de 2013, Camila Cardoso Menotti apresentou uma dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade de São Carlos – UFSCar, com o título: “O Exercício da Docência Entre as Grades: Reflexões Sobre a Prática de Educadores do Sistema Prisional do Estado de São Paulo”. Esta pesquisa realizada na Penitenciária de Assis - São Paulo mostrou a realidade do sistema prisional deste Estado que utiliza presos que estão cumprindo pena, como docentes e os efeitos da docência para a vida deles. Menotti (2013, p.8) resumiu:

O Brasil enfrenta nos dias de hoje desafios em relação à educação de maneira geral e especificamente, no que diz respeito à educação nas prisões, uma vez que vive momento de efervescência na construção de políticas públicas para atender ao dispositivo legal traçado pelas Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nas unidades prisionais, aprovadas no ano de 2010. Diante desse cenário, discutir algumas questões sobre a educação escolar nesse ambiente repressivo, regido por normas e regras rígidas, é uma contribuição importante no sentido de desvelar caminhos e possibilidades para o enfrentamento das demandas postas para a implementação das DNs. O estado de São Paulo tem ao longo dos anos, apresentado uma situação singular em relação à educação escolar nas prisões brasileiras, no que se refere ao profissional que atua nas salas de aula, contando com a figura do chamado monitor preso, uma vez que tal ofício não tem sido exercido na alfabetização e no ensino fundamental, por professores licenciados e concursados para o exercício da docência. O dispositivo legal aprovado criou uma série de impasses, uma vez que determina que a educação escolar nas prisões é um compromisso do estado e a Secretaria da Educação tem envidado esforços para cumprir com essa exigência legal. É no contexto desse momento que esta investigação se insere – trata-se de um estudo realizado na Penitenciária de Assis/SP, com o objetivo de identificar e compreender como os educadores em situação de privação de liberdade, que atuam no sistema prisional paulista, significam sua experiência docente, frente às particularidades do contexto prisional e da condição de aprisionados em que se encontram. A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou como recursos metodológicos para a coleta de dados, o convívio, a observação do espaço escolar registrada em diários de campo, as conversas informais e as entrevistas com seis educadores da Penitenciária de Assis/SP. Os dados coletados nos meses de abril/2012 a junho/2012 foram organizados em três focos de análise: o papel da escola e da educação na visão dos educadores, o sentido da docência entre as grades e o bem estar docente na prisão. A análise dos dados, com base em referenciais teóricos de Enrique Dussel, Ernani Fiori, Paulo Freire e de pesquisadores/as latino-americanos comprometidos/as com a inclusão social e com a educação escolar nas prisões, evidenciam que o

convívio no aprisionamento contribui para o estabelecimento da relação dialógica entre educador e educandos, visto que ambos partilham das mesmas condições de sobrevivência no cárcere. Foi possível identificar que o sentido atribuído aos participantes do estudo no que se refere à prática docente possui estreita relação com um sentimento de bem-estar gerado na escola, interferindo positivamente no processo de ensino e aprendizagem dos educandos. A análise dos dados mostrou também, que a docência entre as grades marca a vida desses educadores no que diz respeito à construção da identidade de professores, à aquisição de novos saberes, à mudança de concepções e de posturas, aprimorando seus relacionamentos dentro e fora das muralhas, devolvendo a eles a autoestima, uma vez que a escola pode ser compreendida como um espaço diferenciado das prerrogativas carcerárias, pois ali há interação e respeito mútuo.

Em 2017, o pesquisador Lucas Lourenço Silva defendeu a dissertação “O Direito à Educação Escolar Prisional: Uma Realidade Entre as Grades” como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Neste trabalho, Silva estudou a educação escolar prisional desenvolvida no Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira, localizada na Penitenciária Odenir Guimarães em Aparecida de Goiânia – GO. As conclusões do pesquisador foram que a legislação sobre a educação na prisão não é cumprida, faltam condições econômicas, sociais e políticas que resguardecem e façam cumprir o direito à educação na prisão com qualidade, ficando prejudicada a humanização e a emancipação dos detentos. Em relação ao desconhecimento da sociedade sobre a realidade do sistema prisional, Silva (2017, p. 15) escreveu:

Carecemos conhecer a realidade do sistema prisional para situar em que espaço e em que condições a educação prisional é desenvolvida. O Brasil tem hoje aproximadamente 622 mil presos e esse número têm crescido de forma acelerada. Considerando a série histórica de 1990 a 2014, observa-se que ocorreu um aumento de 575% no número de encarcerados (DEPEN, 2015). Cerca de 40% desses presos nem sequer foram condenados e mesmo assim, pelo regime jurídico vigente em nosso país, aguardam o julgamento atrás das grades, apontando para arbitrariedades do sistema judiciário brasileiro, que atentam contra os direitos ao passo que oneram o sistema prisional. A pena de privação de liberdade não significa tolher do indivíduo os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana. Pelo contrário, esse processo visa redimensionar e aprimorar as habilidades individuais para uma convivência social harmoniosa. Ante a realidade, existem muitos questionamentos e poucas respostas. Assim, caminhar no sentido dessa contextualização, implica em buscar alternativas que possam fazer com que leis voltadas à obrigatoriedade da educação escolar sejam de fato colocadas em prática.

Também em 2017, ao defender sua dissertação: “Uma Sala de Aula na Prisão: O Sentido desta Experiência”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Educativos e Práticas Escolares, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João Del Rei-MG, a pesquisadora Luciana Mara de Oliveira Bratiliere trouxe em suas considerações finais que, apesar da educação na prisão ser considerada uma ferramenta para a reintegração social, há muito a ser realizado na prática, entre essas realizações, a preparação do docente para atuar na educação de privados de liberdade, Bratiliere (2017, p. 94) considerou:

Concluimos que este estudo colaborou para o entendimento de que a educação escolar na prisão, apesar de ser considerada “[...] ferramenta adequada para o processo formativo [da pessoa presa], no sentido de produzir mudanças de atitudes e contribuir para a integração social” (ONOFRE, 2011, p. 275), na prática, há um longo caminho para o alcance desse objetivo. Reconhecemos, ainda, que nas condições em que as práticas educativas são desenvolvidas na prisão, é improvável que sejam reconhecidas pelas reclusas como oportunidades de desenvolvimento de suas potencialidades e como alternativas reais de projetarem um novo caminho em direção ao retorno à sociedade. Para que, de fato, a educação aconteça em favor da ressocialização, os professores, assim como os profissionais dessa instituição precisam, como determinam todas as diretrizes que embasam a educação nos estabelecimentos penais, ser preparados para esse fim.

Assim como Bratiliere, a pesquisadora Andressa Baldini da Silva em sua dissertação: “O Trabalho Docente na Prisão por Professores da Rede Estadual de São Paulo: Entre a Lógica da Formação e a Lógica da Adaptação”, apresentada em 2017, como requisito para obter o título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo, defendeu incisivamente a formação inicial do docente para o ensino do aluno privado de liberdade. Silva (2017, p. 67) assinalou:

No entanto, a necessidade de formação para o trabalho docente faz-se presente. Em seu estudo, Dias (2010) investigou a contribuição pedagógica para a formação dos detentos por meio da realização de rodas de leitura que, de seu ponto de vista, auxiliam a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade. A autora aponta que a falta de formação específica para os professores ministrarem aulas na prisão configura-se como uma dificuldade para promoção da autonomia de seus alunos e um obstáculo para realizar propostas pedagógicas diferentes, que tenham ligação com a realidade por eles vivenciada.

Silva (2017, p. 149-150) ainda salientou:

No micro campo – escola da prisão – a importância e a necessidade de formação estão compreendidas pelos sujeitos entrevistados, como se verá adiante. Soma-se a isso a importância de formação envolvendo as especificidades relacionadas à prática do professor que leciona no sistema penitenciário. As condições de trabalho a que os professores estão submetidos influenciam em suas condições objetivas de vida e na possibilidade ou impossibilidade de realização de cursos (limitadas por questões financeiras), além da falta de formação em serviço para atuação do professor no ambiente prisional, como é possível notar nos depoimentos dos professores: Percebe-se a falta de formação para atuação no sistema prisional, o que por certo traz consequências para sua prática docente. Os professores têm a percepção da importância da formação e, além disso, no caso da professora Isabel, ocorre a valorização da cultura, mas a sua situação financeira é apontada como um impedimento e uma dificuldade a ser enfrentada, o que também aponta o lugar social ocupado pelos sujeitos e as condições objetivas de vida às quais estão submetidos. O saber profissional docente liga-se à questão da formação (ROLDÃO, 2007); para exercer o seu trabalho, o professor precisa estar inserido em processo contínuo de reflexão da sua prática, ou seja, a falta de formação gera consequências para a sua ação. No caso desta investigação, os professores lecionam no sistema prisional – necessitando entender as singularidades da ação educativa nesse contexto – e não receberam formação em serviço para tal, como explicitado no excerto abaixo: Você não tem preparo e você cai lá dentro. Infelizmente o sistema é falho em muitas coisas, principalmente na formação de professores (Isabel).

No mesmo ano de 2017, o mestre e candidato a doutor, José Paulo de Moraes Souza escreveu a tese de doutorado “A Escola na Prisão: Uma Abordagem Crítica Sob a Ótica do Profissional em Educação”, como requisito para obtenção do título em Doutor em Memória Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O *locus* desta pesquisa foi o Colégio Estadual Anacleto de Medeiros, localizado no Presídio Evaristo de Moraes em São Cristóvão no Rio de Janeiro. O pesquisador escreveu que o professor do Colégio não foi preparado em sua formação para ser professor no contexto prisional, pois o meio acadêmico desconhece totalmente as escolas nas prisões, o que dificulta a preparação desses profissionais para atuar em tais escolas. Souza (2017, p. 189), apontou:

Apoiei-me no trabalho do professor e na sua atuação no colégio da prisão, nesse sentido, assinalei alguns pontos que se tocam, tais como a questão de como esse profissional é visto pela sociedade, considerando que por meio de um processo histórico ele é entendido com um agente sacerdotal, ou seja, ele não é visto pela sociedade em geral como um trabalhador assalariado, mas como trabalhador, alguém que precisa atuar de forma plena, mas que precisa de

condições necessárias para o seu trabalho (quase nunca elas são atendidas), podendo até adoecer devido à ausência de apoio da instituição ao qual está vinculado. Assinalei algumas interferências na ordem da educação, que se afiguram no sistema prisional, bem como suas particularidades frente aos professores nesse espaço. Por meio do presente estudo, inferi meu olhar, a partir do campo de Memória Social, em algumas questões mais visíveis, estas referentes à atuação do professor em um colégio no interior de uma unidade prisional. Uma questão evidenciada no estudo foi aquela que diz respeito à diferença observada pelos professores, quanto à atuação destes em espaços educacionais dentro e fora da prisão; enquanto o colégio na prisão limita a liberdade de expressão – uma vez que este professor precisa saber transitar entre vocabulários próprios dos presos e questões delicadas referentes às particularidades das pessoas presas – no colégio extramuros a dificuldade gira em torno da perda de respeito pela figura do professor, que relata, por diversos momentos, essa dificuldade e não consegue mais dar conta dessa nova realidade sociocultural da sociedade extramuros.

O autor da tese ainda concluiu que o professor que atuará na prisão precisa de capacitação específica, pois a prisão é um espaço diverso do espaço extramuros. Assim, Souza (2017, p. 192), defendeu:

Observei durante o estudo da memória social dos professores, que mais da metade destes (que ingressaram para trabalhar no Colégio Anacleto de Medeiros) não fizeram concurso específico para atuar em colégio na prisão. Em sua quase totalidade, eles afirmaram precisar de capacitação específica e que aprenderam com a prática, ou seja, com os próprios erros e acertos, além de ouvirem os conselhos dos professores mais antigos. Na verdade, essa demanda de capacitação surge sobre um campo específico que é a prisão, repleto de regras impostas pelo próprio meio social que é a prisão. O professor sente-se inseguro em abordar alguns assuntos que podem gerar polêmica em um ambiente repleto de conflitos. Nesse sentido, é interessante uma capacitação abrangente para o professor, não só para aquele que inicia o seu trabalho na prisão, mas também uma capacitação continuada, algo que lhes dê suporte e tente dirimir suas demandas e restrições, buscando a construção de uma pedagogia própria e que possa ser aplicada, de modo que o professor tenha segurança para proferir seus pensamentos, não esbarrando em outras normas, comuns a prisão.

Pensar, portanto, a formação inicial do professor prisional é relevante e necessária para formar, valorizar o professor prisional e, por consequência, melhorar a educação disponibilizada ao privado de liberdade. García (1999, p. 91), afirmou:

Uma quarta componente dos conhecimentos que os professores têm de adquirir diz respeito ao local onde se ensina, assim como a quem se ensina. Os professores têm de adaptar o seu conhecimento geral da matéria às condições particulares da escola e dos alunos que a

frequentam (Leinhardt, 1992). Recentemente Yinger referiu à dimensão ecológica do conhecimento, entendendo que o conhecimento não existe nos indivíduos, mas sim nas relações que ocorrem entre estes e o ambiente em que se desenvolvem. A vida da aula, neste sentido, é constituída pelos sistemas culturais, físicos, sociais, históricos e pessoais, que existem tanto dentro como fora da classe... A responsabilidade do professor na classe consiste em compreender as interações que ocorrem dentro e entre todos os sistemas e reconhecer quais os apropriados para a atividade da classe. O professor actua como um guia e sujeito que traslada a estrutura, a acção e a informação incluída em cada sistema' (Yinger, 1991: 31). É necessário que os professores estejam sensibilizados para conhecer as características socioeconômicas e culturais do bairro, as oportunidades que oferece para ser integrado no currículo, às expectativas dos alunos, etc. Este tipo de conhecimento da escola, da sua cultura, dos professores e das normas de funcionamento. Por último, os professores têm de ter conhecimentos sobre os alunos, a sua procedência, os níveis de rendimento em cursos prévios, a sua implicação na escola. Esse tipo de conhecimento não se adquire senão em contato com os alunos e as escolas reais, e assim as práticas de ensino constituirão a oportunidade mais adequada para o promover.

Esta pesquisa pretende oferecer ao professor prisional saberes que vão subsidiar sua prática docente, diminuindo suas dúvidas e anseios sobre o trabalho no cárcere, ofertar a oportunidade de conhecer um pouco quem são os privados de liberdade, suas características e modo de se comunicarem, os cuidados que necessitam conhecer sobre o cotidiano prisional, para manutenção de sua saúde e segurança.

Por fim, o professor prisional precisa de conhecimentos prévios antes de iniciar a prática docente para privados de liberdade.

2.3 As diretrizes traçadas pelo projeto político pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana

A partir da leitura do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana, do ano de 2017, foi possível observar que o atendimento aos alunos privados de liberdade começou no ano de 2006. Em seu item II, Características da Entidade, há a descrição do funcionamento da escola, que conta atualmente com 10 salas de aula, são 15 turmas distribuídas em dois turnos (matutino e vespertino). Descreve ainda que a escola conta com uma diretora, a qual foi indicada pela Secretaria de Estado e Educação (SEE) e pela Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS) e uma vice-diretora. São duas especialistas da Educação Básica, duas auxiliares de secretaria, duas bibliotecárias, uma eventual e professores de regência de turma e regência de disciplina.

Existe ainda uma pedagoga da unidade penitenciária, responsável pelo diálogo entre as duas secretarias, uma vez que a condução das atividades da escola se dá em obediência as normas da SEE e da SEDS.

Assim, os profissionais da escola seguem os princípios legais que garantem a educação ao preso. A missão da escola descrita no PPP é educar para reintegrar o privado de liberdade à sociedade. O PPP nas palavras de Veiga (1998, p. 3-5), possui alguns princípios norteadores:

a) Igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Saviani alerta-nos para o fato de que há uma desigualdade no ponto de partida, mas a igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da escola. b) Qualidade, que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O desafio que se coloca ao projeto político-pedagógico da escola é o de propiciar uma qualidade para todos. c) Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político pedagógico ligado à educação das classes populares. d) Liberdade é outro princípio constitucional. O princípio da liberdade está sempre associado à ideia de autonomia. O que é necessário, portanto, como ponto de partida, é o resgate do sentido dos conceitos de autonomia e liberdade. A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas. e) Valorização do magistério é um princípio central na discussão do projeto político-pedagógico.

A modalidade de ensino é de Educação de Jovens e Adultos, que propicia o ensino e a aprendizagem para aqueles que por algum motivo não puderam estudar na idade certa. Conforme demonstra o PPP, nos anos iniciais contemplados pela EJA (1º SEGMENTO) as etapas são divididas em: 1º período – 2º período – 3º período - 4º período, e é considerada a necessidade de proporcionar ao aluno alfabetizando uma metodologia que garanta o aprendizado da leitura, da escrita e as quatro operações matemáticas básicas.

Já nos anos finais, também pela EJA (2º SEGMENTO) as etapas são divididas assim: 1º período – 2º período – 3º período – 4º período, intensificando a continuidade da aprendizagem e consolidando a formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis para o prosseguimento de estudos no Ensino Médio.

Os valores correspondentes a cada etapa do Ensino Fundamental e Médio são semestrais. O ano inicial e final do Ensino Fundamental tem duração de dois anos cada um e o Ensino Médio de um ano e meio. Nos anos iniciais, anos finais e no Ensino Médio, o semestre é dividido em dois bimestres, de 50 pontos cada e o aproveitamento semestral deve ser de 50% da nota distribuída, ou seja, no mínimo 50 pontos por período para aprovação.

Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico, o currículo do Ensino Fundamental em obediência a Base Nacional Curricular Comum abrange no mínimo as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física, Artes, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Ensino Religioso. Nesta fase de aprendizagem, é obrigatório o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, como também o conhecimento físico e natural da realidade social e política, especialmente do Brasil.

Já o currículo do Ensino Médio compreende no mínimo, conforme a Base Nacional Curricular Comum, as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física, Matemática, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Assim como no currículo anterior, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática também são obrigatórios, já o conhecimento físico e natural da realidade social e política não é trabalhado pensando apenas no que ocorre no Brasil, mas sim no mundo.

Os componentes curriculares contam ainda com áreas do conhecimento de parte diversificada que devem ser trabalhadas interdisciplinarmente, devendo contribuir para a construção da identidade sociocultural do aluno, seu desenvolvimento cognitivo e emocional. Para isso deve permear os currículos, os temas transversais relativos à saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para o consumo, diversidade cultural, dependência química e outros.

As disciplinas da Arte, Educação Física e Ensino Religioso visam promover o desenvolvimento cultural e o bem-estar do educando. O ensino da disciplina de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Já o ensino de Filosofia e Sociologia visam proporcionar

aos educandos instrumentos para o exercício da cidadania de forma transformadora e responsável.

A Figura 4 apresenta o Plano Curricular da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Mário Quintana para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais para o ano de 2018.

A partir do conteúdo da figura 4 é possível conhecer as Áreas do Conhecimento da Base Nacional Comum (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso) e Áreas do Conhecimento da Parte Diversificada - PD (Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania e Conteúdos Interdisciplinares Aplicados). As Linguagens são compostas por Língua Portuguesa, Arte e Educação Física e as Ciências Humanas de História e Geografia.

Na Figura 4 também consta o tempo de duração de cada módulo, a quantidade de aulas semanais; a quantidade de módulos semestrais; a quantidade de horas semestrais dos períodos de 1 a 4; como também a quantidade de aulas e a carga horária semanal.

Notadamente, a Figura 4 apresenta informações sobre as disciplinas de Educação Física, Ensino Religioso e Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, tudo baseado na Resolução SEE/MG nº 2197/2012 e Resolução SEE/MG nº 2843/2016.

Figura 4 - Plano Curricular – Curso Presencial – Educação de Jovens e Adultos – Anos Iniciais

ÁREAS DE CONHECIMENTO		COMPONENTES CURRICULARES	1º PERÍODO			2º PERÍODO			3º PERÍODO			4º PERÍODO			
			A/S	M/SEM	HORAS/SEM										
BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	100	75h	4	80	60h	5	100	75h	4	80	60h	
		ARTE	2	40	30h										
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1	20	15h										
	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	4	80	60h	5	100	75h	4	80	60h	5	100	75h	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	40	30h										
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	40	30h										
		GEOGRAFIA	2	40	30h										
	ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	1	20	15h										
	PD	DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA		1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
		CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS		-	-	100h	-	-	100h	-	-	100h	-	-	100h
TOTAL	AS		20	400	-	20	400	-	20	400	-	20	400	-	
	CHS		-	-	400h										

LEGENDA: A/S: AULAS SEMANAIS M/SEM: MÓDULOS SEMESTRAIS HORAS/SEM: HORAS SEMESTRAIS

INDICADORES FIXOS: DIAS LETIVOS: 100 DIAS SEMESTRAIS SEMANAS LETIVAS: 20 SEMANAS SEMESTRAIS MÓDULO AULA: 45 MINUTOS

CARGA HORÁRIA DIÁRIA PRESENCIAL: 180 MINUTOS CARGA HORÁRIA TOTAL: 1600 HORAS

EDUCAÇÃO FÍSICA: As aulas de Educação Física deverão ser ministradas no primeiro horário do turno ou no último horário para que os alunos sem obrigatoriedade de cursar esse componente curricular sejam dispensados desse horário. A direção da escola deverá agrupar os alunos de todos os períodos, com obrigatoriedade de cursar a Educação Física, a fim de compor as turmas.

* ENSINO RELIGIOSO: O(A) aluno(a) que optar por não cursar o Componente Curricular "Ensino Religioso" deverá desenvolver e apresentar Atividades relacionadas com o Componente Curricular "Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania", a fim de garantir o cumprimento da carga horária mínima do curso. O(A) Professor(a) de Ensino Religioso deverá Planejar, Orientar e Avaliar as Atividades realizadas por esse(a)s aluno(a)s. Nos termos do Ofício Circular DEJA Nº 39/2016, de 16 de março de 2016.

CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS; DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: Possuem carga horária de 100 horas de aulas não presenciais semestrais para o aluno desenvolver o(s) projeto(s) que surgirem e forem orientados nas discussões em sala de aula no módulo semanal. Serão semanalmente ministrados e, conforme exigência legal, deverão abordar as temáticas dos temas transversais, tais como educação ambiental, direitos humanos, orientação sexual e diversidade, uso de drogas e dependência química, história e cultura afro-brasileira, de maneira interdisciplinar.

Elcione Ap. do N. Braga
 Masp: 11.05476
 Diretora Escolar
 (34) 3237-5522

[Assinatura]
 Diretor (a)

[Assinatura]
 Sônia R. Oliveira
 Masp: 1049438-1
 Inspectora Escolar



A Figura 5 apresenta o Plano Curricular da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Mário Quintana para o Ensino Fundamental – Anos Finais para o ano de 2018. Ela contém as Áreas do Conhecimento da Base Nacional Comum (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso) e Áreas do Conhecimento da Parte Diversificada - PD (Linguagens – Inglês, Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania e Conteúdos Interdisciplinares Aplicados). As Linguagens da Base Nacional Comum são compostas por Língua Portuguesa, Arte e Educação Física e as Ciências Humanas de História e Geografia.

Ainda na Figura 5 consta o tempo de duração de cada módulo, a quantidade de aulas semanais; a quantidade de módulos semestrais; a quantidade de horas semestrais dos períodos de 1, 2, 3 e 4, como também a quantidade de aulas e carga horária semanal. A Figura 5 contém ainda observações sobre as disciplinas de Educação Física, Ensino Religioso e Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, tudo baseado na Resolução SEE/MG Nº2197/2012 e Resolução SEE/MG Nº 2843/2016.

Já a Figura 6 apresenta o Plano Curricular da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Mário Quintana para o Ensino Médio do ano de 2018. O conteúdo da Figura 6 contém as Áreas do Conhecimento da Base Nacional Comum (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e Áreas do Conhecimento da Parte Diversificada – (PD) - (Linguagens – Inglês/Espanhol, Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho e Conteúdos Interdisciplinares Aplicados). As Linguagens da Base Nacional Comum são compostas por Língua Portuguesa, Arte e Educação Física, as Ciências da Natureza de Biologia, Física e Química e as Ciências Humanas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Ainda na Figura 6 consta o tempo de duração de cada módulo, a quantidade de aulas semanais; a quantidade de módulos semestrais; a quantidade de horas semestrais dos períodos de 1, 2, e 3, como também a quantidade de aulas e carga horária semanal.

A Figura 6 contém ainda observações sobre as disciplinas de Educação Física, Ensino Religioso e Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, tudo baseado na Resolução SEE/MG nº 2197/2012 e Resolução SEE/MG nº 2843/2016.

Figura 5 - Plano Curricular – Curso Presencial – Educação de Jovens e Adultos. Anos Finais

CURRICULAR		E.E. MARIO QUINTANA CRIADA PELO DECRETO 44196/05 DE 28 de Dezembro de 2005 Resolução SEE Nº 449 de 24/10/2002 Nova Denominação Lei 17640 de 07/05/2008-MG-08/05/2008 Modalidade de Ensino: Fundamental e Médio- EJA Email: escola.327964@educacao.mg.gov.br Telefone: 034 3237-5522													
PLANO CURRICULAR - CURSO PRESENCIAL - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS															
RESOLUÇÃO SEE/MG Nº 2197/2012, DE 26/10/2012 e RESOLUÇÃO SEE/MG Nº 2843/2016, DE 13/01/2016 - MÓDULOS DE 45 MINUTOS															
ESTRUTURA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS ANO: 2018															
ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º PERÍODO			2º PERÍODO			3º PERÍODO			4º PERÍODO				
		A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM		
BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	100	75h	5	100	75h	4	80	60h	4	80	60h	
		ARTE	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	
	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	4	80	60h	4	80	60h	5	100	75h	5	100	75h	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h	
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h	
		GEOGRAFIA	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h	
	ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	
	BASE NACIONAL DIVERSIFICADA	LINGUAGENS	LEM-INGLÊS	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
		DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA		1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS		-	-	100h	-	-	100h	-	-	100h	-	-	100h		
TOTAL		AS	20	400	-	20	400	-	20	400	-	20	400		
		CHS	-	-	400h	-	-	400h	-	-	400h	-	-	400h	

LEGENDA: A/S: AULAS SEMANAIS M/SEM: MÓDULOS SEMESTRAIS HORAS/SEM: HORAS SEMESTRAIS

INDICADORES FIXOS: DIAS LETIVOS: 100 DIAS SEMESTRAIS SEMANAS LETIVAS: 20 SEMANAS SEMESTRAIS MÓDULO AULA: 45 MINUTOS

CARGA HORÁRIA DIÁRIA PRESENCIAL: 180 MINUTOS CARGA HORÁRIA TOTAL: 1600 HORAS

EDUCAÇÃO FÍSICA: As aulas de Educação Física deverão ser ministradas no primeiro horário do turno ou no último horário para que os alunos sem obrigatoriedade de cursar esse componente curricular sejam dispensados desse horário. A direção da escola deverá agrupar os alunos de todos os períodos, com obrigatoriedade de cursar a Educação Física, a fim de compor as turmas.

* ENSINO RELIGIOSO: O(A) aluno(a) que optar por não cursar o Componente Curricular "Ensino Religioso" deverá desenvolver e apresentar Atividades relacionadas com o Componente Curricular "Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania", a fim de garantir o cumprimento da carga horária mínima do curso. O(A) Professor(a) de Ensino Religioso deverá Planejar, Orientar e Avaliar as Atividades realizadas por esse(a)s aluno(a)s. Nos termos do Ofício Circular DEJA Nº 39/2016, de 16 de março de 2016.

CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS; DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: Possuem carga horária de 100 horas de aulas não presenciais semestrais para o aluno desenvolver o(s) projeto(s) que surgirem e forem orientados nas discussões em sala de aula no módulo semanal. Serão semanalmente ministrados e, conforme exigência legal, deverão abordar as temáticas dos temas transversais, tais como educação ambiental, direitos humanos, orientação sexual e diversidade, uso de drogas e dependência química, história e cultura afro-brasileira, de maneira interdisciplinar. Os Conteúdos Interdisciplinares Aplicados possuem carga horária de 100 horas aulas não presenciais semestrais e destinam-se ao desenvolvimento de projeto(s) interdisciplinares pelos estudantes e serão ministrados, semanalmente, pelos professores, conforme a seguinte organização:

1º PERÍODO E 2º PERÍODOS: Matemática, História / 3º PERÍODO E 4º PERÍODOS: Língua Portuguesa, Geografia.

Elcione Ap. do N. Braga
Masp: 11105475
Diretora Escolar
(34) 3237-5522


Diretor(a)

Sônia R. Oliveira
Masp: 1049458-1
Inspetora Escolar



Figura 6 - Plano Curricular – Curso Presencial – Educação de Jovens e Adultos. Ensino Médio

ÁREAS DE CONHECIMENTO		COMPONENTES CURRICULARES	1º PERÍODO			2º PERÍODO			3º PERÍODO		
			A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM
BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	3	60	45h	3	60	45h	3	60	45h
		ARTE	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	BIOLOGIA	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h
		FÍSICA	1	20	15h	2	40	30h	1	20	15h
		QUÍMICA	2	40	30h	1	20	15h	2	40	30h
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h
		GEOGRAFIA	2	40	30h	2	40	30h	2	40	30h
		FILOSOFIA	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
SOCIOLOGIA		1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h	
PARTE DIVERSIFICADA	LINGUAGENS	LEM - INGLÊS	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
		LEM - ESPANHOL	1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
	DIVERSIDADE, INCLUSÃO E MUNDO DO TRABALHO		1	20	15h	1	20	15h	1	20	15h
	CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS		-	-	100h	-	-	100h	-	-	100h
TOTAL SEM LEM - ESPANHOL	AS	20	400	-	20	400	-	20	400	-	
	CHS	-	-	400h	-	-	400h	-	-	400h	
TOTAL COM LEM - ESPANHOL	AS	21	420	-	21	420	-	21	420	-	
	CHS	-	-	415h	-	-	415h	-	-	415h	

LEGENDA: A/S: AULAS SEMANAIS M/SEM: MÓDULOS SEMESTRAIS HORAS/SEM: HORAS SEMESTRAIS

INDICADORES FIXOS: DIAS LETIVOS: 100 DIAS SEMESTRAIS SEMANAS LETIVAS: 20 SEMANAS SEMESTRAIS MÓDULO-AULA: 45 MINUTOS

CARGA HORÁRIA DIÁRIA PRESENCIAL: 180 MINUTOS CARGA HORÁRIA TOTAL: 1200 HORAS (SEM LEM - ESPANHOL); 1245 HORAS (COM LEM - ESPANHOL)

EDUCAÇÃO FÍSICA: As aulas de Educação Física deverão ser ministradas no primeiro horário do turno ou no último horário para que os alunos sem obrigatoriedade de cursar esse componente curricular sejam dispensados desse horário. A direção da escola deverá agrupar os alunos de todos os períodos, com obrigatoriedade de cursar a Educação Física, a fim de compor as turmas.

CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS; DIVERSIDADE, INCLUSÃO E MUNDO DO TRABALHO: Possuem carga horária de 100 horas de aulas não presenciais semestrais para o aluno desenvolver o(s) projeto(s) que surgirem e forem orientados nas discussões em sala de aula no módulo semanal. Serão semanalmente ministrados e, conforme exigência legal, deverão abordar as temáticas dos temas transversais, tais como educação ambiental, direitos humanos, orientação sexual e diversidade, uso de drogas e dependência química, história e cultura afro-brasileira, de maneira interdisciplinar. Os Conteúdos Interdisciplinares Aplicados possuem carga horária de 100 horas aulas não presenciais semestrais e destinam-se ao desenvolvimento de projeto(s) interdisciplinares, pelos estudantes e, serão ministrados, semanalmente pelos professores, conforme a seguinte organização:

1º PERÍODO: Língua Portuguesa, Matemática, Física. / 2º PERÍODO: Língua Portuguesa, Matemática, Química. / 3º PERÍODO: Língua Portuguesa, Matemática, Biologia.


Diretor(a)
 Elcione Ap. do N. Braga
 Masp: 11105475
 Diretora Escolar
 (54) 3237-5522


Inspetor(a)
 Sônia R. Oliveira
 Masp: 1049438-1
 Inspetora Escolar

Fonte: Escola Estadual Mário Quintana.

Notadamente, o PPP não descreve o horário de início e término das aulas, nem pela manhã e nem à tarde. Apesar de não estar escrito, nossas observações diárias indicam que esta ausência se justifica em razão do funcionamento da escola depender da rotina estabelecida pela segurança da penitenciária. Rotina que não segue um padrão, muitas vezes por questões de segurança, a diretoria da Penitenciária, em especial a de segurança, entende ser necessário suspender o funcionamento da escola ou dá prioridade para outros setores e atividades. Entre as situações que interferem no funcionamento da escola, está a necessidade de realizar revista geral nas celas e nos presos, suspeitas de motins e rebeliões, vacinação dos presos, mutirão jurídico, surto de doenças infectocontagiosas e outras situações que possam colocar em risco a segurança do professor prisional, como também dos demais servidores. Determinar os horários no PPP seria um erro, porquanto dentro da prisão é difícil determinar horário preciso para toda e qualquer atividade, pois cada dia tem uma rotina diferente. Parece um absurdo, mas a falta de horário de início e término das aulas no PPP é um acerto, caso trouxesse horários, sua execução precisa ou aproximada não dependeria dos funcionários da escola.

Outra questão que o Projeto Político Pedagógico não contempla e nada menciona é o fato das salas de aula não possuírem composição mista, ou seja, homens e mulheres na mesma sala. Mais uma vez, nossas observações cotidianas do ambiente prisional demonstram que propiciar que homens e mulheres estudassem na mesma sala de aula traria muitos problemas. Entre eles, a logística, pois homens e mulheres cumprem pena em pavilhões distintos. Outra preocupação seria de segurança mesmo, pois muitos presos e presas são ou eram namorados ou casados e traria um constrangimento desnecessário para o casal. Questões de ciúmes também seriam recorrentes, pois aquele privado de liberdade que é comprometido, seja homem ou mulher não admite que o companheiro ou companheira se envolva com outro preso ou presa, ou mesmo seja alvo de alguma “cantada” de outro privado de liberdade, seria caso de discussão, briga e morte. Compreende-se que seria muito difícil para o professor lidar com conflitos desta natureza em sala de aula. Seriam muitos problemas, não há dúvidas, por isso o PPP não vislumbra tal possibilidade.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

Este estudo é de cunho social, tem como *lócus* da pesquisa, a Escola Estadual Mário Quintana, localizada na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia-MG. Como sujeitos da pesquisa, participaram os professores da Educação de Jovens e Adultos, a diretora, a enfermeira e as psicólogas da Penitenciária, que se prontificaram a responder os questionários e assinar os respectivos termos de consentimento livre e esclarecido. Nas palavras de Gil (1989, p.27), “pesquisa social é o processo que utiliza a metodologia científica, permitindo a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. A escolha do local da pesquisa se justifica, pois dos 15 anos de carreira no sistema prisional mineiro, laboro há 12 anos na Penitenciária, além do que, para atender as propostas de um mestrado profissional, pretendo agregar valor à minha atividade profissional. Para André (2017, p. 5) o mestrado profissional constitui-se:

A leitura de alguns textos, especialmente os de Ribeiro (2005, 2006) ajudaram a entender a especificidade do Mestrado Profissional (MP). Em um desses textos, Ribeiro (2005, p. 10) explica que as justificativas para criação do MP pela CAPES, foram, por um lado à exigência da sociedade atual para ter uma formação qualificada, mesmo para os setores que não atuam na docência universitária ou não se envolvem em pesquisa de ponta; e por outro lado, a constatação de que muitos mestres e doutores buscam um destino profissional fora do ensino superior, o que evidencia que há demanda de trabalho para o pessoal qualificado. Ao se referir à diferença entre o mestrado profissional (MP) e o acadêmico (MA), Ribeiro (2005, p. 15) indica o produto, ou o resultado do curso. Em suas palavras: “No MA pretende-se pela imersão na pesquisa, formar, a longo prazo, um pesquisador”. Já no MP, segundo o autor, também deve ocorrer a imersão na pesquisa, mas o objetivo é formar alguém que “saiba localizar, reconhecer, identificar e sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a sua atividade”. Estaria ele advogando ao pós-graduando do MP o papel de mero consumidor de pesquisa? Em texto escrito posteriormente, Ribeiro (2006, p. 214) esclarece um pouco mais seu ponto de vista sobre o lugar da pesquisa no MP: “espera-se que a pessoa, mesmo não pretendendo depois ser um pesquisador, incorpore certos valores e certas práticas com a pesquisa, que façam dele, em definitivo, um usuário privilegiado da pesquisa”. Especifica um pouco melhor sua proposta, ao dizer que: O que se almeja é algo aparentemente simples, mas bastante ambicioso e difícil, que o aluno entenda a importância da pesquisa em sua área profissional, que saiba onde encontrar a pesquisa ainda não feita, mas que se fará no futuro – e finalmente, que seja capaz de incorporá-la em seu exercício da profissão (RIBEIRO, 2006, p. 215).

Nosso objetivo foi construir um caderno de orientações para os professores prisionais da Escola Estadual Mário Quintana e para professores que pretendem iniciar a docência no cárcere. Por isso foi necessário ampliar o número de sujeitos da pesquisa, ao aplicar também um questionário à enfermeira e às psicólogas da Penitenciária, que por consequência, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

Para conhecer a realidade vivenciada pela comunidade escolar local, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, a fim de conhecer os pontos de vista dos participantes (professores, diretora, enfermeira e psicólogas), e por consequência, poder interpretar a realidade a partir dos significados que eles revelaram durante a coleta de dados. Sobre pesquisa qualitativa, Hernandez Sampieri (2013, p. 34), escreveu:

O enfoque se baseia em métodos de coleta de dados não padronizados nem totalmente pré-determinados. Não efetuamos uma medição numérica, portanto, a análise não é estatística. A coleta de dados consiste em obter as perspectivas e os pontos de vista dos participantes (suas emoções, prioridades, experiências, significados e outros aspectos subjetivos). Também são de interesse as interações entre indivíduos, grupos e coletividades. O pesquisador formula perguntas abertas, coleta dados apresentados pela linguagem escrita, verbal, não verbal e também visual, que ele descreve e analisa para que sejam transformados em temas relacionados, e reconhece suas tendências pessoais (Todd, 2005). Por isso, a preocupação direta do pesquisador se concentra nas vivências dos participantes, tal como foram (ou são) sentidas e experimentadas (Sherman e Webb, 1988). Patton (1980, 1990) define os dados qualitativos como descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações.

Corroborando com Hernandez Sampieri, Malheiros, (2011, p. 31), afirmou:

Já as pesquisas qualitativas tentam compreender os fenômenos pela ótica do sujeito. Neste sentido, têm como premissa que nem tudo é quantificável e que a relação que a pessoa estabelece com o meio é única, e portanto, demanda uma análise profunda e individualizada. Godoy (2015) estabelece algumas características para a pesquisa qualitativa: O ambiente natural é a fonte de dados. É fortemente descritiva. É orientada pelo significado que as pessoas dão aos fenômenos. Tem enfoque indutivo.

No que se refere à coleta de dados, um dos instrumentos utilizados foi a observação, uma vez que o pesquisador é um servidor público e trabalha no *lócus* da pesquisa e pôde descrever a partir da observação, como acontecia e como acontecem as

relações entre os sujeitos da pesquisa, e também reconstruiu diálogos, descreveu seu local de trabalho e eventos especiais, além de atividades, como também a sua rotina diária e alguns esclarecimentos necessários. É importante destacar que a observação e a vivência no cárcere, por parte do pesquisador subsidiou a construção de um glossário com 123 termos utilizados pelos privados de liberdade no cotidiano do cárcere, que será apresentado no caderno de orientações. Em relação à pesquisa observacional, Malheiros (2011, p.190) trouxe:

O estudo observacional pressupõe um sólido planejamento já que, em paralelo ao levantamento de dados, é imperativo garantir a redução das impressões subjetivas, além de se ter a clareza sobre o fenômeno que se deseja observar. Exatamente por isso a observação é um método que se aplica a quase todas as pesquisas em educação, mas requer tempo e conhecimento para ser realizada de forma correta. [...] Há que se lembrar nesse momento que é possível que o observador participe ou não da realidade que observa. Por exemplo, um professor pode coletar dados para uma pesquisa na sala de aula na qual é regente, sendo, portanto uma observação participante. Por outro lado, ao coletar dados observando alunos de uma escola da qual ele não faz parte torna-se apenas um investigador que coleta dados, mas não participa da realidade.

Ainda sobre a observação, Hernandez Sampieri (2013, p. 410), apontou:

Observação Qualitativa não é uma mera contemplação (“sentar-se para ver o mundo e tomar notas”). Implica entrarmos profundamente em situações sociais e mantermos um papel ativo, assim como uma reflexão permanente, estarmos atentos aos detalhes, acontecimentos, eventos e interações.

No que tange às descrições, por meio de narrações, fotos, imagens e glossário, nosso intuito foi aproximar o leitor do *locus* da pesquisa, uma vez que o espaço de presídios e penitenciárias é restrito e de difícil acesso para a maioria da população. Ainda no que tange a investigação qualitativa, Bogdan e Biklen (1994, p. 50) escreveram:

A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais. Na sua busca de conhecimento, os investigadores qualitativos não reduzem as

muitas páginas contendo narrativas e outros dados a símbolos numéricos. Tentam analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos.

Como já mencionado anteriormente, outro instrumento de coleta de dados foram os questionários, com perguntas abertas e fechadas. Hernandez Sampieri (2013) esclareceu: “Um questionário é um conjunto de perguntas a respeito de uma ou mais variáveis que serão mensuradas.” Nas palavras de Malheiros, (2011, p. 137):

Os questionários são a forma mais comum de se coletar dados em uma pesquisa nas ciências humanas ou sociais quantitativas. Eles são formados por um conjunto de questões agrupadas que trazem as possíveis respostas (hipóteses) previstas por quem o desenvolveu.

Para complementar esta pesquisa, foram usados também documentos, como o PPP da escola e os planos curriculares das séries iniciais, finais e ensino médio. Além dos documentos, pesquisamos junto ao Sistema de Gestão Prisional da Penitenciária (SIGPRI), o perfil dos matriculados na Escola Mário Quintana. Procuramos, portanto, realizar um trabalho cuidadoso, detalhado e fiel às revelações dos sujeitos da pesquisa, para a construção de um caderno de orientações que possa ser utilizado pelo público ao qual ele se destina.

3.2 Como aconteceu o processo de investigação

Assim como descrito na introdução, o primeiro foco da pesquisa foi elaborar um produto que envolvesse o uso de filmes na prisão, como metodologia de ensino e aprendizagem. Até então, havia lido vários livros sobre educação e cinema, como também li e separei textos da legislação pátria para usar na pesquisa.

A partir da necessidade de desenvolver a pesquisa e das orientações ocorridas em março e abril do corrente ano, minha orientadora me direcionou para escrever um artigo que contemplasse um assunto que pudesse compor meu produto, que fosse pelo menos uma seção dele. Diante da relevância da sugestão para a educação, em especial para a educação direcionada ao aluno preso e para dar voz e espaço ao professor prisional, resolvi escrever um artigo com o título: “Professores Prisionais: o que eles pensam da educação”. Meu objetivo ao pesquisar sobre este tema foi conhecer o

professor prisional, seu perfil e o que ele pensa da educação, principalmente as diferenças e semelhanças entre a educação disponibilizada no meio prisional e a educação convencional.

Para atingir tais objetivos, como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário misto (perguntas objetivas e subjetivas) aos professores prisionais. O questionário possuía 14 questões, 12 das quais eram objetivas e 2 subjetivas. Todos os questionários foram entregues à diretora da escola, como também os termos de consentimento livre e esclarecido. No ato de entrega, expliquei a ela os objetivos do questionário e sobre o termo de consentimento livre e esclarecido, que continha informações sobre os objetivos da pesquisa e me coloquei à disposição para quaisquer esclarecimentos. Ela se prontificou a conversar com os professores, repassar os questionários, recebê-los de volta e entrar em contato comigo para me devolvê-los respondidos. Passados mais de 15 dias, decidi cobrar a devolução dos questionários. Além dos questionários, minhas observações pessoais sobre a rotina educacional existente na Penitenciária foram determinantes para a construção da pesquisa, mesmo por que, como já mencionado, trabalho no mesmo local que os professores prisionais.

Após cobrar a devolução dos questionários, passados dois ou três dias recebi seis deles respondidos. Fiquei satisfeito, eram 14 professores, já tinha seis questionários, então comecei a tabular os dados e montar a pesquisa. É empolgante ver sua pesquisa tomando corpo e ganhando uma identidade. Posteriormente, apresentei os primeiros resultados para a minha orientadora, que logo na primeira leitura vislumbrou nas respostas dos professores, um novo produto, envolvendo a formação do professor prisional. Não uma formação para ser realizada na graduação, mas uma formação específica, voltada para a realidade vivenciada na escola da Penitenciária, que pudesse ocorrer por meio de um caderno de orientações para ajuda-lo a planejar e a desenvolver seu trabalho como professor prisional dentro do cárcere. Assim, surgiu a ideia de elaborar um material com orientações aos professores com informações sobre o ambiente prisional, a legislação sobre a educação na prisão, o modo de comunicação dos presos, aspectos de segurança e de saúde do professor. A partir da proposição da orientadora, não pensei duas vezes e em comum acordo resolvemos trabalhar com a intenção de apresentar o caderno de orientações, como produto final da pesquisa. Não que o cinema na prisão não fosse desafiador, porém ajudar o professor a planejar suas aulas a partir de orientações prévias sobre as particularidades do cárcere, além de

inédito, proporcionou a oportunidade de contribuir com meus colegas de trabalho, além de ser uma forma de valorizá-los e atender parte de seus anseios de formação específica, reconhecimento e valorização.

No mesmo dia da orientação, assim que cheguei à minha casa, comecei a pensar no título do produto e posteriormente em comum acordo com minha orientadora, chegamos ao título: Caderno de Orientações ao Professor Prisional. Um dia depois da última orientação, recebi mais três questionários da diretora da escola, portanto já eram nove questionários, me senti mais feliz ainda e compartilhei a informação com minha orientadora.

Dentro dessa lógica, a partir dos questionários e da construção do artigo foi possível compreender o que pensam os educadores prisionais sobre a educação, as diferenças assinaladas por eles entre a educação para as pessoas presas e aquela disponibilizada no meio aberto, além das suas opiniões sobre o que pode ser aperfeiçoado na educação prisional. Para facilitar o entendimento, todas as perguntas e respostas foram organizadas em quadros com a devida explicação e contextualização, como uma das seções desta pesquisa. Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender quais as particularidades da educação dentro do cárcere e criar um caderno de orientações, que contribua com a formação inicial do professor prisional da Escola Estadual Mario Quintana (escola localizada dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga), como também para professores de outras escolas prisionais.

Para aprofundar no tema e conhecer qual seu estado da arte, busquei em sites especializados, como Google Acadêmico, Scielo e Plataforma Sucupira, pesquisas (artigos, monografias, dissertações e teses), como também recebi algumas pesquisas sugeridas pela minha orientadora, entre estes trabalhos, pesquisar a obra do espanhol Carlos Marcelo García que trata da formação inicial de professores. Nas nossas buscas, tomamos conhecimento de algumas pesquisas e pudemos ler alguns artigos, monografias, dissertações e teses que foram usados para selecionar ideias e conhecimento sobre o tema. Algumas pesquisas foram citadas na seção que trata do estado da arte. Ainda dentro das leituras obrigatórias para desenvolver o tema e escrever o texto, procurei na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, aprovada pela Assembleia Geral da ONU dispositivos e no vasto ordenamento jurídico brasileiro, as leis, resoluções, planos nacionais e afins que tratam da educação como direito de todas as pessoas e por consequência dos privados de liberdade, para comprovar e deixar claro

que a pessoa presa tem suspensa apenas seu direito de ir e vir, preservando os demais direitos, essencialmente a educação.

Além da legislação geral (Constituição Federal do Brasil de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, Lei de Execução Penal de 1984, Resolução 02/2010 do Conselho Nacional de Educação que trata das diretrizes nacionais para a educação dos privados de liberdade), importantíssimo foi ler e interpretar o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana, as leis citadas por ele, como aquela que a criou e mudou seu nome. Para Veiga (1998, p. 01), “ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente”. Para compreender aquelas informações não presentes no PPP ou para aquelas informações que não estavam claras, procuramos ajuda e esclarecimento junto à Diretora e a Pedagoga da escola, que não mediram esforços para nos ajudar.

Em seguida, após conhecer as respostas dos professores foi necessário analisar também, por meio de questionário o entendimento, a opinião e o posicionamento da diretora da Escola Estadual Mário Quintana sobre a educação ofertada à pessoa presa, como também o momento atual desta educação e as suas perspectivas futuras e sanar as dúvidas verificadas entre o disposto no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana, no que está previsto na legislação e a educação ofertada na prática para o aluno privado de liberdade. Obviamente, a diretora também recebeu e assinou um termo de consentimento livre e esclarecido. O questionário possuía 26 questões mistas, 11 delas objetivas e 15 subjetivas. O questionário foi devolvido pela diretora da escola devidamente respondido. Após discorrer sobre as respostas da diretora, vimos a necessidade de perfilar os alunos matriculados na escola, a fim de enriquecer a pesquisa e mostrar quem são as pessoas que recebem a educação na prisão.

Sobre estes, a partir do banco de dados da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, denominado Sistema de Gestão Prisional (SIGPRI) foram levantados seus perfis e características. Foi apresentado a quantidade e percentual de homens e mulheres que estão matriculados na Escola Estadual Mário Quintana, como também a quantidade e percentual de negros e brancos, a quantidade e percentual relacionado à faixa etária, seus estados de origem, como também a estrutura familiar deles. Na penúltima orientação antes do exame de qualificação, argumentei com a professora que os

privados de liberdade têm um modo de comunicação próprio, com expressões e termos criados dentro do ambiente do cárcere. Assim, ela orientou que eu escrevesse quais são estes termos e criasse um glossário para ser uma seção do produto final.

Algumas questões sobre o caderno de orientações para o professor prisional já estavam pacificadas, teria uma introdução, uma seção para descrever quem são os privados de liberdade em sua maioria, e também a forma como se comunicam no cárcere (glossário), além das questões de segurança que o professor precisa se atentar no seu dia a dia de trabalho. Com o objetivo de enriquecê-lo decidimos ouvir mais alguns sujeitos que trabalham e conhecem o ambiente do cárcere.

Dessa forma, optamos por apresentar ao professor, dentro do caderno de orientações, quais são os cuidados preventivos e curativos em relação a sua saúde psicológica e física. Para tanto, a fim de orientar o professor sobre os cuidados com sua saúde, aplicamos questionário à enfermeira da Penitenciária, contendo seis perguntas fechadas e oito perguntas abertas. O objetivo do questionário foi conhecer o trabalho desta profissional, e por meio de sua experiência no cárcere, nos informasse sobre a salubridade ou não do ambiente prisional; indicasse as principais doenças presentes na prisão e se os professores estão sujeitos a estas doenças. Solicitamos também que ela apontasse medidas preventivas e curativas em casos de contágio por uma das doenças indicadas; se em algum momento já foi procurada por professores prisionais para relatar possíveis doenças adquiridas na prisão; se ela recebeu formação para trabalhar no cárcere e em caso positivo, como foi o curso. A participação e os conhecimentos da enfermeira seriam fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, por isso, pedimos a ela que nos informasse sobre qualquer outra questão relevante não presente no questionário, que fosse importante para o contexto da pesquisa.

Para orientar o professor, sobre os cuidados com as doenças psicológicas que podem advir do trabalho no cárcere, apresentamos às duas psicólogas da Penitenciária um questionário com quatorze questões, sendo seis fechadas e as demais abertas, para que elas respondessem sobre seu perfil profissional; e a partir de suas experiências, revelassem como classificam o ambiente prisional, sob o aspecto da saúde. As questões foram formuladas a fim de se conhecer se há no ambiente carcerário, doenças psicológicas e em caso positivo, quais são estas doenças e se elas podem atingir os professores prisionais; quais seriam as medidas preventivas para os professores evitarem tais doenças e quais medidas curativas em caso de suspeita de contágio.

Questionamos também se elas já foram procuradas por algum professor prisional apresentando problemas psicológicos, se receberam, antes de serem psicólogas no sistema prisional, formação para atuar no cárcere e como foi o curso; além de informar se há alguma outra questão relevante não perguntada que elas consideravam importante para o contexto da pesquisa.

Em relação à saúde física, para obtermos informações a fim de orientarmos o professor prisional no caderno de orientações, foi elaborado outro questionário, contendo quinze questões, nove delas abertas e as demais fechadas, o qual foi aplicado à professora de educação física da Escola Estadual Mário Quintana. O objetivo deste questionário foi conhecer sobre sua experiência profissional; quais são do ponto de vista dela, as principais doenças presentes no ambiente prisional relacionadas à falta de exercício físico, enumerando-as da mais para a menos presente no ambiente prisional. Outro aspecto importante a ser conhecido é se os professores prisionais estão sujeitos a estas doenças e que medidas preventivas/exercícios físicos são recomendados para se evitar tais doenças. Questionamos também de que forma o exercício físico contribuiria com a saúde do professor prisional, se a prática do exercício físico é de responsabilidade de cada um ou deveria existir uma política pública para incentivar o professor a se exercitar. Assim como no questionário aplicado às psicólogas, perguntamos se algum professor já a procurou para pedir ajuda para melhorar sua saúde física; quais seriam suas orientações para o professor prisional manter uma boa saúde física levando em consideração a estrutura e o ambiente do cárcere. Também questionamos se ela recebeu formação antes de começar a trabalhar na prisão e como foi o curso, caso tenha recebido; e como nos demais questionários solicitamos sua contribuição, acrescentando alguma informação relevante para a pesquisa que não tivesse sido contemplada no questionário.

A análise de todos os dados obedeceu à quantificação do público participante, com a análise das suas respostas devidamente explicadas e principalmente a contextualização de tudo que foi coletado, com base no estado do conhecimento, além das minhas observações no *lócus* da pesquisa. Esta análise subsidiou a criação de um caderno de orientações para a formação do professor prisional com o título: Caderno de Orientações ao Professor Prisional.

Em virtude de eu ser um servidor do sistema prisional, acredito que esta particularidade facilitou minha pesquisa. O conhecimento com os profissionais que lá

trabalham e o fato de saber como funciona o sistema prisional, amenizaram minhas dificuldades e acabou por enriquecer alguns aspectos da pesquisa, como por exemplo, a descrição da Penitenciária e sua história. Dificuldades que em minha opinião, seriam maximizadas, caso eu não estivesse dentro do cárcere e não conhecesse seu funcionamento.

4 RESULTADOS

4.1 Quem são os alunos privados de liberdade na Escola Estadual Mário Quintana

A matrícula de alunos nas escolas convencionais é de conhecimento público. Porém a matrícula de alunos privados de liberdade nas escolas prisionais é diferente. A matrícula do aluno preso na escola segue os ditames da Lei de Execução Penal. Desse modo, a Lei de Execução Penal determina que as unidades prisionais, por meio de seus servidores devem possuir uma comissão denominada, Comissão Técnica de Classificação ou simplesmente CTC. O artigo 6º da referida lei determina que a composição da comissão deve ser composta por: dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, com a presidência do diretor da unidade prisional. A finalidade desta comissão é elaborar um programa individual para o cumprimento da pena por parte do preso, ou seja, todos os presos que chegam à Penitenciária passam por cada um destes profissionais, que mediante entrevista vão escolher e determinar um programa a ser cumprido pelo preso. Este programa de tratamento é levado em consideração pelos juízes de direito no momento da concessão e suspensão de benefícios judiciais para os presos.

Notadamente, cada unidade prisional mantém a composição da CTC com a quantidade de servidores e especialidades que possui, por exemplo, na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, a CTC é composta pelo diretor-geral da Penitenciária, a diretora de atendimento ao preso, o diretor de segurança ou o servidor por ele designado, a pedagoga, a enfermeira, a assistente social, a psicóloga, o gerente de produção (responsável por analisar quais vagas de trabalho interno e possíveis candidatos), e um membro do serviço de inteligência. Assim, a comissão se reúne semanalmente e, nestas reuniões, todos estes profissionais falam um pouco de sua entrevista individual com o preso, fazem sua avaliação e votam se ele pode, trabalhar, estudar ou ambos e por quê. Cada opinião é importante, por exemplo, a pedagoga pode entender que o preso X deve estudar, porém a enfermeira pode alertar que o preso X tem uma deficiência visual e auditiva significativa, para tanto é aconselhável que os membros da comissão direcionem o preso X para sanar ou minimizar tais deficiências antes de começar a estudar.

Além de compreender como funciona o processo de matrícula dos privados de liberdade na Escola Estadual Mário Quintana, não menos importante foi traçar um perfil desses alunos, para o conhecimento dos professores que vão ensiná-los, como também do leitor. Mostrar as características do grupo contribui para o planejamento pedagógico do professor e aproxima os leitores do *locus* da pesquisa. Hoje são 138 alunos estudando na Escola Estadual Mário Quintana. Os Quadros de 1 a 6 demonstram quem são esses alunos. Estes apresentam muitas informações sobre os estudantes privados de liberdade e possuem grande importância, pois a partir delas, o professor pode conhecer seu público e o leitor pode vislumbrar quais as características das pessoas que estão recebendo a educação na prisão.

No Quadro 1, vemos que dos 663 presos homens, 120 deles estão matriculados na escola, o que corresponde a 18,09% de homens estudando. Quanto às 38 mulheres que cumprem pena na Penitenciária, 18 estão matriculadas na escola, um percentual de 47,36% do total de mulheres. Somando homens e mulheres, o Quadro 1 ainda mostra que dos 701 privados de liberdade que cumprem pena na Penitenciária, 138 estão matriculados na Escola, o que equivale a 19,68% do total de presos. A partir dos dados deste quadro é possível inferir que se a Penitenciária não estivesse lotada, se ela estivesse com os 396 presos que é sua capacidade original, seriam 34,84% dos presos estudando. Obviamente, se pensarmos na universalização da educação como já citada nas leis que tratam da educação na prisão, o percentual de 34,84% estaria mais próximo do que propõe as leis. Como demonstrado, a superlotação interfere inclusive nos números da educação dentro do cárcere.

Quadro 1 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade matriculadas na escola e o percentual em relação ao total da população carcerária da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga

	Total	Matriculadas	Percentual
Homens	663	120	18,09%
Mulheres	38	18	47,36%
Total	701	138	19,68%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir de dados obtidos junto à Escola Estadual Mário Quintana.

O Quadro 2 mostra que, do total de matriculados na escola, 120 são homens e 18 são mulheres, o que equivale a dizer que do total de vagas, 87% são ocupadas por homens e 13% por mulheres. Não foi objeto desta pesquisa, investigar o número de

homossexuais privados de liberdade que estão matriculados na escola, mas a educação deve levar em consideração estas possibilidades. Sobre a questão de gênero em sala de aula, Rosa (2017, p. 54) enfatizou:

É imprescindível compreender que a constituição do masculino e do feminino não contempla campos estanques e homogêneos, como se homens e mulheres não apresentassem convergências nas suas experiências e representações, ou como se entre homens e homens, mulheres e mulheres também não existissem divergências. Portanto, problematizar as relações de gênero, na EJA, requer o cuidado de não cair na simplificação homogênea, mas implica lidar com a dinâmica heterogênea em um processo formativo do sujeito, plural e diverso.

Quadro 2 - Quantidade de homens e mulheres privados de liberdade que estudam na Escola Estadual Mário Quintana e o percentual em relação ao total de matriculados

Homens/Percentual	Mulheres/Percentual	Total de Estudantes
120 / 87%	18 / 13%	138

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir de dados obtidos junto à Escola Estadual Mário Quintana.

Por meio da representação do Quadro 3 conseguimos demonstrar que, dos homens privados de liberdade que estudam na Escola Estadual Mário Quintana, 65 deles são negros e 55 são brancos, o que corresponde a 54,16% e 45,84% respectivamente. Ainda no mesmo quadro é possível constatar que há 9 mulheres negras e 9 mulheres brancas matriculadas na escola, ou seja, as vagas são preenchidas por 50% de mulheres negras e 50% por mulheres brancas. A última linha do Quadro 3 demonstra que, a partir da soma de homens e mulheres matriculados, 74 são negros e 64 são brancos, o que equivale a dizer, que do total de matriculados na escola, 53,62% negros e 46,38% são brancos.

Para a representação do Quadro 3, o pesquisador usou a heteroclassificação, ou seja, um critério mais objetivo, relacionado às características do fenótipo dos indivíduos. Demonstrar a questão étnica dos privados de liberdade é importante, pois situa o professor em seu planejamento. A partir deste conhecimento, o professor pode planejar suas aulas para um grupo de alunos heterogêneo, do ponto de vista étnico racial. Em relação à diversidade racial em sala de aula, Maciel (2014, p. 60) escreveu:

Uma alternativa para o trabalho dos professores é a construção de práticas pedagógicas que se posicionem contra a discriminação racial.

Tarefa que deve ser adotada pelos cursos de formação continuada e pelos profissionais e pesquisadores da área educacional. Sem mudanças nas práticas pedagógicas, o destaque a cultura negra continuará apenas no discurso. Quando tratada de forma adequada, a cultura afro-brasileira pode ajudar os alunos negros a constituírem sua própria identidade e história sem humilhações.

Quadro 3 – Raça, cor ou etnia dos privados de liberdade matriculados na Escola Estadual Mário Quintana

	Negros (as) / Percentual	Branco(s) (as) / Percentual	Total
Homens	65 / 54,16%	55 / 45,84%	120
Mulheres	9 / 50%	9 / 50%	18
Total	74 / 53,62%	64 / 46,38%	138

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir de dados compilados junto ao SIGPRI – Sistema de Gestão Prisional de Minas Gerais, na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

Nas palavras de Osório, (2013, p. 84), as raças são importantes para representação da diversidade:

As raças interessam às Ciências Sociais por que as produções psicológicas e sociológicas de uma cultura, mesmo as imateriais, orientam as ações das pessoas com efeitos concretos. A representação da diversidade humana em raças é uma dessas produções. Por si, não seria um problema, não fora quase sempre acompanhada por hierarquizações das raças, insegurança e medo do outro. O racismo e o preconceito escorados nas representações das raças se tornam danosos a partir do momento em que determinam atitudes e comportamentos, levando a situações de discriminação na interação entre pessoas de grupos raciais diferentes. No Brasil, embora não seja a única causa da desigualdade racial, a repetição frequente dessas situações contribui para que os grupos discriminados tenham, em média, piores condições de vida.

Lidar com a heterogeneidade étnica racial em sala de aula não é uma tarefa fácil para o professor, requer conhecimento e planejamento, conforme Correia (2013, p. 113) assinalou:

Por vezes, jovens e adultos trazem arraigadas noções preconcebidas sobre grupos ou etnias, algumas das quais se manifestam em relações de conflito na sala de aula. Superar estas situações e explicitar com habilidade temas polêmicos é uma tarefa educativa fundamental para promover a mudança de postura e a conscientização dos alunos sobre valores e atitudes em relação às diferenças. Para tanto, recomenda-se ao professor estimular os alunos a refletirem sobre a construção das

noções de diferença e alteridade (“o outro”) e de semelhança (“o nós”), as quais fornecem os fundamentos para a construção da identidade. (p. 116)

Em relação à idade dos estudantes é possível visualizar no Quadro 4 uma classificação etária dos homens e mulheres privados de liberdade que estão matriculados na Escola Estadual Mário Quintana, e a partir da soma do total de homens e mulheres, a divisão etária total dos estudantes. Do número total de homens matriculados na escola, 55 ou 45,84% deles possuem entre 18 a 30 anos de idade; 52 ou 43,34% deles possuem de 31 a 40 anos de idade; 12 ou 10% deles possuem de 41 a 50 anos de idade e 01 ou 0,8% possui mais de 51 anos de idade.

O Quadro 4 também apresenta a idade das mulheres que estão matriculadas na Escola Estadual Mário Quintana, sendo 7 ou 39% delas possuem de 18 a 30 anos de idade; 9 ou 50% delas possuem de 31 a 40 anos de idade, 2 ou 11% delas possuem de 41 a 50 anos de idade e não há mulheres estudando com mais de 50 anos de idade.

Ainda no Quadro 4, a partir da soma do número de homens e de mulheres é possível verificar a divisão etária das pessoas privadas de liberdade que estudam na Escola Estadual Mário Quintana e seu percentual em relação ao total de privados de liberdade matriculados na Escola. Do total de estudantes, 62 ou 44,92% deles estão na faixa etária compreendida entre 18 a 30 anos, 61 ou 44,20% deles possuem entre 31 a 40 anos de idade, 14 ou 10,14% deles estão com idade entre 41 a 50 anos e um estudante possui mais de 51 anos, o que representa 0,73% do total de alunos matriculados.

Quadro 4 – Divisão por faixa etária dos estudantes da Escola Estadual Mário Quintana e seu percentual em relação ao total de matriculados

	18 a 30 anos / Percentual	31 a 40 anos / Percentual	41 a 50 anos / Percentual	Mais 51 anos / Percentual	Total
Homens	55 / 45,83%	52 / 43,33%	12 / 10%	1 / 0,84%	120
Mulheres	07 / 39%	09 / 50%	2 / 11%	0 / 0%	18
Total	62 / 44,92%	61 / 44,20%	14 / 10,14%	1 / 0,73	138

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir de dados compilados junto ao SIGPRI – Sistema de Gestão Prisional de Minas Gerais, na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

O Quadro 5 apresenta a origem dos privados de liberdade, os nascidos no Estado de Minas Gerais e os nascidos em outros Estados da Federação, como também o percentual em relação ao total de privados de liberdade que estudam na Escola Estadual Mário Quintana. Dos matriculados, 108 ou 78,2% são mineiros; 12 ou 8,7% são de Goiás; 6 ou 4,4% são paulistas; 3 ou 2,2% são da Bahia; há dois nascidos na Paraíba e 2 do Maranhão, o que corresponde a 1,4% para cada Estado e há 1 ou 0,7% de representante do Estados do Ceará, 1 ou 0,7% do Distrito Federal, 1 ou 0,7% do Rio de Janeiro, 1 ou 0,7% do Rio Grande do Norte e 1 ou 0,7% que não declarou nem a cidade e nem o Estado de origem.

Quadro 5 - Quantidade de privados de liberdade nascidos no estado de Minas Gerais e em outros estados da federação e seu percentual em relação ao total de privados de liberdade estudando

Estados da Federação	Quantidade	Percentual
Bahia	03	2,2%
Ceará	01	0,7%
Distrito Federal	01	0,7%
Goiás	12	8,7%
Maranhão	02	1,4%
Minas Gerais	108	78,2%
Paraíba	02	1,4%
Rio de Janeiro	01	0,7%
Rio Grande do Norte	01	0,7%
São Paulo	06	4,4%
Não declarou	01	0,7%
Total	138	100%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir de dados compilados junto ao SIGPRI, na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

Em relação à estrutura familiar destes alunos privados de liberdade que estudam na Escola, o Quadro 6 mostra a quantidade de homens e mulheres privados de liberdade que declararam o nome do pai e da mãe e aqueles que declararam apenas o nome da mãe quando admitidos na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, e o percentual em relação ao total de estudantes matriculados. Dos homens, 105 ou 87,5% declararam possuir pai e mãe e os outros 15 ou 12,5% declararam possuir apenas mãe. Das mulheres, 14 ou 77,8% declararam possuir pai e mãe e as outras 04 ou 22,2%

declararam ter apenas mãe. O grande objetivo deste quadro é fazer o leitor refletir sobre os impactos da falta de estrutura familiar na vida estudantil das pessoas, em especial dos privados de liberdade matriculados na Escola Estadual Mário Quintana. No que tange a influencia familiar na vida das pessoas, Andrade e Barros (2013, p. 92) escreveu:

Baseando-se em Bourdieu (2010a), pode-se afirmar que os comportamentos dos sujeitos são determinados, entre outros fatores, por sua família, pelo seu pertencimento sociocultural, bem como das expectativas que criam para o futuro.

Quadro 6 - Quantidade de homens e mulheres privados de liberdade que estudam e declararam o nome do pai e da mãe e aqueles que declararam apenas o nome da mãe quando admitidos na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e o percentual em relação ao todo

	Pai e Mãe/Percentual	Apenas Mãe/Percentual	Total
Homens	105 / 87,5%	15 / 12,5%	120
Mulheres	14 / 77,8%	04 / 22,2%	18
Total	109 / 86,23%	19 / 13,76%	138

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir de dados compilados junto ao SIGPRI – Sistema de Gestão Prisional de Minas Gerais, na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

García (1999, p. 91) trouxe que é importante o professor conhecer seus alunos:

É necessário que os professores estejam sensibilizados para conhecer as características socioeconômicas e culturais do bairro, as oportunidades que oferece para ser integrado no currículo, as expectativas dos alunos, etc. Este tipo de conhecimento também inclui o conhecimento da escola, da sua cultura, dos professores e das normas de funcionamento. Por último, os professores têm de ter conhecimentos sobre os alunos, a sua procedência, os níveis de rendimento em cursos prévios, a sua implicação na escola. Este tipo de conhecimento não se adquire senão em contato com os alunos e as escolas reais, e assim as práticas de ensino constituirão a oportunidade mais adequada para o promover.

Os Quadros de 1 a 6 revelaram o perfil dos alunos privados de liberdade da Escola Estadual Mário Quintana. A partir delas conhecemos o número de pessoas privadas de liberdade que estudam na escola, como também o percentual de estudantes em relação ao número total de presos; do total de estudantes, o número e percentual de homens e mulheres matriculados; além de saber a raça, cor ou etnia dos alunos; a faixa etária dos estudantes; seus estados de origem e sua estrutura familiar. A escolha por

estas categorias de perfis se justifica para mostrar que os alunos presos, assim como alunos convencionais, são diferentes entre si, seja por gênero, raça, cor ou etnia, faixa etária e histórico familiar, o que evidencia a necessidade dos professores prisionais trabalharem com esses alunos de forma heterogênea e diversa, respeitando suas singularidades e transmitindo a todos que as diferenças devem coexistir pacificamente e respeitadamente.

4.2 Reflexões sobre a educação na Escola Estadual Mário Quintana

4.2.1 O olhar da diretora

A diretora da Escola Estadual Mário Quintana está na função desde a fundação da escola em 2005, ou seja, são 12 anos exercendo esta função. Possui 41 anos de idade, é licenciada e bacharel em História, Pós-Graduada em Inspeção Escolar/Supervisão e Pós-Graduada em Educação de Jovens e Adultos. Relatou que já foi professora da educação infantil por 4 anos e por 1 ano e meio no ensino regular, porém não atuou como professora de privados de liberdade.

Pelos seus relatos, foi capacitada para a gestão escolar, pois ao ser contratada para a função de diretora escolar, recebeu orientações dos servidores e diretores da Superintendência Regional de Ensino, os quais a auxiliaram nas primeiras atividades, principalmente as relacionadas à criação de documentos pertinentes para que as aulas tivessem início.

Mencionou ainda que recebeu formação continuada como gestora, que no decorrer dos doze anos como diretora participou do curso denominado Pro-Gestão, foi um curso presencial, atualmente ele ainda existe, mais na modalidade à distância. No curso foram estudadas resoluções voltadas para o caixa escolar, vida do aluno, departamento de pessoal, entre outros, com avaliação no final e recebimento de certificado. A diretora respondeu que periodicamente a Superintendência Regional de Ensino oferece cursos ligados a questões pedagógicas, de pagamento, de aposentadoria, caixa escolar e patrimônio. Os cursos pedagógicos são direcionados para os professores e os demais cursos são ofertados aos profissionais da escola, conforme sua função exercida. Nas palavras da diretora, no caso dos cursos pedagógicos, nem sempre eles

atendem a necessidade da escola, uma vez que ela está localizada em uma unidade prisional e os temas são voltados para a realidade das escoltas localizadas fora da unidade prisional. Para ela, a falta de cursos específicos para as escolas localizadas em unidades prisionais é a maior dificuldade no momento.

Nas palavras da diretora, o processo de escolha dos professores prisionais obedece a SEE nº 3660 de 02/12/2017 republicada em 08/12/2017 juntamente com a orientação de serviço Sb/SEE nº 13 de dezembro de 2007 e o Ofício Circular SPS/DGPE nº01/2018. Resumidamente, por meio dos documentos citados é lançado o edital de contratação, no qual é solicitado ao candidato o encaminhamento de seu currículo, assim como os seus documentos para investigação social (antecedentes criminais, documento de identificação e atestado de antecedentes criminais). Os documentos de investigação social são encaminhados para o Diretor-Geral da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga que reencaminha para o Assessor de Inteligência também da Penitenciária. Após a análise da documentação, o Assessor de Inteligência emite um parecer e caso o parecer seja positivo, é realizada uma análise do currículo do candidato. Se por acaso o candidato já tiver experiência em educação dentro de unidade prisional é avaliado se ele não teve nenhuma intercorrência em sua pasta funcional. Após a verificação do currículo, ocorre uma entrevista do candidato com a diretora da escola e um dos responsáveis pela Penitenciária. Passadas estas três etapas, se o candidato for aprovado é feita a contratação. Basicamente, os requisitos exigidos para a contratação são os determinados pelos responsáveis da Penitenciária.

Os contratos podem perdurar até 31 de dezembro do ano de contratação do candidato, se o cargo estiver vago ou se houver a necessidade de substituição de professor, depende do período de afastamento do titular do cargo, ou seja, perdura enquanto durar o afastamento do professor titular do cargo. A remuneração do professor prisional é igual à remuneração de um professor de escola regular que exerce função pública na rede estadual de educação básica da Secretaria de Estado de Educação.

A diretora declarou também que após todo o processo de seleção, os professores contratados recebem formação inicial. Nas palavras dela, no ato da entrevista, o contratado já recebe algumas orientações de procedimentos voltados para sua segurança no espaço da unidade prisional e recebe um documento com algumas informações iniciais. Antes de entrar em sala de aula é realizada uma reunião, na qual estarão presentes, o Diretor-Geral da Penitenciária, o Diretor de Segurança ou Coordenador de

Segurança, os quais repassam orientações de como proceder em determinadas situações e o uso adequado de roupas e sapatos. Nesta ocasião, além de receberem as informações, os professores tiram suas dúvidas. A primeira entrada em sala de aula é acompanhada por uma especialista em educação (Supervisora) que faz a apresentação do professor à turma. No entender da gestora, todo esse cuidado inicial facilita para que a gestão da escola não tenha problemas posteriores.

No que tange à capacitação específica para o docente que atua na prisão, a diretora entende que os cursos oferecidos para o professor nem sempre atende a necessidade da escola, uma vez que ela se localiza em uma unidade prisional e os temas trabalhados pela secretaria geralmente são voltados para a realidade das escolas localizadas fora das unidades prisionais. A diretora acredita que esta é a maior dificuldade no momento. Dentro desse contexto, nos horários de atividades fora da sala de aula, o professor se reúne com a Supervisora e, juntos, discutem possíveis projetos, além de receber orientação e acompanhamento sobre as metodologias aplicadas em sala de aula.

Em relação à carga horária de aulas para os privados de liberdade, a diretora respondeu que a carga horária funciona de acordo com o plano curricular, conforme prescreve a Resolução SEE/MG nº 2843/2016, com módulos de 45 minutos cada, sendo que nas séries iniciais e finais o período que corresponde a um semestre compreende 400 horas, geralmente com 20 aulas semanais. Já no ensino médio são 415 horas semestrais, também com 20 aulas por semana. A carga horária é igual à carga horária das escolas convencionais que também trabalham na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Sobre os projetos presentes e futuros para a melhora da qualificação dos professores prisionais, a gestora afirmou que não há no momento, nenhum projeto apresentado pela Secretaria Estadual de Educação, que é o órgão competente pela contratação de professores. Para suprir esta necessidade, a Escola oportuniza momentos de debates, apresentação de projetos, reuniões com temas específicos para atuação em sala de aula e aprimoramento do professor. São encontros fora da unidade prisional e ainda nos horários de atividades extraclasse, conforme Decreto nº 46.125 de 2013.

Por fim, na opinião da diretora, a educação para os privados de liberdade, bem como para qualquer outro indivíduo, é uma forma de oportunizar novas visões, assim como uma formação que possibilite a criticidade e mudança de valores.

Especificamente, aos privados de liberdade, a gestora entende que além de ser um direito, a educação exerce um papel fundamental, pois a privação de liberdade por si só não traz mudanças de atitudes, como também a educação sozinha não consegue solucionar todos os problemas. Para a gestora, cada atividade realizada dentro da Penitenciária pelos mais diversos profissionais é importante, mas apesar de todos os atendimentos com médico, advogados, pedagogos, diretores e agentes penitenciários, ainda são insuficientes. No seu entendimento, o trabalho dos professores é voltado para a humanização, já que ao entrar em sala, atitudes simples como aperto de mão ou atividades que visam trabalhar a identidade desse aluno tem como resposta o resgate da autoestima, portanto, a educação prisional tem como objetivo, que esse indivíduo retorne à sociedade com maiores chances no mercado de trabalho e com melhor convivência na sociedade. Ela acredita que mudanças são necessárias, como por exemplo, as documentações que legalizam uma escola, com resoluções específicas voltadas para a realidade do sistema prisional. Outro ponto destacado por ela é que o trabalho não pode ficar restrito aos muros dos presídios, pois o indivíduo privado de liberdade, quando tem de volta sua liberdade, precisa de acompanhamentos que sejam capazes de suprir e até mesmo evitar que este retorne à vida de crime. A sociedade também precisa preocupar-se para que trabalhos sociais sejam realizados com quem saiu da prisão, para que o número de encarcerados não aumente, é preciso trabalhar com prevenção.

4.2.2 o perfil e o olhar dos professores

Pelas nossas observações extraídas do cotidiano prisional e a partir das respostas dos professores nos questionários, percebemos que os educadores prisionais talvez sejam os únicos a acreditar no poder de transformação que a educação pode propiciar aos privados de liberdade. É perceptível nos demais servidores do sistema prisional muita resistência em aceitar a escola/educação para presos. Essa resistência em relação à educação no sistema prisional precisa ser superada, como também não existe por acaso, segundo relata Freire (2016, p. 74):

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na 'inversão da práxis', se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade

opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se oprimido, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis dessa busca.

Para se melhorar ou modificar uma realidade é necessário estudá-la e conhecê-la, como ela acontece, suas causas e consequências. Essa modificação passa necessariamente por quem vive diariamente a realidade a ser transformada e melhorada. No nosso caso, um dos atores importantes na melhora do ensino prisional é o professor prisional. A partir dessa premissa, quem são os professores prisionais?

Para responder a esta e outras perguntas, a intenção inicial foi obter, por meio de questionário, a participação e opinião de todos os professores que laboram na Escola Estadual Mario Quintana. Dentre os 14 professores, 9 responderam qual sejam 14 professores, porém nove professores responderam ao questionário que lhes foi proposto. O questionário foi composto de 14 questões, sendo 12 perguntas objetivas e 2 perguntas subjetivas. As 5 primeiras perguntas do questionário revelaram o perfil dos professores, o que é possível verificar nos Quadros de 7 a 11.

Assim, o Quadro 7 apresentou que, do total de professores que responderam a pesquisa, três são homens e seis são mulheres, ou seja, 33,33% e 66,67% respectivamente.

Quadro 7 - Número e porcentagem de professores do sexo masculino e feminino que responderam ao questionário proposto

Professores / Percentual	Professoras / Percentual
3 professores / 33,33%	6 professoras / 66,67%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir dos dados compilados dos questionários aplicados.

O Quadro 8 demonstra que 44,45% do total de professores, ou seja, quatro professores possuem entre 20 e 30 anos de idade, três professores possuem entre 31 e 40 anos de idade, o que corresponde a 33,33% do total de professores, 11,11% do total de participantes da pesquisa tem entre 41 e 50 anos de idade e um professor tem mais de 50 anos de idade, o que também equivale a 11,11% do total de professores que responderam a pesquisa.

Quadro 8 – Faixa Etária dos Professores e a respectiva porcentagem em relação ao todo

Faixa Etária	20 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 50 anos
Professores	04	03	01	01
Percentual	44,45%	33,33%	11,11%	11,11%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir dos dados compilados dos questionários aplicados.

No que diz respeito à experiência como professor, o Quadro 9 demonstra que, do total de professores que responderam a pesquisa, 2 são professores há menos de 3 anos, 4 tem experiência como professor, superior a três anos e inferior a 6 anos, 1 dos professores tem entre 6 a 20 anos de experiência e 2 professores tem mais de vinte anos de experiência. Ou seja, 22,22% dos professores possuem menos de 3 anos de experiência, 44,45% possuem de 3 a 5 anos de experiência, 11,11% possuem entre 6 a 20 de experiência, como professor e 22,22% são professores há mais de 20 anos.

Quadro 9 - Há quanto tempo é professor e sua porcentagem em relação ao todo

Tempo de Profissão	Menos que 3 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 20 anos	Mais que 21 anos
Professores	02	04	01	02
Percentual	22,22%	44,45%	11,11%	22,22%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir dos dados compilados dos questionários aplicados.

Conforme demonstra o Quadro 10, os participantes responderam também qual seu tempo de experiência como professor de privados de liberdade. Destes, 1 professor não respondeu; 2 professores possuem apenas 3 meses de experiência; 3 professores possuem entre 1 ano e 6 meses a 3 anos de trabalho como professores prisionais; 1 professor possui 10 anos de experiência como professor na prisão, e 2 são professores prisionais entre 12 a 14 anos. Percentualmente, dos professores que responderam à pesquisa, 25% do total deles possui 3 meses de experiência, 37,5% com experiência superior a 1 ano e 6 meses e inferior a 03 anos, 12,5% com 10 anos de experiência como professor prisional e 25% são professores prisionais há a mais 12 anos e menos de 14 anos.

Quadro 10 - Representação da experiência dos professores dentro da prisão e a porcentagem em relação ao total de professores que responderam a pesquisa

Há quanto tempo é professor prisional	Percentual
1 professor não respondeu.	0%
2 são professores prisionais há 3 meses	25%
03 são professores prisionais entre 1 ano e 6 meses a três anos	37,5%.
01 é professor prisional há 10 anos	12,5%
02 são professores entre 12 a 14 anos	25%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir dos dados compilados dos questionários aplicados.

O Quadro 11 representa o nível de formação dos professores prisionais, no total são 9 professores, 6 deles possuem graduação, ou seja, 66,67% do total de professores; 2 professores são especialistas e 1 professor é mestre e está cursando o doutorado, 22,22% e 11,11% respectivamente do total de professores.

Quadro 11 – Nível de formação dos professores e seu percentual em relação ao total de professores

Nível de Formação	Apenas Graduação	Graduados com Especialização	Mestre
Professores	06	02	01
Percentual	66,67%	22,22%	11,11%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir dos dados compilados dos questionários aplicados.

Os Quadros de 7 a 11 mostram quem são os professores prisionais, o gênero, a idade, o tempo de experiência como professor, o tempo de experiência como professor prisional e o nível de formação, como também o percentual de cada um desses dados em relação ao total de professores que responderam o questionário.

Quando se discute educação é importante saber a opinião ou posicionamento dos professores sobre vários aspectos que a compõem ou a circundam. Eles são um dos principais atores da educação, a partir de suas experiências cotidianas em sala de aula e na escola adquirem uma bagagem prática que os credencia a opinar e discutir educação com conhecimento de causa. O aperfeiçoamento da educação passa necessariamente pelas contribuições dos educadores, conforme Freire (2016, p. 110) expressou:

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua

ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador.

Veamos qual o posicionamento dos professores prisionais sobre a educação. Descrevendo as respostas dos professores, em ordem crescente a partir da primeira linha do Quadro 12, os dados apresentados mostram que 6 professores, 66,67% do total, entendem que os alunos presos são mais disciplinados que os alunos do meio aberto, já os outros 3 professores, 33,33% do total, apontam que não há diferenças disciplinares entre os alunos que estudam na prisão e os alunos do meio convencional. Sobre a disciplina dos alunos, Cortella, (2015, p 82) afirmou:

Parece que hoje cobrar respostas se assemelha a uma ofensa, a depender da camada social de onde as crianças vêm; porque não são cobradas no cotidiano, a noção de responsabilidade fica afrouxada. Nesta geração, em que adultos pouco convivem com as crianças, é na escola, que elas são cobradas: “Fez a lição?”; “Trouxe o material?”; “Leu o que foi pedido?”... Se bobear, dependendo da escola, o aluno parte para cima. Em outras ocasiões é o pai e a mãe quem vêm reclamar. – Você reprovou o meu filho? – Ele não fez o trabalho. – Ah, mas só por isso?

O Quadro 12 demonstra ainda que, para 5 professores os alunos prisionais são mais interessados no aprendizado do que os alunos do meio aberto, ou seja, 55,56% do total de sujeitos da pesquisa e os outros 4 ou 44,44% dos professores assinalaram que tanto o aluno encarcerado, quanto o aluno do meio convencional, ambos possuem o mesmo nível de interesse pelo aprendizado. A linha 3 do Quadro 12 ainda demonstrou também que 8 ou 88,89% dos professores responderam que os alunos do meio prisional têm mais respeito pelo professor do que os alunos do meio aberto e os outros 11,11% entendem que tanto os alunos do meio prisional, como também os do meio aberto possuem o mesmo nível de respeito pelo professor. Em relação a educação passada pelos pais ao filhos, o que reflete o comportamento do filho na sala de aula, Cortella (2015, p. 83), relatou o seguinte:

Outro dia, eu estava no restaurante e chegou uma jovem senhora com uma menina de uns 10 anos de idade. Corria de lá para cá, pulava, derrubava as coisas, gritava, ligava o tablete dela com volume bem alto. Uma menina infernal. Ninguém ao redor conseguia qualquer tipo de fruição. Educador que sou, levantei e fui até a mãe. - Senhora, essa criança é sua? – É sim. – Então, leve-a para casa. – Como assim? – A sua filha é uma menina belíssima, mas não pode viver em comunidade ainda. A senhora tem de formá-la para que ela possa viver em comunidade. Ela está achando que pode fazer o que quiser. E não é

isso a vida em comunidade. Em que você tem autonomia, e não soberania. A mãe me olhou espantada e eu continuei a explicação: - Soberania é você fazer aquilo que quiser, independentemente de os outros existirem. Autonomia é você fazer o que quiser, no âmbito da sua liberdade conectada à das outras pessoas. Por isso, leve-a. - Como? Se eu for levá-la, eu não vou almoçar. - Como a senhora bem pode observar, ninguém aqui está almoçando. - Mas não posso fazer isso meu senhor. - Pode, ela é sua filha. A senhora achou que o trabalho de parto era só na maternidade? Formar uma criança dá trabalho. - Mas eu não posso levar. Se eu levar, ela vai chorar. - Chore. - Mas ela vai brigar comigo. - Eu sei, mas ter filho realmente dá trabalho. Não bata, não coloque num quarto escuro, não amace, mas uma menina assim não pode ser deformada pela senhora. Quando ela estiver preparada, a senhora a traga de volta à comunidade. Agora ela não tem condição. - O senhor está maluco. - Talvez, mas não o suficiente para criar uma criança desse jeito. - Ok, eu vou levar, mas só para não brigar com o senhor. - Não quero que a senhora faça isso por medo, porque não vou lhe fazer nada. Não vou encostar um dedo na senhora, não vou chamar o aparato policial, eu estou apenas lhe dando um conselho. Claro que a minha volta ninguém almoçava, mas havia um apoio tácito; e a mãe se foi com a menina. Afinal, depois essa criança cresce, vai dirigir empresa, escola, hospital, mas não saberá o significado do que é viver em comunidade. Acha que porque deseja tem direito. No âmbito da escola, esse comportamento produz um fenômeno duplo: um nível maior de violência em relação à autoridade docente e, em segundo lugar, um desalento docente. Esse desalento docente se expressa em frase do tipo: "A família abandonou as crianças nas nossas mãos, mas não temos como dar conta, não há o que fazer". Essa lamentação não é resolutive, é apenas uma constatação.

Outra constatação observada no Quadro 12 é que todos os professores, 100% portanto, assinalaram que a estrutura física das escolas do meio aberto (salas da direção, sala dos professores, biblioteca, salas de aula, etc.) é melhor que a estrutura física das escolas do meio prisional. Esta constatação parece mais séria do que aparenta. Pelo fato de conhecermos muitas escolas públicas municipais e estaduais de Uberlândia, e sabermos que em especial as escolas públicas estaduais estão em péssimas condições estruturais (rachaduras, pichações, cadeiras e carteiras velhas, iluminação deficitária, quadras poliesportivas em mal estado de conservação, etc.), é possível inferir que as condições estruturais das escolas prisionais estão bem ruins.

A antepenúltima linha do Quadro 12 apresentou que, dos sujeitos da pesquisa, 2 professores afirmaram que os recursos didáticos e não didáticos chegam a quantidade e qualidade igual, tanto para as escolas do meio aberto, como também para as escolas prisionais. Outros 6 professores que responderam ao questionário assinalaram que os recursos didáticos e não didáticos chegam a quantidade e qualidade menor nas escolas do meio prisional em comparação com as escolas do meio aberto, ou seja, 25% e 75%

respectivamente. Sem recursos mínimos, não é possível exigir qualidade no ensino, em especial dos professores prisionais. Nas palavras de García (1999, p. 142):

Mas a autonomia, necessária para efetuar ligações entre o desenvolvimento profissional dos professores, passa também pela possibilidade da própria escola para dispor de capacidade organizativa e financeira para planificar atividades de desenvolvimento profissional, especificamente consoantes com o seu projeto educativo e curricular. Esta autonomia financeira tem a ver com a prática de autoavaliação institucional de diagnóstico de necessidades formativas próprias a que a formação deverá responder.

A penúltima linha do Quadro 12 descreve as respostas dos professores sobre a presença em cursos de formação continuada, 5 ou 55,56% deles responderam que participaram de mais cursos de formação continuada no meio aberto do que no meio prisional, 3 professores ou 33,33% assinalaram que não participaram de cursos de formação continuada nem no meio aberto e nem no ambiente prisional e um dos professores, 11,11% do total de professores, respondeu que toda formação continuada disponibilizada para professores do meio aberto também é disponibilizada aos professores que ministram aulas na prisão. No que tange ao conhecimento dos professores, García (1999, p. 92) assinalou:

Os professores devem possuir amplos conhecimentos sobre a realidade em que vivem (tanto a nível da comunidade vizinha com a nível nacional e internacional) em que diferentes dimensões: cultural, social, econômica e ambiental (Lynch, 1989). Mas os professores têm de ser formados no domínio de competências didáticas que lhes permitam desenvolver unidades didáticas e projetos curriculares onde a dimensão intercultural seja integrada.

A última linha do Quadro 12 traz que todos os professores acreditam que seja no meio aberto ou ambiente prisional, a educação é fator decisivo para a mudança social. Para 100% dos professores, qualquer que seja o caminho para se melhorar a sociedade, ele deve passar pela educação. O papel da educação para Freire (2016, p. 39) é:

Eis por que, em uma cultura letrada, aprende a ler e escrever, mas a intenção última com que o faz vai além da alfabetização. Atravessa e anima toda a empresa educativa, que não é senão aprendizagem permanente desse esforço de totalização – jamais acabada – através do qual o homem tenta abraçar-se inteiramente na plenitude de sua forma. É a própria dialética em que se existencia o homem. Mas, para isto,

para assumir responsabilmente sua missão de homem, há de aprender a dizer a sua palavra, pois, com ela, constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui; instaura o mundo em que se humaniza, humanizando-o.

Quadro 12 - Diferenças entre a educação do meio aberto (convencional) da educação prisional

Quais alunos são mais disciplinados?	6 ou 66,67% dos professores responderam que os alunos do meio prisional são mais disciplinados do que os alunos do meio aberto. 3 ou 33,33 dos professores responderam que não há diferenças disciplinares entre os alunos.
Quais alunos são mais interessados pelo aprendizado?	5 ou 55,56% dos professores assinalaram que os alunos prisionais têm mais interesse em aprender do que os alunos do meio aberto. Os outros 4 ou 44,44% dos professores assinalaram que tanto os alunos prisionais, como os do meio aberto possuem o mesmo nível de interesse pelo aprendizado.
Quais alunos respeitam mais os professores?	8 ou 88,89% dos professores responderam que os alunos do meio prisional tem mais respeito pelo professor do que os alunos do meio aberto. 1 ou 11,11% dos professores respondeu que tanto os alunos do meio prisional, como os do meio aberto possuem o mesmo nível de respeito pelo professor.
Na comparação entre as estruturas físicas das escolas convencionais e a escola que funciona dentro da Penitenciária, qual é melhor?	100% dos professores disseram que a estrutura física das escolas do meio aberto (salas da direção, sala dos professores, biblioteca, salas de aula, etc.) é melhor do que a estrutura das escolas prisionais.
Na comparação entre os materiais didáticos e não didáticos (computadores, impressoras, xerox, materiais de higiene e conservação), há diferenças entre os materiais que as escolas convencionais recebem e os que a escola Mario Quintana recebe?	Dos professores que responderam, 2 ou 25% assinalaram que os recursos didáticos e não didáticos chegam em quantidade e qualidade igual tanto para as escolas do meio aberto, como também para a escola prisional, já 6 ou 75% dos professores assinalaram que tais recursos chegam em quantidade e qualidade menor no meio prisional.
Em relação à participação dos professores em cursos de formação continuada, esta participação ocorreu mais nas escolas do meio aberto ou na escola Mário Quintana?	5 ou 55,56% dos professores responderam que participaram de mais cursos de formação continuada no meio aberto do que no meio prisional. 3 ou 33,33% dos professores assinalaram que não participaram de cursos de formação continuada nem no meio aberto e no ambiente prisional. 1 professor, ou 11,11% respondeu que toda formação continuada disponibilizada para professores do meio aberto também é oferecida aos professores prisionais.
Para o professor, qual educação é mais importante, a convencional ou do meio prisional?	Todos os professores responderam que a educação é um fator decisivo para a mudança da sociedade. Qualquer que seja o caminho para se melhorar a sociedade, ele deve passar pela educação.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir das respostas dos professores aos questionários aplicados.

A partir do Quadro 12 conhecemos qual a percepção dos professores sobre a disciplina dos alunos, o respeito que eles têm pelos professores, o interesse deles pelo aprendizado, qual estrutura física é a melhor, a das escolas convencionais ou da escola prisional, qual é a quantidade ou qualidade dos materiais didáticos recebidos pelas escolas e como se dá a participação dos professores em cursos de formação continuada.

Já o Quadro 13 trata das perguntas subjetivas realizadas aos professores e suas respectivas respostas demonstrando suas preferências em relação aos alunos e opiniões sobre a educação. A primeira pergunta foi: Qual sua preferência, dar aula para alunos convencionais ou alunos encarcerados? Por quê? 88,89% dos professores responderam que não possuem preferência por dar aulas para alunos do meio aberto ou para alunos presos, já um professor, 11,11% do total de participantes prefere dar aula para o aluno encarcerado. Sobre o ser professor, Cortella (2015, p. 54) assinalou:

Paulo Freire chamava nossa atividade docente de *sã loucura*. Nós acreditamos em uma coisa inacreditável: que gente foi feita para ser feliz. E esse é o nosso trabalho. Não é só nosso, não fazemos isso o tempo todo, não conseguimos fazer por inteiro, mas também não desistimos. Essa é a razão pela qual muitos nessa área fazem uma coisa aparentemente insana. Trabalham dos 15 anos (ainda em formação) aos 70 anos de idade. Não porque trabalhamos com a ideia de filantropia, mas porque é essa a nossa tarefa. Porque isso é honroso. Ganhar a vida cuidando da vida é honroso. Ganhar a vida ensinando, partilhando, formando é o que nos faz levantar às 6 das manhã e ir deitar às 11 da noite.

Em relação à pergunta dois: O que você mudaria ou acrescentaria na educação para os presos? Por quê? A partir das respostas dos professores, entendemos por bem agrupar as respostas em categorias, pois a maioria deles revelou mais de uma medida para mudar a educação para os privados de liberdade e em muitos aspectos, as respostas de alguns professores foram em partes, iguais as de outros professores. Em relação a classificação por categorias, Bardin (1977, p. 117) definiu:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade, ficam agrupados na categoria <ansiedade>, enquanto que os que significam a descontração ficam agrupados sob o título conceitual

<descontração>), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

Da fala dos professores emergiram algumas categorias, entre elas, a necessidade de valorização e capacitação específica para os professores prisionais, 44,44% deles entendem que o professor não é devidamente valorizado, e nem reconhecido, que falta mais apoio da Secretaria Estadual de Educação e que a categoria precisa de formação para atuar na prisão. Chamou-nos atenção a resposta do professor 4, que revelou em sua resposta: “somos esquecidos”. A educação prisional acontece em ambiente diverso da educação profissional e em condições singulares, específicas. Portanto, o professor prisional carece de uma formação voltada para atuar neste ambiente. Sobre a formação de professores, García (1999, p. 22) trouxe:

Para Rodrigues Diéguez, a formação de professores nada mais é do que o “ensino profissionalizante para o ensino” (1980:38). Desse modo, não apresenta senão outra dimensão do ensino como atividade intencional, que se desenvolve para contribuir para a profissionalização dos sujeitos encarregados de educar as novas gerações. Entendida como tal, a formação de professores representa um encontro entre pessoas adultas, uma interação entre formador e formando, com uma intenção de mudança, desenvolvida num contexto organizado e institucional mais ou menos delimitado. Para definir com as próprias palavras de Berbaum, poderíamos salientar que “será denominada ação de formação” aquela em que a mudança se consegue através de uma intervenção à qual se consagra um tempo determinado, na qual existe participação consciente do formando, onde existe vontade explícita quer do formando, quer do formador de atingir um objetivo explícito. (Berbaum, 1982: 15). A formação, como atividade humana inteligente, caracteriza-se com uma atividade relacional e de intercâmbio, com uma dimensão evolutiva e destinada a atingir metas conhecidas. (Honório, 1980).

Foucault (1987), também defendia que os trabalhadores da prisão deveriam ser especializados, com capacidades morais e técnicas para zelar pela boa formação dos indivíduos presos. Outra categoria de respostas bastante mencionada foi a necessidade de ampliar os recursos didáticos para a educação dos privados de liberdade, 44,44% pedem mais recursos didáticos para melhorar a educação. Entre os recursos solicitados, aparece o uso de TV, som, livros e laboratórios. Nos dias atuais, percebemos uma sociedade cada vez mais articulada com a tecnologia, suas inovações e comodidades. A necessidade de ampliar os recursos didáticos apontados pelos professores não é apenas para facilitar o ensino e a aprendizagem, mas uma condição de inclusão no contexto

social. Além de TV, som, livros e laboratórios, todo e qualquer aluno precisa relacionar-se com computadores e outras tecnologias de informação e comunicação. Se pensarmos que quase 90% dos alunos da escola Mário Quintana possuem até 40 anos, podemos inferir que esta geração viu a tecnologia evoluir assustadoramente nos últimos 10, 20 anos, mas será que sabem articular-se com ela para a vida social cada vez mais dependente das facilidades por ela proporcionada?

Uma terceira categoria de respostas presente foi o entendimento que o investimento em educação contribuirá decisivamente para a ressocialização do privado de liberdade. Neste sentido, 33,33% dos professores revelaram que investir em educação é investir na ressocialização do preso, dentre este percentual, um deles não citou a palavra ressocialização, porém escreveu que a educação é transformadora. Sobre o papel da educação, Freire (2015, p. 100) escreveu:

É como homens que os oprimidos têm de lutar e não como “coisas”. É precisamente porque reduzidos a quase “coisas”, na relação de opressão em que estão, que se encontram destruídos. Para reconstruir-se é importante que ultrapassem o estado de quase “coisas” para depois serem homens. É radical esta exigência. A ultrapassagem deste estado, em que se destroem, para o de homens, em que se reconstroem, não é a posteriori. A propaganda, o dirigismo, a manipulação, como armas de dominação, não podem ser instrumentos para esta reconstrução. Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente.

Quadro 13 - Preferências e opiniões dos professores sobre educação

Pergunta 1: Qual sua preferência, dar aula para alunos convencionais ou alunos encarcerados? Por quê?	Pergunta 2: O que você mudaria ou acrescentaria na educação para os presos? Por quê?
Professor 1: “Não tenho preferência nem por um e nem por outro, pois acredito que todos merecem ter acesso à educação e de qualidade, pois através dela que se constroem seres críticos.”.	Professor 1: “Melhoraria a questão de uso de recursos didáticos como TV, som e livros.”.
Professor 2: “Prefiro dar aula para adultos, encarcerados ou não, pois o foco, guiado pelo amadurecimento, é maior facilitando o desenvolvimento das aulas.”.	Professor 2: “Mudaria a modalidade, para ensino regular em vez de EJA, e acrescentaria recursos didáticos para facilitar o desenvolvimento do pensamento crítico do estudante e conseqüentemente, sua ressocialização.”.
Professor 3: “Não tenho preferência, ao escolher ministrar aulas, será assim para todos, com respeito e dedicação a profissão, aos alunos e as minhas convicções.”.	Professor 3: “Necessário continuar o conhecimento, curso técnico, faculdade, processo linear do conhecimento. Porque somente a educação é transformadora.”.

Continua

Quadro 13 - Preferências e opiniões dos professores sobre educação

<p>Professor 4: “Não vejo diferença. Como professora, acredito que a educação é o meio de transformar as pessoas, e, com isso, a mudança do mundo.”.</p>	<p>Professor 4: “Poderiam ter mais capacitações específicas e maior envolvimento entre o sistema prisional e a escola, muitas vezes nós da escola “somos esquecidos” pelo trabalho que fazemos, não somos reconhecidos. A educação do sistema prisional precisa ser entendida com meio de ressocialização, tal com é. Só assim ela será alcançada.”.</p>
<p>Professor 5: “Atualmente não possuo preferência em ministrar aulas, cada dia que passa aqui é um dia de aprendizado, porém, gostaria de ministrar aulas em escolas convencionais e continuar no sistema prisional, podendo assim, dividir meu tempo profissional.”.</p>	<p>Professor 5: “Fazendo uma breve análise, acredito que poderia haver um apoio maior da Secretaria de Educação para com o sistema prisional. Poderia aumentar a disponibilidade de outros cursos no sistema como curso técnico. Aulas práticas com laboratórios também seriam interessantes.”.</p>
<p>Professor 6: “Não tenho preferências. Sou professora. Acredito que a educação tem o poder de melhorar a sociedade. Todos os dois tem pontos positivos e negativos. Todos precisam de melhorias. Há dificuldades em toda educação.”.</p>	<p>Professor 6: “Poderiam ter capacitações específicas; maior envolvimento entre o sistema prisional e a Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação ainda faz pouco para as escolas prisionais. Há pouca abertura para conhecimento dos trabalhos desenvolvidos. Deveria haver trocas maiores de conhecimento e informações para uma melhor educação.”.</p>
<p>Professor 7: “Não diria preferência, depois de ter tido a oportunidade de ingressar na escola de um sistema prisional, vejo que detentos são excluídos da sua própria vida. Sei que não sou eu que vou mudar o mundo, mas procuro colaborar com a minha profissão de professora. Hoje, vejo e acredito que a educação do sistema prisional jamais poderá ser extinta. A educação é um dos caminhos para quem quer retornar a sociedade de uma maneira diferenciada. Mas, reconheço que apenas a educação não consegue transformar, é necessário um trabalho em conjunto.”.</p>	<p>Professor 7: “Sugiro cursos profissionalizantes, juntamente com o ensino já oferecido pela escola, porque o trabalho e a educação caminham juntos.”.</p>
<p>Professor 8: “Eu prefiro o aluno encarcerado. Porque ele tem mais disciplina e interesse em aprender.”.</p>	<p>Professor 8: “Mudaria um pouco da hostilidade com os alunos. Porque não adiante tratá-los com hostilidade, isso só leva o aluno a ficar nervoso.”.</p>
<p>Professor 9: “Ambos. A educação é capaz de mudar. Propiciar educação para aqueles que não tiveram e para aqueles que estão iniciando os primeiros caminhos. Em ambos os casos a educação é fundamental, não devendo haver preferências.”.</p>	<p>Professor 9: “Reconhecimento e melhorias estruturais, pois em um ambiente agradável e bem equipado as possibilidades de aprendizado são maiores.”.</p>

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir das respostas dos professores aos questionários aplicados.

Ficou claro nas respostas dos professores a necessidade de formação específica e valorização da categoria para a realização da docência na prisão. Este posicionamento dos professores está completamente embasado no atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014) que entre suas estratégias, no item 9.8, consta: “assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores”.

Antes mesmo do atual PNE, que possui 14 artigos, 20 metas e as estratégias para se alcançarem tais metas, além de diretrizes e formas de execução e é conhecido como o articulador da Educação no Brasil, com previsão de recursos constitucionais para sua implementação, como também o fato de vincular os planos estaduais e municipais, e também o do Distrito Federal aos seus mandamentos, as Diretrizes Nacionais Gerais para a oferta de educação para jovens e adultos privados de liberdade em estabelecimentos penais, Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 19/05/2010 em seu artigo 11, determina: “Educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal”. Portanto, a necessidade de formação específica e valorização para a docência na prisão apontada pelos professores tem fundamentação teórica e a partir da fala dos mesmos, necessidade prática. O artigo 56, do mesmo documento determina que para a formação inicial e continuada dos profissionais, as escolas de formação deverão incluir em seus programas o conhecimento da escola como organização complexa. O artigo 57 aponta que a valorização do profissional da educação escolar vincula-se à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes e essa formação faz parte do desempenho de suas atribuições. No artigo 58, consta ainda que a formação inicial dos professores não se esgota nos cursos de licenciatura.

Acreditamos que a valorização e a formação dos professores prisionais não são de responsabilidade apenas do poder público. Os próprios professores precisam buscar esta valorização e a formação para atuarem. É muito comum ouvir reclamações sobre baixos salários, falta de tempo, de recursos didáticos, etc. Mas, e quando um professor não responde um questionário de pesquisa ou se recusa a participar das pesquisas em educação, onde está o problema? A academia, seus professores e pesquisadores também tem papel relevante neste aspecto, cabe a eles buscar soluções concretas para contribuir

com a valorização e a formação dos professores prisionais. Esta pesquisa tem justamente a preocupação de valorizar e formar o professor prisional.

5 O PRODUTO

O caderno de orientações ao professor prisional (apêndice 1) foi construído tendo como base inicial a participação dos professores prisionais e da diretora da Escola Estadual Mário Quintana. A partir da evolução da pesquisa vimos à necessidade de ampliar os sujeitos da pesquisa para possibilitar um caderno de orientações mais amplo e completo, adequado ao professor prisional. Para isso, aplicamos um questionário ao professor de educação física da Escola Estadual Mário Quintana, à enfermeira e às psicólogas da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

Desta forma, o produto é composto por uma **Introdução**, pela qual os professores prisionais conhecerão como surgiu o caderno de orientações e qual seu objetivo. A segunda seção do caderno tem o seguinte título - **A educação é um direito universal e o que ela oferece ao preso além do ensino e da aprendizagem**, teve por objetivo demonstrar que a educação é um direito garantido ao preso pelas diversas leis presentes no ordenamento jurídico nacional, e que os privados de liberdade têm ainda vantagens e bônus por escolher estudar dentro da prisão, além das previsões do PPP da Escola.

A terceira seção do caderno se intitula - **A história da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e da Escola Estadual Mário Quintana**. Como o próprio nome diz, esta seção contará parte da história da Penitenciária, quem seu nome homenageia, sua estrutura, etc.; como também parte da existência da Escola Estadual Mário Quintana, o porquê deste nome e seu funcionamento. O objetivo da seção três é apresentar ao professor, o local que ele escolheu para trabalhar.

A seção número quatro – **Quais são as doenças presentes no ambiente prisional, às formas de prevenção e como buscar ajuda em caso de contágio**, teve por objetivo mostrar e alertar o professor prisional que o ambiente do cárcere não é um ambiente igual ao de uma escola convencional. Trata-se de um ambiente insalubre, o professor precisa saber quais as doenças presentes no cárcere, como também os cuidados preventivos e curativos que precisa tomar, a partir das revelações da enfermeira e das psicólogas da Penitenciária. No entendimento da enfermeira da Penitenciária, o ambiente prisional é um ambiente extremamente insalubre, desde seu planejamento até a construção, não são levados em considerações os requisitos mínimos

para a circulação de ar, a iluminação natural e um espaço físico adequado para a acomodação dos privados de liberdade. Constantemente, há problemas no sistema hidrossanitário da Penitenciária, as condições de higiene são péssimas e o ambiente retém bastante umidade em virtude do grande número de tabagistas e a dificuldade de circulação do ar, a fumaça do cigarro fica retida por mais tempo dentro das celas. Há a presença de insetos, roedores e outros animais sem o controle de sua reprodução, o que podem disseminar doenças.

A enfermeira ainda listou as principais doenças presentes no ambiente prisional, seu modo de transmissão e as respectivas medidas de prevenção. Ela forneceu orientações em caso de contágio, relatou que alguns professores prisionais já a procuraram com queixas de algumas doenças. Todas estas informações são relatadas no caderno de orientações.

Para as psicólogas, o ambiente prisional é insalubre, estigmatizado, estressor, não reconhecido, com vícios institucionais, um local sem amparo e com poucos investimentos em saúde. Pela própria arquitetura rígida e a lógica engessada de funcionamento, o psiquismo das pessoas é muito influenciado negativamente. Para elas, o adoecimento psíquico no ambiente prisional envolve múltiplos fatores, que ultrapassam questões individuais, e os professores prisionais estão sujeitos às doenças psicológicas presentes no cárcere. O trabalho do professor envolve riscos diários, pois o contato com o privado de liberdade é muito próximo, e muitas vezes esta proximidade não é bem compreendida pelos privados de liberdade.

A quinta seção – **Quais as consequências da falta de exercícios físicos para a saúde dos professores e quais são os benefícios advindos da prática regular de exercícios físicos**, objetivou alertar, a partir da experiência da professora de educação física da Escola Estadual Mário Quintana, que trabalha há cinco anos na escola, os novos professores sobre as doenças presentes no cárcere, ocasionadas pela falta de exercícios físicos, a importância dos exercícios e as consequências da sua falta. Pudemos constatar, a partir da fala desta professora, que as doenças existentes na população carcerária, na ordem da mais para a menos presente no ambiente prisional, são: Sedentarismo (doença do século); Problemas circulatórios; Transtornos mentais variados (ansiedade, déficits, hiperatividade, esquizofrenia, entre outras); Doenças respiratórias (falta de movimento, ambiente, cigarro, fumaça); Complicações com outras doenças já pré-existentes; Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST'S) ou Infecções

Sexualmente Transmissíveis (IST'S); Atrofias musculares e artrose na coluna e em outras articulações e a Falta de absorção de nutrientes e uso de drogas.

A partir das contribuições da professora de educação física, colocamos no caderno de orientações, quais os exercícios físicos recomendados para se evitar tais doenças, quais são as contribuições da prática de exercícios físicos para a saúde do professor levando em consideração a estrutura física e o ambiente carcerário. Além de contribuir com dicas e orientações para o professor prisional, a professora de educação física também nos informou que, ao entrar no sistema prisional em fevereiro de 2009, ela teve que ir aprendendo no dia a dia, como se portar em relação ao trabalho na escola e no sistema prisional, que nos dia de hoje, antes do início do semestre letivo, o diretor de segurança dá boas-vindas aos professores e lhes passam algumas informações pertinentes à segurança. No entendimento dela, as faculdades e universidades falham na preparação dos futuros professores no que diz respeito a dar aulas dentro do sistema prisional, as informações são deficitárias ou quase nenhuma. A educação é uma ferramenta de ressocialização e deveria ser mais bem aproveitada pelas políticas públicas. Nas palavras dela:

“Ainda infelizmente, somos esquecidos em algumas reuniões da área educacional, pois somos tratados como escola normal, mas sabemos que o grau de limitações e prioridades são maiores, e sendo assim, pensamos que o nosso tipo de ensino entra no especial. O nosso é diferenciado, as limitações são maiores, o local, os alunos, as deficiências são diversas, precisamos alinhar e adaptar todo material exigido pelo próprio sistema de educação para aplicar com cada aluno. Como são adultos, EJA, e a maioria já passaram por usos constantes de drogas fora do sistema, problemas em família, psicológicos até, grande parte ficaram anos e anos fora de uma escola ou nem tiveram acesso a elas, grandes foram os erros com a sociedade, hoje cabe a eles pagarem pelos erros, aprenderem, e ter uma nova chance”.

Ela revelou ainda que além de ensinar, o professor precisa reativar valores, motivar e preparar o privado de liberdade para a reinserção na sociedade. Para ela, a educação e o trabalho são a ponte para o retorno ao convívio social. Porém os professores precisam estar preparados para o que vão encontrar em sala e o que precisam transformar. Para uma educação prisional adequada é preciso mais projetos, mais cursos, mais trabalhos, mais incentivos, melhor formação. Para finalizar, termino com as últimas palavras da educadora física: “Muitos professores nem sabem que existem escolas dentro das unidades prisionais. Não é qualquer pessoa que acredita nessa transformação, não é qualquer pessoa que consegue ministrar aulas em um local

de segurança e que requer sempre atenção”. As falas da professora corroboram diretamente com a necessidade de construção, apresentação e divulgação deste produto.

A sexta seção - **Quais são as questões de segurança importantes para o bem estar do professor prisional**, têm por objetivo informar ao professor quais são as condutas relacionadas à segurança, exigidas dos profissionais que trabalham na Penitenciária, como também a partir da experiência do pesquisador, apresentar aos professores dicas para manutenção de sua segurança dentro e fora do trabalho na prisão.

A seção seguinte, com o título – **Quem são os privados de liberdade e como é a comunicação entre eles**, demonstrará ao professor prisional a partir do Código Penal Brasileiro e demais leis penais, o porquê a maioria dos alunos estão na condição de privados de liberdade. Na mesma seção, o pesquisador, baseado na sua vivência de 15 anos no sistema prisional apresentará um glossário com 123 termos utilizados pelos privados de liberdade para comunicarem-se dentro do cárcere. O objetivo desta seção é revelar ao professor, quais são os crimes mais comuns cometidos pelos seus alunos, além de propiciar ao professor conhecer a linguagem deles no cárcere.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há do ponto de vista legal, todo um conjunto de leis que garante ao privado de liberdade a educação. Logicamente, entre o que preveem as leis e o que ocorre na prática existem várias lacunas, que vão desde as más condições estruturais das prisões, como também a falta de autonomia da escola dentro do cárcere, uma vez que as prioridades na prisão são a segurança e a justiça criminal.

Apesar de todo um arcabouço legal sobre a educação na prisão, outro vazio percebido é que pouco se tem ou se encontra nestas leis sobre o professor prisional. Preocupam-se em garantir a educação para os privados de liberdade, mas esquecem do personagem que fará a ponte entre a previsão legal e a concretização desta educação, que é o professor. As respostas dos professores nos questionários mostram a preocupação deles em relação à falta de apoio para trabalhar como educador na prisão, como também a ausência de formação específica para este ofício.

Esta pesquisa demonstrou que dentre os professores prisionais que participaram da pesquisa, 44,45% de 30 anos de idade e 62,5%, possuem até 3 anos de experiência como professores prisionais. Estes dados revelam que se a Escola Estadual Mário Quintana tem 12 anos de existência, grande parte de seus professores são jovens e possuem pouca experiência com educação em sala de aula, especificamente com o ensino e a aprendizagem de privados de liberdade. Pelas observações foi possível assinalar também que a rotatividade de professores prisionais é muito grande, normalmente ocorre a troca de grande parte dos professores semestre a semestre, ou às vezes, dentro de um mesmo semestre, o que denota falta de planejamento para a manutenção dos professores na educação de jovens e adultos.

Obviamente, não há que se falar que a educação possui apenas problemas. Nas próprias respostas dos professores foi possível observar que para 66,67% deles, os alunos privados de liberdade são mais disciplinados que os alunos convencionais, e nenhum dos professores responderam o contrário, pois os outros 33,33% assinalaram que não há diferenças disciplinares entre os alunos privados de liberdade e os alunos convencionais. Sobre o interesse pelo aprendizado, 44,44% dos professores entendem que o interesse pelo aprendizado por parte do aluno preso é o mesmo do aluno convencional, já outros 55,56% dos professores responderam que não, o aluno privado

de liberdade tem mais interesse pelo aprendizado. Outra constatação foi que 88,89% dos professores responderam que o aluno privado de liberdade tem mais respeito pelo professor do que os alunos do meio aberto, e os 11,11% restantes dos professores responderam que seja aluno convencional ou privado de liberdade, o nível de respeito pelo professor é o mesmo. Estes dados são surpreendentes e revelam pontos positivos na educação no cárcere.

A universalização da educação no Brasil é muito mais do que ter apenas escolas, professores e alunos. Para se atingir uma educação adequada e satisfatória é preciso investir principalmente na formação específica dos professores. Não aquela formação adquirida na graduação e pós-graduação, mas sim uma formação inicial que vai preparar o professor para enfrentar as particularidades de um ambiente escolar fora de um espaço escolar convencional, onde a escola não pode impor suas regras e métodos. Falamos, portanto, de uma orientação para o professor prisional que irá atuar na educação de jovens e adultos para os privados de liberdade.

Notadamente, como produto educacional desta pesquisa será elaborado/desenvolvido um caderno de orientações ao professor prisional (apêndice 1) que atua ou vai ensinar na Escola Estadual Mário Quintana, localizada dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, no município de Uberlândia-MG. Acredita-se que estas orientações serão úteis também em outras unidades prisionais. O conteúdo do caderno auxiliará o docente no sistema prisional e terá além da introdução, uma seção que contará a história da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e da Escola Estadual Mário Quintana; outra seção que abordará o que a educação oferece ao privado de liberdade, além do ensino e da aprendizagem. Uma terceira seção sobre quem são os privados de liberdade e como é a comunicação entre eles; uma seção sobre quais são as questões de segurança importantes para o bem estar do professor prisional. Contará ainda com uma seção sobre quais as doenças clínicas e psicológicas presentes no ambiente prisional, as formas de preveni-las e como buscar ajuda em caso de contágio; e uma última seção sobre quais as consequências da falta de exercícios físicos e seus benefícios para a saúde do professor prisional.

Por fim, consegui atingir todos os objetivos traçados pela pesquisa, desde conhecer e redigir o que dizem as leis sobre a educação no sistema prisional; conhecer o professor prisional e a diretora da escola, o que pensam sobre a educação; além de traçar o perfil dos privados de liberdade e descrever como é o funcionamento da escola. A

construção desta pesquisa não foi fácil, mais contribuiu decisivamente para meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Pessoal, pois mostrou que a partir de pesquisas podemos melhorar nosso mundo, nossa vida, transformar a vida das pessoas, além de ensinar que não se deve recusar ser sujeito de uma pesquisa, pois é a partir dos resultados dela, que ocorre uma descoberta, melhoramos um atendimento, detectamos uma falha, enfim, algo que vai impactar direta ou indiretamente a sociedade. Profissionalmente, posso afirmar que agreguei valor ao meu ambiente de trabalho, que quebrei um paradigma, pois jamais pensei em construir qualquer coisa que pudesse melhorar a vida e o cumprimento de pena por parte dos privados de liberdade. Este produto pode melhorar a educação que lhe é oferecida. Academicamente, aprendi muito, entendi que o mundo é plural, é diverso, que o pesquisador precisa de apoio e não há esta preocupação no Brasil, que devemos lutar pelo que acreditamos, além do fato desta pesquisa divulgar como é a educação na prisão e quais as dificuldades e desafios do professor prisional.

O ambiente prisional é carente, é esquecido. Este esquecimento compreende tanto os privados de liberdade, como também os profissionais que lá trabalham. Parece um mundo à parte, separado do tecido social. Há muito a ser pesquisado no cárcere, entendê-lo pode significar que no futuro não exista mais prisões, ou pelo menos não com a quantidade de presos que atualmente lotam os presídios e penitenciárias. A educação prisional é um dos temas importantes a ser pesquisado, em especial a formação adequada para o professor que irá trabalhar no cárcere. O produto final agregará valor ao trabalho dos professores prisionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE E BARROS, Roberta. **A Família e o Fenômeno do Absenteísmo Discente no Ensino Fundamental em um Escola Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2013. 111 p. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 10 de out. 2018.

ANDRÉ. Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças**. Curitiba. 2017. 20 p.

ASSEMB. LEGISL. MG. **Dicionário biográfico**; CÂM. DEP. *Anais* (1960-5); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1946-1967); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; COUTINHO, A. *Brasil*; FLEISCHER, D. *Thirty; Novo dic. de história; Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); SOC. BRAS. EXPANSÃO COMERCIAL. *Quem*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (4); VAITSMAN, M. *Sangue*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/veiga-joao-pimenta-da>. Acesso em 13 set. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, L' Analyse de Contenu. 70. Ed. Lisboa – Portugal. 229 p.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, San Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto. Porto Editora. 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Lei 7210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. Lei 10172, de 09 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.

_____. Lei 13005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010. **Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRATILIERE, Luciana Mara de Oliveira. **Uma Sala de Aula na Prisão: O Sentido desta Experiência**. São João Del-Rey. 2017. 97 p. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 09 de out. 2018.

CORREIA, Rosimara Silva. **Articulação entre questões étnicas e raciais e a Educação de Pessoas de Jovens e Adultos em propostas pedagógicas difundidas pelo site do Ministério da Educação**. São Carlos - UFSCar, 2014. 128 p. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 09 de out. 2018.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, convivência e ética: audácia e esperança!** São Paulo: Cortez, 2015.

DE OLIVEIRA, Jean Victor. **O Ensino de Ciências e Biologia no sistema prisional: uma busca por temas, estratégias e recursos didáticos**. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19294/6/EnsinoCienciasBiologia.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2018.

Decreto 44.196 de 28/12/2005. **Cria unidades estaduais de ensino nos municípios que menciona**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.htm>. Acesso em: 01 de mai. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores: Para uma mudança educativa**. Porto: Editora Porto, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 200 p.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. – 5. Ed. – Porto Alegre: Penso, 2013.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. Disponível em: www.correiodeuberlandia.com.br.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS – INFOPEN. Brasília. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

MACIEL, Ana Cláudia de Amorim. **Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais**. Guarulhos, 2014. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 17 de out. 2018.

- MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- MENOTTI, Camila Cardoso. **O exercício da docência entre as grades: reflexões sobre a prática de educadores do sistema prisional do estado de São Paulo**. São Carlos: UFSCar, 2013.
- MINAS GERAIS. Lei 15098 de 11 de maio de 2004. **Dá Denominação ao Estabelecimento Penal localizado no município de Uberlândia**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 14 de set. 2018.
- MINAS GERAIS. Lei 17460 de 07 de maio de 2008. **Dá Denominação à Escola Estadual localizada na Penitenciária Professor Pimenta da Veiga, no município de Uberlândia**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acesso em: 14 de set. 2018.
- MOLL, Jaqueline. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542 p.
- OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/aop894.pdf>. Acesso em 01 de mar. 2018.
- ROSA, Naiara de Oliveira. **Gênero, e sexualidade na organização curricular: intervenções colaborativas na formação dos sujeitos jovens e adultos**. Salvador, 2017. 137 p. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 10 de out. 2018.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio José Chelini. São Paulo: Cultrix, 1975.
- SILVA, Andressa Baldini da. **O trabalho docente na prisão por professores da rede estadual de São Paulo: Entre a lógica da formação e a lógica da adaptação**. Guarulhos, 2017. 210 p. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 09 de out. 2018.
- SILVA, Lucas Lourenço. **O direito à educação escolar prisional: uma realidade entre grades. 2017**. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 06 de out. 2018.
- SOUZA, José Paulo de Moraes. **A escola na prisão: uma abordagem crítica sob a ótica do profissional em educação**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 06 de out. 2018.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

Apêndice 1 – Caderno de Orientações ao Professor Prisional

CADERNO DE ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR PRISIONAL



Marcos Melo de Oliveira

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho



UNIVERSIDADE DE UBERABA – UNIUBE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCOS MELO DE OLIVEIRA

CADERNO DE ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR PRISIONAL

Produto apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba (UNIUBE), como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho.

Linha de Pesquisa: Educação Básica – Fundamentos e Planejamento.

Área de Concentração: Educação

RESUMO

Este Caderno de Orientações foi desenvolvido concomitantemente à dissertação “Professores Prisionais: o que saber antes de começar a docência na prisão” na linha de pesquisa Educação Básica: fundamentos e planejamento do Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica, Mestrado Profissional da Universidade de Uberaba tendo como escopo orientar o professor prisional. O lócus da pesquisa foi na Escola Estadual Mário Quintana, localizada dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia. Dentro desse contexto, a partir das reflexões propostas por Foucault (1987) acerca da prisão e dos ensinamentos de Paulo Freire (2016) sobre educação e de Carlos Marcelo García (1999) em relação à formação inicial de professores, o objetivo geral deste produto é orientar o professor que trabalha com a educação de jovens e adultos privados de liberdade, levando em consideração as experiências dos diversos profissionais que atuam direta ou indiretamente com a educação dos privados de liberdade na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

Palavras-Chave: Educação. Caderno de Orientações. Professores Prisionais. Privados de Liberdade.

ABSTRACT

This Guidebook was developed concurrently with the dissertation "Prison Teachers: what to know before starting teaching in prison" in the line of research Basic Education: fundamentals and planning of the Postgraduate Program in Education: Teacher Training for Basic Education, Professional Master's Degree from Uberaba University with the aim of guiding the prison teacher. The locus of the research was at the Mário Quintana State School, located inside Professor João Pimenta da Veiga Penitentiary in Uberlândia. In this context, based on the reflections proposed by Foucault (1987) about the imprisonment and the teachings of Paulo Freire (2016) on education and Carlos Marcelo García (1999) in relation to the initial formation of teachers, the general objective of this product is to guide the teacher who works with the education of young people and adults deprived of freedom, taking into account the experiences of the various professionals who act directly or indirectly with the education of prisoners in the Professor João Pimenta da Veiga Penitentiary.

Keywords: Education. Guidelines. Prison Teachers. Deprived of Liberty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Formulário de Pertences de Professores	20
Figura 2 – Aula sendo ministrada aos privados de liberdade na Escola Estadual Mário Quintana	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Doenças infectocontagiosas presentes no cárcere e as medidas de prevenção	24
Quadro 2 – Doenças psicológicas mais presentes no ambiente prisional	25
Quadro 3 – Doenças presentes no ambiente prisional relacionadas à falta de exercícios físicos e as respectivas medidas preventivas	27
Quadro 4 - Normas e orientações de segurança para o professor prisional	29

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	8
2 - A EDUCAÇÃO É UM DIREITO UNIVERSAL E O QUE ELA OFERECE AO PRESO ALÉM DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM	9
2.1 – As diretrizes traçadas pelo Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana	13
3 – A HISTÓRIA DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA E DA ESCOLA ESTADUAL MÁRIO QUINTANA	17
4 – AS DOENÇAS PRESENTES NO AMBIENTE PRISIONAL, ÀS FORMAS DE PREVENÇÃO E COMO BUSCAR AJUDA EM CASO DE CONTÁGIO	23
5 – AS CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA A SAÚDE DOS PROFESSORES E OS BENEFÍCIOS ADVINDOS DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIOS FÍSICOS	26
6 – AS QUESTÕES DE SEGURANÇA IMPORTANTES PARA O BEM ESTAR DO PROFESSOR PRISIONAL	28
7 – QUEM SÃO OS PRIVADOS DE LIBERDADE E COMO É A COMUNICAÇÃO ENTRE ELES	30
7.1 - Os privados de liberdade	30
7.2 – A gíria como ressemantização do sentido	33
Referências	53

1 INTRODUÇÃO

Este caderno é fruto da pesquisa: “Professores Prisionais: o que saber antes de começar a docência na prisão”, desenvolvida pelo aluno, Marcos Melo de Oliveira e sua orientadora, Prof.^a. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, apresentado e defendido em novembro de 2018 à banca de defesa de dissertação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação Docente Para a Educação Básica – Mestrado Profissional, da Universidade de Uberaba (Uniube), Campus Uberlândia.

O objetivo deste caderno não é aprofundar os saberes didáticos para a educação dos privados de liberdade, mas contribuir com a formação inicial daquele professor que decidiu ensinar para pessoas privadas de liberdade. Parte dos profissionais que trabalham nas prisões em Minas Gerais passam por um curso de formação, no qual aprendem sobre aspectos técnicos e de segurança relacionados ao trabalho com os presos. Por que não formar o professor prisional? Por que não propiciar a eles conhecer o seu ambiente de trabalho e as particularidades do cárcere?

A partir das informações deste caderno, o professor prisional pode planejar suas aulas diárias, semanais, bimestrais e semestrais, sabendo sobre a história do local que escolheu para ensinar; o que a educação oferece ao preso além do ensino e da aprendizagem; quem são os privados de liberdade e como acontece a comunicação entre eles; quais são as doenças clínicas e psicológicas presentes no cárcere, como também as formas de prevenção e como combatê-las em caso de contágio; orientações sobre as consequências da falta de exercícios físicos e seus benefícios para a saúde do professor prisional e quais são as questões de segurança importantes para o seu bem estar no cotidiano prisional.

2 A EDUCAÇÃO É UM DIREITO UNIVERSAL E O QUE ELA OFERECE AO PRESO ALÉM DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Nossa Constituição Brasileira de 1988 designa o compromisso legal de se fazer cumprir o rol de direitos por ela elencados. Ela determina que a educação é um direito social, portanto para todos, e é dever do Estado e da família. Partindo dessa premissa, como também da concepção contemporânea de prisão, a qual abandonou a ideia de que as unidades prisionais são apenas para castigar e retribuir à pessoa presa o mal que ela causou para a sociedade, passando para uma abordagem em que o privado de liberdade tem suspenso apenas seu direito de ir e vir, não perdendo seus demais direitos, às pessoas presas tem preservado o direito a educação. Desta nova técnica carcerária, de que o preso está privado apenas de sua liberdade e de que ele precisa de acesso às ferramentas sociais que lhe proporcionem voltar para sociedade e não cometer mais crimes, a educação dentro da prisão surge como uma ferramenta de ressocialização. Sobre a educação para os presos, Foucault (1999, pg. 238) escreveu:

A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento. Só a educação pode servir de instrumento penitenciário. A questão do encarceramento penitenciário é uma questão de educação (Ch. Lucas, 1838). [1945]: O tratamento infligido ao prisioneiro, fora de qualquer promiscuidade corruptora... Deve tender principalmente à sua instrução geral e profissional e à sua melhora (Princípio da Educação Penitenciária).

Devidamente concatenada com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, lei 9.394, também menciona que a educação é um dever da família e do Estado, porém não contemplou a educação nos espaços prisionais. Esta ausência foi preenchida pelo Plano Nacional de Educação de 2001, estabelecido pela Lei 10.172, que perdurou entre 2001 a 2010 e trouxe entre seus objetivos e metas, implantar em todos os estabelecimentos prisionais e nos estabelecimentos que mantenham adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como formação profissional. Quase no final da vigência deste plano, mais especificamente em 07/04/2010 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, e este

documento contemplou pela primeira vez, as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Entre as diretrizes previstas é importante destacar que às ações no contexto de privação de liberdade obedecerão às leis educacionais vigentes no país, a Lei de Execução Penal e os tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, atendendo às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança.

Seguindo a mesma diretriz, o atual Plano Nacional de Educação de 2014, publicado por meio da Lei 13.005/2014 que compreende o decênio 2014-2024 determina em meio as suas metas e estratégias assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais.

O ordenamento legal brasileiro é amplo e ao mesmo tempo concatenado, interligado, não é possível interpretar as leis em tiras, em pedaços e de forma isolada. Assim é importante também destacar a Lei 7.210 de 1984, denominada de Lei de Execução Penal ou LEP, que determina como será o cumprimento de uma pena de prisão por parte de um privado de liberdade, quais são seus direitos e obrigações, os critérios para se conseguir benefícios, enfim, esta lei demonstra como o preso deve ser tratado pelo Estado. Dentre suas previsões, a lei de execução penal brasileira determina que o preso tem direito a várias modalidades de assistência e é dever do Estado cumpri-las. Uma das modalidades assistenciais é a educação, que compreende a instrução escolar e a formação profissional do preso.

A assistência educacional está presente entre os artigos 17 a 21 – A da lei. Entre as previsões educacionais, consta o ensino de 1º grau obrigatório. A partir de 2015, a assistência educacional sofreu várias alterações e é possível perceber vários avanços para o aperfeiçoamento da educação aos privados de liberdade. Entre as inovações, esta a implantação do ensino médio, regular ou supletivo nos presídios, em obediência ao preceito constitucional da universalização, que o ensino ministrado aos presos e as presas integrar-se-á ao sistema estadual de ensino e será mantido com o apoio da União, que os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

Importante ressaltar que além da possibilidade de aprender a ler e escrever, a educação para o preso traz mais algumas vantagens. O artigo 126 da lei 7.210 modificado no ano de 2011 trouxe a previsão da remição, que é o desconto em dias, do tempo total da pena em virtude de estudo, ou seja, o aluno preso poderá remir pelo por estudo, parte do tempo de execução da pena. No caso do preso estudante, ele terá um dia de pena remido (descontado do total da pena) a cada 12 horas de frequência escolar, em virtude de atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda requalificação, divididas, em no mínimo três dias, ou seja, o privado de liberdade não pode ficar em sala 12 (doze) horas consecutivas para fazer jus à remição, essas 12 (doze) horas precisam ser fracionadas em pelo menos três dias. Ainda dentro da remição, em caso de afastamento do aluno preso da escola por motivo de acidente, ele continuará a beneficiar-se com a remição, ou seja, mesmo sem ir à escola em virtude de acidente, o tempo de afastamento conta como tempo estudado para fins de remição.

Dentro deste contexto, outra importante vantagem é a previsão do parágrafo 5º do artigo 126, que trouxe que será acrescido de 1/3 (um terço) do tempo remido no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que devidamente certificado pelo órgão competente do sistema de educação, portanto, por exemplo, caso o aluno privado de liberdade comece a estudar, e ao terminar o ensino médio tenha 60 (sessenta) dias para remir, esse tempo será acrescido de 1/3 (um terço), ou seja, o tempo a remir será de 80 (oitenta) dias, serão então 80 (oitenta) dias a serem descontados do total da pena.

Hoje, a educação para o preso funciona com as previsões anteriores, porém é possível pensar a partir do que está previsto na Lei de Execução Penal, inovações futuras na educação prisional. A lei traz que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às pessoas presas e que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio entre entidades públicas e particulares. Para corroborar com esta previsão, outro artigo da mesma lei determina que as atividades de estudo para as pessoas presas podem ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância. Estas previsões não surgiram do nada, com certeza já deve existir discussões não abertas ao público de se implantar dentro das prisões a educação à distância. Ficam as perguntas, será que a educação à

distância aos privados de liberdade funcionaria? Como seria educar um analfabeto à distância?

Articulado com estas possíveis inovações na educação prisional, é importante destacar também que a Resolução nº 2 de 2010 do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, que determina que os Estados, o Distrito Federal e a União devem levar em consideração as particularidades da educação em espaços de privação de liberdade e, portanto devem incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como programas de Educação a Distância.

A partir destes mandamentos legais, a Escola Estadual Mário Quintana, localizada dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia nasceu com o nome de Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio – EJA em dezembro de 2005, por meio do decreto estadual 44.196. No que se refere à Educação de Jovens e Adultos, Oliveira (2013, p. 958) destacou:

No plano normativo nacional, a educação escolar na prisão integra a modalidade de ensino intitulada Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, define, em seu artigo 37, essa modalidade como aquela destinada a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Nós, enquanto pessoas, precisamos entender que alguns direitos são inerentes aos seres humanos, não há necessidade de buscar justificativa ou explicação para direitos como a educação, por exemplo. Para justificar o que pode ocasionar a falta da educação para as pessoas, Foucault (1977, p. 243) expressou:

Percorri os locais onde se julga, se prende, se mata... Um fato nos chama a atenção sempre; em toda parte vedes duas classes bem distintas de homens, dos quais uns se encontram sempre nos assentos dos acusadores e dos juízes, e os outros nos bancos dos réus e dos acusados. O que é explicado pelo fato de que os últimos, por falta de recursos e de educação, não sabem permanecer nos limites da proibição legal, tanto que a linguagem da lei que se pretende universal é, por isso mesmo, inadequada; ela deve ser, se é para ser eficaz, o discurso de uma classe a outra, que não tem nem as mesmas ideias que ele, nem as mesmas palavras. Ora, com nossas línguas pudicas, desdenhosas, e embaraçadas com a etiqueta, será fácil fazer-

nos compreender por aqueles que nunca ouviram senão o dialeto rude, pobre, irregular, mas vivo, franco, pitoresco do mercado, dos cabarés e da feira... Que língua, que método seria preciso usar na redação das leis para agir de maneira eficaz sobre o espírito inculto dos que podem menos resistir às tentações do crime?

A educação é sem dúvida, um direito natural do indivíduo, independentemente das origens e escolhas de cada pessoa, é desumano tirar o direito de alguém estudar.

2.1 As diretrizes traçadas pelo Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana

A partir da leitura do Projeto Político Pedagógico ou PPP da Escola Estadual Mário Quintana, do ano de 2017, foi possível absorver que o atendimento aos alunos privados de liberdade começou no ano de 2006. Em seu item II, Características da Entidade, há a descrição do funcionamento da escola, que conta atualmente com 10 salas de aula, são 15 turmas distribuídas em dois turnos (matutino e vespertino). Descreve ainda que a escola conta com uma diretora, a qual foi indicada pela SEE (Secretaria de Estado e Educação) e pela SEDS (Secretaria de Estado e Defesa Social) e uma vice-diretora. São duas especialistas da Educação Básica, duas auxiliares de secretaria, duas bibliotecárias, uma eventual e professores de regência de turma e regência de disciplina.

Existe ainda, uma pedagoga da unidade penitenciária, responsável pelo diálogo entre as duas secretarias, uma vez que a condução das atividades da escola se dá em obediência as normas da SEE (Secretaria de Estado de Educação) e da SEDS (Secretaria de Defesa Social). Assim, os profissionais da escola seguem os princípios legais que garantem ao preso à educação. A missão da escola descrita no PPP é educar para reintegrar o privado de liberdade à sociedade. O PPP nas palavras de Veiga (1998, p. 3-5) possui alguns princípios norteadores:

- a) Igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Saviani alerta-nos para o fato de que há uma desigualdade no ponto de partida, mas a igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da escola.
- b) Qualidade, que não pode ser privilégio de

minorias econômicas e sociais. O desafio que se coloca ao projeto político-pedagógico da escola é o de propiciar uma qualidade para todos. c) Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político pedagógico ligado à educação das classes populares. d) Liberdade é outro princípio constitucional. O princípio da liberdade está sempre associado à ideia de autonomia. O que é necessário, portanto, como ponto de partida, é o resgate do sentido dos conceitos de autonomia e liberdade. A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas. e) Valorização do magistério é um princípio central na discussão do projeto político-pedagógico.

A modalidade de ensino é de Educação de Jovens e Adultos, que propicia o ensino e a aprendizagem para aqueles que por algum motivo não puderam estudar na idade certa. Conforme demonstra o PPP, nos anos iniciais contemplados pela EJA (1º SEGMENTO) as etapas são divididas em, 1º período – 2º período – 3º período e 4º período, e é considerada a necessidade de proporcionar ao aluno alfabetizando uma metodologia que garanta o aprendizado da leitura, da escrita e as quatro operações matemáticas básicas.

Já nos anos finais, também pela EJA (2º SEGMENTO) as etapas são divididas assim, 1º período – 2º período – 3º período e 4º período, intensificando a continuidade da aprendizagem e consolidando a formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis para o prosseguimento de estudos no Ensino Médio.

Os valores correspondentes a cada etapa do Ensino Fundamental e Médio são semestrais. O ano inicial e final do Ensino Fundamental tem duração de dois anos cada um e o Ensino Médio de um ano e meio. Nos anos iniciais, anos finais e no Ensino Médio, o semestre é dividido em dois bimestres, de 50 pontos cada e o aproveitamento semestral deve ser de 50% da nota distribuída, ou seja, no mínimo 50 pontos por período para aprovação.

Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico, o currículo do Ensino Fundamental em obediência a Base Nacional Curricular Comum abrange no mínimo as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física, Artes,

Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Ensino Religioso. Nesta fase de aprendizagem é obrigatório o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, como também o conhecimento físico e natural da realidade social e política, especialmente no Brasil.

Já o currículo do Ensino Médio compreende no mínimo, conforme a Base Nacional Curricular Comum, as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física, Matemática, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Assim como no currículo anterior, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática também são obrigatórios, já o conhecimento físico e natural da realidade social e política não é trabalhado pensando apenas no que ocorre no Brasil, mas sim no mundo.

Os componentes curriculares contam ainda com áreas do conhecimento de parte diversificada que devem ser trabalhadas interdisciplinarmente devendo contribuir para a construção da identidade sociocultural do aluno, seu desenvolvimento cognitivo e emocional. Para isso deve permear os currículos, temas transversais relativos à saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para o consumo, diversidade cultural, dependência química e outros.

As disciplinas da Arte, Educação Física e Ensino Religioso visam promover o desenvolvimento cultural e o bem-estar do educando. O ensino da disciplina de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Já o ensino de Filosofia e Sociologia visa proporcionar aos educandos, instrumentos para o exercício da cidadania de forma transformadora e responsável.

Notadamente, o PPP não traz escrito o horário de início e término das aulas, nem pela manhã e nem à tarde. Apesar de não estar escrito, nossas observações diárias indicam que esta ausência se justifica em razão do funcionamento da escola depender da rotina estabelecida pela segurança da penitenciária. Rotina que não segue um padrão, muitas vezes por questões de segurança, a diretoria da Penitenciária, em especial a de segurança, entende ser necessário suspender o funcionamento da escola ou dá prioridade para outros setores e atividades. Entre as situações que interferem no funcionamento da escola, está à necessidade de realizar revista geral nas celas e nos

presos, suspeitas de motins e rebeliões, vacinação dos presos, mutirão jurídico, surto de doenças infectocontagiosas e outras situações que possam colocar em risco a segurança do professor prisional, como também dos demais servidores. Determinar os horários no PPP seria um erro, dentro da prisão é difícil determinar horário preciso para toda e qualquer atividade, pois cada dia tem uma rotina diferente. Parece um absurdo, mas a falta de horário de início e término das aulas no PPP é um acerto, caso trouxesse horários, sua execução precisa ou aproximada não dependeria dos funcionários da escola.

Outra questão que o Projeto Político Pedagógico não contempla e nada menciona é o fato das salas de aula não possuírem composição mista, ou seja, homens e mulheres na mesma sala. Mais uma vez, nossas observações cotidianas do ambiente prisional demonstram que propiciar que homens e mulheres estudassem na mesma sala de aula traria muitos problemas. Entre eles, a logística, pois homens e mulheres cumprem pena em pavilhões distintos. Outra preocupação seria de segurança mesmo, pois muitos presos e presas são ou eram namorados ou casados e traria um constrangimento desnecessário para o casal. Questões de ciúmes também seriam recorrentes, pois aquele privado de liberdade que é comprometido, seja homem ou mulher não admite que o companheiro ou companheira se envolva com outro preso ou presa, ou mesmo seja alvo de alguma “cantada” de outro privado de liberdade, seria caso de discussão, briga e morte. Além disso, como ficaria a situação do professor para lidar com conflitos desta natureza dentro da sala? Seriam muitos problemas, não há dúvidas, por isso o PPP não vislumbra tal possibilidade.

3 A HISTÓRIA DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA E DA ESCOLA ESTADUAL MÁRIO QUINTANA

A Penitenciária Professor João Pimenta Veiga foi inaugurada em 08 de outubro de 2003. Localiza-se na Rodovia Municipal Daura Ferreira Cherulli (conhecida como estrada que dá acesso à Cachoeira de Sucupira), Km 05, s/nº, na zona rural de Uberlândia. O nome da penitenciária foi definido pela Lei 15.098 de 11/05/2004 e homenageia o mineiro João Pimenta da Veiga, que nasceu em São João Nepomuceno (MG) em 11/04/1910, filho de Alexandrina Vieira Costa e do pecuarista Vicente Ribeiro de Oliveira Costa. Um pouco da história de João Pimenta da Veiga, consta no acervo da Fundação Getúlio Vargas:

Sempre em Minas Gerais, estudou no Ginásio São Luís, em Alfenas, no Instituto Gammon, em Lavras, onde trabalhou, e no Ginásio Mineiro, em Barbacena. Transferiu-se em seguida para Belo Horizonte, onde se empregou como agente estatístico. Concluiu os estudos preparatórios no Ginásio Mineiro e ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (UMG), atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por indicação de Carlos Luz, então deputado federal por Minas, assumiu em 1934 o cargo de fiscal do Instituto dos Comerciários, em fase de instalação no estado, função que ocuparia até ser nomeado, em 1938, procurador da mesma autarquia. Em 1935, concluiu o curso universitário. Especializado em advocacia criminal, trabalhou em Belo Horizonte e em comarcas no interior do estado. Em 1938, tornou-se procurador do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), na Delegacia de Minas Gerais. Após a extinção do Estado Novo (1937-1945), filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), tornando-se delegado da agremiação junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Minas. Durante a interventoria de João Tavares Correia Beraldo, em 1946, exerceu a chefia de polícia de Minas Gerais. Em janeiro de 1947, obteve, em pleito suplementar, uma suplência de deputado federal por Minas pela legenda do PSD, não chegando a assumir o mandato. Em 1950, tornou-se livre-docente de direito penal da Faculdade de Direito da UMG, defendendo a tese *Da responsabilidade penal*. Em outubro desse mesmo ano, candidatou-se à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo PSD, mas não conseguiu se eleger. Com a posse de José Francisco Bias Fortes no governo mineiro em fevereiro de 1956, passou a chefiar o seu gabinete. Exerceu a função até 1958, quando se afastou para se candidatar à Câmara dos Deputados, ainda pela legenda do PSD, no pleito de outubro desse mesmo ano. Eleito, foi empossado em fevereiro de 1959, tornando-se, a partir de setembro seguinte, vice-líder de seu partido na Câmara. Exerceu o mandato federal até seu falecimento em 23 de agosto de 1960, vitimado por um acidente automobilístico ocorrido no município de Itaguara (MG). Foi membro da Sociedade São Vicente de Paulo, do Clube dos Advogados e do Instituto dos Advogados e associou-se também à Sociedade

Mineira de Criminologia e Direito Penal. No PSD, integrou a Comissão Executiva Regional do partido em Minas. Era casado com Edite Paraíso Pimenta da Veiga, com quem teve quatro filhos, um dos quais, João Pimenta da Veiga Filho, foi deputado federal por Minas Gerais de 1979 a 1987, constituinte em 1987 e 1988, prefeito de Belo Horizonte entre 1989 e 1990, e, eleito mais uma vez deputado federal por Minas em 1998, licenciou-se em 1999, logo após tomar posse, para assumir o Ministério das Comunicações no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2003). Publicou *O caso do sargento Ananias*, além de diversos artigos em revistas jurídicas.

No dizeres da Lei de Execução Penal, a penitenciária é o local destinado aos presos sentenciados, ou seja, já condenados pela justiça. As penitenciárias devem localizar-se fora do centro urbano, mas em local que não inviabilize a visita dos familiares dos privados de liberdade.

A estrada que dá acesso à Penitenciária Pimenta da Veiga não é asfaltada, portanto o acesso é difícil e perigoso, são 5 Km de estrada de terra para se chegar à Penitenciária. Originalmente, a Penitenciária possuía 4 pavilhões destinados aos presos, 17 oficinas de trabalho, 15 dessas dentro dos pavilhões e duas fora dos pavilhões, mas intramuros, todas destinadas aos presos, 1 pavilhão onde funciona o refeitório (local onde se prepara a alimentação distribuída aos privados de liberdade e os servidores fazem suas refeições) e o almoxarifado, três prédios administrativos e um prédio para alojamento dos servidores. A capacidade original era abrigar 396 presos, sendo 362 vagas masculinas e 34 vagas para mulheres. Hoje, uma das oficinas externas foi dividida em duas outras oficinas, uma abriga presos albergados (trabalham externamente durante o dia e retornam para dormir à noite) e outra para presos que trabalham na limpeza e manutenção da Penitenciária, são 701 presos, dos quais 38 são mulheres e 663 são homens. O número de presos na Penitenciária é sempre variável.

Em 9 de julho de 2004 a Penitenciária passou por sua primeira e única rebelião, que ocorreu no pavilhão de presos do regime semiaberto e durou das 16 às 23 horas aproximadamente. Dois agentes penitenciários foram feitos reféns e ambos apanharam muito, um deles ainda trabalha conosco.

Com o passar dos anos foi inaugurado dentro da Penitenciária o canil, espaço no qual são treinados os cães que atuam para manutenção da segurança da unidade

prisional. Foi construído também um prédio para funcionamento do GIR (Grupo de Intervenção Rápida), composto por Agentes Penitenciários devidamente treinados para atuar em situações extremas.

Em 2005 com a aprovação de que uma escola deveria funcionar dentro da Penitenciária, a parte administrativa da escola começou a funcionar em 2006, dentro de uma oficina localizada no pavilhão feminino. Logicamente, a oficina foi adaptada e a administração da escola teve seu primeiro local de funcionamento nesta oficina. Posteriormente, depois de uns 3 ou 4 anos, a administração da escola e sua biblioteca foram remanejadas para o alojamento destinado aos Agentes Penitenciários e lá funciona até hoje. As salas de aula são adaptadas e funcionam nas oficinas localizadas dentro dos 4 pavilhões destinadas aos presos. Existe um espaço dentro da Penitenciária reservado para a construção da escola, a intenção é a de construir nele um pavilhão exclusivo para o funcionamento tanto da administração, biblioteca e salas de aula da escola. A escola não nasceu com o nome de Escola Estadual Mário Quintana, este nome surgiu após a aprovação da Lei 17.460 de 07/05/2008. Em conversa informal com a Pedagoga da escola, esta disse que o nome foi escolhido mediante votação dos funcionários da escola, uma vez que antes da escolha, o nome da escola estava associado ao nome da Penitenciária, e nos certificados emitidos pela escola aparecia o nome da Penitenciária, o que ocasionava situações constrangedoras para os privados de liberdade nos momentos de apresentar o certificado para obtenção de um emprego, por exemplo, por isso foi necessário votar e mudar mediante lei.

O funcionamento da escola dentro da Penitenciária, tanto a estrutura, como também seu funcionamento são cheios de peculiaridades, uma vez que as instalações administrativas da escola são adaptadas e não adequadas, pois está instalada em um espaço que originalmente era para servir de alojamento para os Agentes de Segurança Penitenciários, ou seja, possui uma estrutura *Sui generis*. Os professores, antes de irem para a sala de aula, passam por revista corporal superficial e todos os seus materiais (cadernos, livros, lápis, e outros materiais utilizados em sala) que levam para a sala de aula são anotados antes de suas respectivas entradas em sala de aula e conferidos ao saírem da sala de aula para retornarem a parte administrativa da escola. A Figura 1 apresenta o Formulário de Pertence de Professores utilizado pelas Agentes Penitenciárias.

Figura 1 – Formulário de Pertences de Professores

PERTENCES DE PROFESSORES			
Nome: _____		DATA: ___/___/___	
ALIANÇA	CAIXA COM GRAFITE	GLOBO TERRESTRE	OCULOS
AGENDA	CAIXA DE GIZ	JALECO	PANO DE CHÃO (01)
APAGADOR	CANETA	JOGO DE DAMA	PASTA DE PLASTICO
APONTADOR	CANETINHAS	JOGO DE DOMINÓ	PINCÉIS
BLUSA DE FRIO	COLA	LAPIS DE COR	PRENDEDOR DE CABELO PLAST.
BOLSA RETORNAVEL	COPO DESCARTÁVEL	LAPIS DE ESCREVER	REGUA
BOLSINHA	CORRETIVO	LAPISEIRA	RELOGIO
BORRACHA	FITA CREPE	LIVRO	TESOURA
BRINCOS PEQ.	GARRAFA DE AGUA	MARCA TEXTO	TINTA GUACHE
CADERNOS	GIZ DE CERA	MAPA	

ASP RESPONSÁVEL: _____ EQUIPE: _____

Fonte: Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga

As salas de aula estão em espaços diversos, funcionam dentro da estrutura original dos pavilhões destinados ao cumprimento da pena pelos encarcerados. São quatro pavilhões, apenas um deles tem uma sala de aula, pois só tem um pavimento, os outros três pavilhões possuem 2 ou 3 salas de aula, cada qual atende aos presos de pavimentos e escolaridades diferentes, ou seja, há dois pavimentos no pavilhão, um inferior e outro superior (2 andares), então uma sala atende aos presos do pavimento superior e a outra sala atende aos alunos do pavimento inferior.

Algumas salas de aula são multisseriadas, pois atendem alunos de escolaridades diversas, outras salas não. A figura 2 mostra uma das salas de aula da Escola Mário Quintana dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga.

Figura 2 – Aula sendo ministrada aos privados de liberdade na Escola Estadual Mário Quintana



Fonte: www.correiodeuberlandia.com.br

A figura 2 mostra a estrutura básica de uma sala de aula da Penitenciária, cercada por paredes e grades (substituem portões e janelas), com um banheiro e um armário de alvenaria localizado dentro da sala de aula conforme percebe-se pelas portas sanfonadas na cor vermelha, mais ao fundo da figura, todos os alunos sentados em cadeiras novas, apoiando seus materiais em carteiras também novas e todos de uniforme, e a professora de pé, vestida com jaleco branco, por cima da roupa, explicando sua aula.

Os alunos presos são retirados das celas e colocados na sala de aula, e vice-versa, pelos Agentes Penitenciários. A partir das nossas observações, as aulas no período da manhã ocorrem das 9 horas até as 11 e 30 horas, e à tarde, das 13 e 30 horas até às 16 horas. Esses horários não são exatos, pois os professores não podem entrar e nem sair da sala de aula sem a presença dos Agentes Penitenciários.

Esta organização proporciona então que o aluno preso estude de duas horas a duas horas e meia por dia, uma vez que, aquele aluno que estuda de manhã não estuda à

tarde e vice-versa. A distância das celas de cumprimento da pena e do pátio destinado ao banho de sol e recreação dos presos até as salas de aula são de 5 metros ou menos, separados por uma parede ou grades conforme o pavilhão. Nos horários de banho de sol, geralmente todas as manhãs, são de 60 a 80 presos tomando banho de sol e suas conversas e práticas recreativas (futebol, exercícios físicos) produzem muito barulho e atrapalham qualquer outra atividade que dependa do silêncio. No pavilhão que tem apenas um pavimento, a sala de aula funciona em um espaço localizado dentro do mesmo corredor que dá acesso às celas e ao pátio de banho de sol, apenas um portão de grades separa a sala de aula do corredor, são menos de 3 metros da cela mais próxima e da entrada para o pátio de banho de sol. Dificuldades que não impedem que os servidores da escola executem seu trabalho com seriedade e profissionalismo.

As diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, em seu artigo 7º impõe que as autoridades responsáveis pela política de execução penal nos Estados e Distrito Federal deverão propiciar espaços físicos adequados às atividades educacionais, esportivas, culturais, de formação profissional e de lazer, integrando-as às rotinas dos estabelecimentos penais.

Entre Agentes Penitenciários, servidores administrativos, técnicos (pedagogo, odontologista, enfermeiras, psicólogos, assistente social, médico e advogados), professores e funcionários do refeitório são mais de 200 profissionais que trabalham na Penitenciária. Há um enorme déficit em relação ao número de Agentes Penitenciários trabalhando, são no mínimo 60 vagas não ocupadas. A Penitenciária completou em outubro deste ano, 15 anos e vamos ver como as políticas tratarão a questão carcerária e por consequência os servidores e privados de liberdade.

No dia 08/10/2018 a Penitenciária completou 15 anos de existência.

4 AS DOENÇAS PRESENTES NO AMBIENTE PRISIONAL, ÀS FORMAS DE PREVENÇÃO E COMO BUSCAR AJUDA EM CASO DE CONTÁGIO

Para a construção desta seção, foi necessário ouvir alguns profissionais de saúde da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga. No que tange às doenças, consultamos a enfermeira padrão da Penitenciária, que possui 6 anos de experiência como enfermeira, 4 deles, dentro do cárcere. Para ela, o ambiente prisional é um ambiente extremamente insalubre. Desde seu planejamento até a construção, não são levados em considerações os requisitos mínimos para a circulação de ar, a iluminação natural e um espaço físico adequado para a acomodação dos privados de liberdade.

Constantemente há problemas no sistema hidrossanitário, as condições de higiene são péssimas e o ambiente retém bastante umidade, devido ao grande número de tabagistas e a dificuldade de circulação do ar, o que faz com que a fumaça do cigarro fique retida por mais tempo dentro das celas. Há a presença de insetos, roedores e outros animais sem o controle de sua reprodução, o que podem disseminar doenças. Ressalta ainda, que, há superlotação nas celas, sendo que alguns privados de liberdade dormem no chão.

Dentro desse contexto, a referida profissional listou conforme quadro 1, as principais doenças infectocontagiosas presentes no cárcere, como também assinalou as medidas de prevenção para evitar tais doenças. Ela relatou que alguns professores já procuraram o setor de enfermagem apresentando queixas e sintomas de influenza e doenças diarreicas agudas, porém, em relação às demais doenças presentes no quadro 1, não houve queixas.

Notadamente, em caso de suspeita de contágio, o professor prisional deverá buscar atendimento médico no estabelecimento de saúde mais próximo de sua residência ou no pronto atendimento. As doenças listadas no quadro 1 estão em ordem de prevalência no ambiente prisional, ou seja, na linha 2 da coluna 1, está presente a doença mais presente no cárcere, que é a Influenza e a partir dela, até a linha 11 da coluna 1, Hanseníase, que é a menos frequente no ambiente prisional. Além da lista de doenças, constam também, as medidas preventivas necessárias para se evitar cada uma das doenças.

Quadro 1 – Doenças infectocontagiosas presentes no cárcere e as medidas de prevenção

Doenças	Medidas de Prevenção
Influenza	Vacinação anual contra os principais vírus em maior circulação e a higienização das mãos.
Doenças diarreicas agudas	Melhoria da qualidade da água, destino adequado de lixo e dejetos, controle de vetores, higiene pessoal e alimentar.
Tuberculose	As medidas de controle baseiam-se na busca de sintomáticos respiratórios, seu diagnóstico e tratamento. Vacinação da BCG.
Hepatite A	Educação da população quanto às boas práticas de higiene, com ênfase na lavagem das mãos após o uso do banheiro, na preparação de alimentos, antes de se alimentar; Medidas de saneamento básico como água tratada e esgoto.
Hepatite B	As medidas de controle incluem a profilaxia pré-exposição, pós-exposição, o não compartilhamento ou reutilização de seringas e agulhas, triagem obrigatória nos doadores de sangue, inativação viral de hemoderivados e medidas adequadas de biossegurança nos estabelecimentos de saúde. A vacinação é a medida mais segura para prevenção contra hepatite B. Evitar qualquer tipo de contato com secreções e sangue.
Hepatite C	Não há vacina, nem imunoglobulina para a hepatite C. Forma de prevenção de DST, incluindo a hepatite B, o uso de preservativo. O portador não deve fazer doação de sangue. Evitar qualquer tipo de contato com secreções e sangue.
Hepatite D	Semelhante ao da hepatite B.
Hepatite E	Semelhante ao da hepatite A.
AIDS	Informação e educação sexual com o uso de preservativos, não realizar o compartilhamento de seringas e perfuro-cortantes, prevenção da transmissão perinatal e prevenção da transmissão sanguínea pela transfusão de sangue. Evitar qualquer tipo de contato com secreções e sangue. É importante ressaltar que o HIV não é transmitido pelo convívio social ou familiar, por abraço ou beijo, por alimentos, por água, picadas de mosquitos ou de outros insetos.
Sífilis	Interrupção da cadeia de transmissão (diagnóstico e tratamento adequados). Aconselhamento sobre as possíveis situações de risco em suas práticas sexuais; Promoção do uso de preservativos e educação em saúde.
Hanseníase	Diagnóstico precoce dos casos, por meio do atendimento de demanda espontânea, de busca ativa e de exame dos contratos para tratamento específico, que deve ser feito em regime eminentemente ambulatorial.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir das respostas da enfermeira.

Do ponto de vista psicológico, as duas psicólogas da Penitenciária, uma com 4 anos de experiência, sendo que os 4 anos dentro da Penitenciária e a outra com 16 anos de experiência na área, é doutora pela USP – Ribeirão Preto e já labora no sistema prisional faz dois anos e meio, afirmaram que o ambiente prisional é insalubre, estigmatizado, estressor, não reconhecido, com vícios institucionais, um local sem amparo e com poucos investimento em saúde. Pela própria arquitetura rígida e a lógica engessada de funcionamento, o psiquismo das pessoas é muito influenciado negativamente. Para elas, o adoecimento psíquico no ambiente prisional envolve múltiplos fatores, que ultrapassam questões individuais, e os professores prisionais estão sujeitos às doenças psicológicas presentes no cárcere. O trabalho do professor

envolve riscos diários, pois o contato com o privado de liberdade é muito próximo, e muitas vezes esta proximidade é mal compreendida.

Ambas revelaram que não existem medidas preventivas específicas para cada doença psicológica, os professores precisam ficar atentos aos sinais do corpo e das emoções e não ter vergonha de procurar ajuda com profissionais da área para enfrentar o sofrimento. Já houve caso de professor procurar uma das profissionais em virtude de transtorno de ansiedade e depressão. Ambas mantêm diálogos constantes com a pedagoga da Penitenciária e a supervisora da Escola, discutindo vivências, mediando conflitos e prevenindo agravos e sempre que possível são realizadas atividades conjuntas.

A partir das suas vivências e revelações foi possível enumerar as doenças psicológicas mais presentes no ambiente prisional. O Quadro 2 demonstra a representação das doenças, da mais presente (Transtorno de ansiedade) constante na linha 2, para a menos presente, na linha 8 (Transtornos não orgânicos do sono, devido a fatores emocionais).

Quadro 2 – Doenças psicológicas mais presentes no ambiente prisional

Doenças Psicológicas
Transtorno de ansiedade (pânico, estresse pós-traumático).
Transtorno depressivo.
Transtorno somatoforme.
Transtornos mentais e comportamentais em virtude do uso de substâncias psicoativas.
Transtornos de personalidade.
Transtorno alimentar.
Transtornos não orgânicos do sono em virtude de fatores emocionais.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir das respostas das Psicólogas.

5 AS CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA A SAÚDE DOS PROFESSORES E OS BENEFÍCIOS ADVINDOS DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIOS FÍSICOS

Esta seção foi elaborada com base na experiência de uma educadora física, com cinco anos de experiência, como professora da Escola Estadual Mário Quintana. Além de educadora física, possui formação em Ciências Biológicas e é aluna de Fisioterapia. A partir de suas revelações, apresentamos ao professor, que o ambiente prisional, além de perigoso, é insalubre, e os cuidados com a saúde, lá dentro, devem ser maiores.

Há muitos professores prisionais que queixam de movimentos repetitivos, atrofias e problemas circulatórios. Por ser um ambiente insalubre, há com frequência, casos de dermatites e deficiências no sistema imunológico, o que podem ser ocasionadas por vários fatores. Levando em consideração a arquitetura da escola Mário Quintana, suas salas de aula e o espaço da Penitenciária é preciso que o professor prisional mantenha uma rotina mais saudável fora da área de trabalho, para que se sinta bem e evite acumular estresse. Aplicar no seu dia a dia, equilíbrio alimentar, exercícios físicos (tanto para fortalecimento muscular, como para cardíaco e pulmonar), boa hidratação, qualidade do sono, disciplina, boa adequação com as normas exigidas pelo ambiente e sistema, ter planejamento das atividades para o trabalho e outros, contribuirá decisivamente para o professor prisional manter uma condição física adequada para evitar doenças e suportar o stress da profissão.

O exercício físico para o professor também é importante para se evitar problemas osteoesqueléticos ou musculares, além de proporcioná-lo uma maior qualidade de vida, reeducação, disciplina, função mental e lazer. A prática de exercícios físicos deixará os professores prisionais menos tensos no trabalho em si, pois prepara o seu corpo para possíveis eventualidades e o melhor desempenho das funções.

O Quadro 3, apresenta as doenças mais comuns no ambiente prisional, relacionadas à falta de exercícios físicos. São oito doenças destacadas, e o quadro seguirá a partir da segunda linha, onde consta o sedentarismo (doença do século), uma ordem da doença mais presente no ambiente prisional, para a doença menos presente no cárcere, que é a falta de absorção de nutrientes e uso de drogas, constante na linha 9 do Quadro 3,

como também às medidas preventivas indicadas para se evitar cada uma das oito doenças enumeradas.

Quadro 3 – Doenças presentes no ambiente prisional relacionadas à falta de exercícios físicos e as respectivas medidas preventivas

Doenças	Medidas Preventivas
Sedentarismo (doença do século).	Caminhadas e fortalecimento muscular.
Problemas circulatórios.	Caminhadas, fortalecimento muscular, alimentação equilibrada.
Transtornos mentais variados (ansiedade, déficits, hiperatividade, esquizofrenia, entre outras).	Aplicação de atividades que visam bem estar psicológico e motor (incentivo ao trabalho, à escola e à atividade física). Adequando informações e trabalhos com projetos que busquem melhorias para todos envolvidos para evitar possíveis danos, influenciando em uma maior organização.
Doenças respiratórias (falta de movimento, ambiente, cigarro, fumaça).	Trabalhos de conscientização, campanhas contra o fumo, cigarro e outros. Exercícios físicos como caminhadas, subir e descer escadas.
Complicações com outras doenças já pré-existentes.	Exame inicial, comprometimento com a saúde, tratamento, evitar danos.
DST'S (Doenças Sexualmente Transmissíveis) ou IST'S (Infecções Sexualmente Transmissíveis).	Campanhas educativas.
Atrofias musculares e artrose na coluna e em outras articulações.	Fortalecer, movimentar.
Falta de absorção de nutrientes e uso de drogas.	O uso de remédios contra indicados e o uso de outras drogas inabilitam o corpo e o ambiente podendo deixar sequelas. Existem também alguns fatores que contribuem para a não absorção de nutrientes como cálcio, vitamina D, glicose, insulina, muitos hormônios e outras substâncias que podem ser estimuladas através dos exercícios físicos. Estes podem ajudar ainda na ativação dos aminoácidos, fortalecimentos, melhora do sistema imunológico e diminuição do estresse.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, a partir das respostas da educadora física.

De um modo geral é indicado a todos os funcionários da Penitenciária, o fortalecimento do sistema imunológico, sistema muscular, cardiorrespiratório e higienização (lavar ou higienizar sempre as mãos, usar sapatos fechados e calças compridas).

6 AS QUESTÕES DE SEGURANÇA IMPORTANTES PARA O BEM ESTAR DO PROFESSOR PRISIONAL

Em qualquer unidade prisional no Brasil ou no mundo existem regras de segurança. Geralmente, elas advém do costume, ou seja, repressivamente, quando os privados de liberdade criam situações para burlar a segurança das unidades prisionais ou mesmo preventivamente, quando os profissionais que trabalham na prisão, alicerçados pela experiência no cárcere atuam para evitar a insegurança. É a partir destes costumes que nascem as regras de segurança. Por exemplo, há algum tempo atrás, descobriu-se que no isqueiro da marca Bic havia uma peça que poderia servir como chave para abrir algemas. A peça foi testada como chave e realmente abriu algemas. A partir de então, os isqueiros da marca Bic são proibidos no sistema prisional mineiro.

O sistema mineiro possui algumas particularidades em relação aos sistemas prisionais dos demais estados da Federação. Em Minas Gerais, as regras de segurança foram transformadas em normas, e estas organizadas de forma padronizada em todo Estado mineiro, ou seja, as mesmas normas de segurança aplicadas à Penitenciária e ao Presídio de Uberlândia são aplicadas também nas unidades da capital, do sul, norte e centro-oeste do Estado. Estas normas são dinâmicas, pois como já relatado acompanham as novidades do ambiente prisional.

A última grande modificação nas normas de das unidades prisionais de Minas Gerais ocorreu em 07/07/2016, a partir da vigência da Resolução 1.618 que aprovou o RENP – Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais. No RENP, encontramos as principais normas de segurança, as quais se submetem as unidades prisionais do Estado.

Para tanto, algumas normas são pertinentes aos professores prisionais. O próprio artigo 157 da resolução 1.618 prevê que toda a equipe da escola seja orientada sobre as normas da unidade prisional, bem como orientar sobre a postura dos professores. O Quadro 4, a seguir, traz sob o ponto de vista do pesquisador, como também pelo que prevê o RENP, as normas aplicáveis aos professores prisionais. Obviamente, o Quadro 4 não contempla tudo o que não pode ou o que não é aconselhável fazer.

Quadro 4 - Normas e orientações de segurança para o professor prisional

	Normas e Orientações
Roupas e acessórios	Não podem adentrar a unidade prisional, as pessoas que estejam usando bermudas e “piercing”; com roupas decotadas, transparentes ou insinuantes; roupas que façam alusão a times ou apologia a violência, às drogas e ou similares; salvo os Agentes de Segurança Penitenciários, em virtude do uniforme, não é permitida a entrada de pessoas usando roupas camufladas; é proibida a entrada de pessoas usando roupas vermelhas (cor do uniforme dos privados de liberdade); os bonés, chapéus, capacetes e similares somente são permitidos aos prestadores de serviço ou servidores em conformidade com a natureza da atividade de cada um. Ampliando as recomendações, não é pertinente que o professor adentre a sala de aula usando prendedores de cabelo metálicos ou em madeira; com também brincos grandes e de argola.
A revista corporal do professor	Assim como a grande maioria dos servidores da penitenciária, os professores também passam por revista corporal. Esta pode ser superficial (verificação de bolsos, é uma revista com as mãos), como também pode ser realizada por scanner corporal. O Professor que não possa passar pelo scanner corporal em virtude de algum problema de saúde, por exemplo, será submetido à revista superficial. Como já relatado anteriormente, todos os pertences que entram com o professor são anotados, e ao sair, eles são conferidos.
Da comunicação com o preso	Não há regras ou normas que impeçam o professor de educar ou ensinar os privados de liberdade, a comunicação para esse fim é livre e devidamente permitida. Porém, não é aconselhável falar da vida pessoal para os privados de liberdade (comentar sobre família, data de aniversário, objetivos de vida, enfim, aspectos gerais da vida pessoal); não cabe ao professor pegar bilhetes de presos para levar para a diretoria ou qualquer outro profissional da penitenciária; não é aconselhável brincadeiras de contato, piadas de qualquer natureza. A neutralidade e a serenidade em sala são determinantes para o bom andamento das aulas.
O cotidiano da prisão	Com o passar do tempo, o professor, cairá em uma rotina, ele absorverá como funciona o sistema prisional, os horários, o tipo de revista corporal realizada, o que pode ou não fazer, como também aprenderá muito sobre o comportamento do privado de liberdade. Tudo será uma rotina, porém quando o professor perceber que a rotina mudou, o privado de liberdade alterou seu comportamento, quando perceber que o privado de liberdade gentil, está apreensivo, atento, preocupado, algo de errado está acontecendo ou irá acontecer. O Agente Penitenciário baseia o seu dia a dia, nesta questão prática, ou seja, um privado de liberdade mudou sua rotina, os Agentes já ascendem o sinal de alerta, algo errado está ocorrendo ou está por vir. Então o professor precisa observar seu dia a dia, sua segurança depende disso. Obs.: Percebida uma situação diferente, use uma estratégia para sair da sala. Peça algum dos privados de liberdade para chamar os Agentes, pois esta se sentindo mal, ou precisa ir ao banheiro, ou esqueceu-se de tomar seu medicamento controlado, ou precisa retornar a parte administrativa da escola para pegar um material que esqueceu e sem ele não dá para continuar a aula. Manter a calma te ajudará a enfrentar as situações inusitadas.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, com base das normas do Remp.

7 QUEM SÃO OS PRIVADOS DE LIBERDADE E COMO É A COMUNICAÇÃO ENTRE ELES

7.1 Os privados de liberdade

O professor prisional encontrará dentro da sala de aula, todo tipo de criminoso. Entre seus alunos, comumente haverá ladrões (furto e roubo), traficantes, homicidas, latrocidias, sequestradores, estupradores, etc. Desde que você se proponha a dar aulas e não se envolver emocionalmente com eles, todos serão apenas seus alunos, a quem você deve ensinar e educar, nada mais.

Para dar uma ideia quais crimes cometeram, vamos buscar auxílio no Código Penal Brasileiro que é de 1940 e vem sofrendo modificações pontuais dia a dia, porém modificações que não conseguem acompanhar a dinâmica social. Em relação ao tráfico de drogas, buscaremos auxílio na Lei de Tóxicos, 11.343/2006. A partir então do nosso Código Penal, quem são esses ladrões, traficantes, homicidas, latrocidias e os estupradores presentes na sua sala de aula?

Consultando o referido Código encontramos no artigo 155, a figura do furto, que é subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. Trazendo para o nosso dia a dia, o furto é o crime que ocorre sem violência ou grave ameaça, é o caso, por exemplo, das casas e escolas arrombadas, onde os ladrões levam televisão e demais móveis; são os furtos de carros, motos, bicicletas que estão estacionados nas ruas, nos supermercados, etc. Caracteriza-se, portanto, pela ausência do dono do bem furtado, no momento do furto. A pena é de um a quatro anos. Trata-se de um crime contra o patrimônio das pessoas.

Também é crime contra o patrimônio das pessoas, o roubo. Está previsto no artigo 157 do Código Penal, que é subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Veja que o que difere o furto do roubo, é que neste último, ocorre o uso da violência (bater, chutar, agredir) ou grave ameaça (me passa a carteira, senão te mato). É, portanto, mais grave que o furto, como exemplo,

temos os roubos de carros nos sinais de trânsito, onde ladrões abordam o motorista e mediante violência ou grave ameaça subtraem seu veículo. A pena é de 4 a 10 anos.

Outro crime contra o patrimônio, mas que tem como resultado a lesão corporal grave ou a morte da vítima é o latrocínio. Este crime está previsto também no artigo 157, porém em seu parágrafo 3º, ou seja, da subtração da coisa alheia móvel, para si ou para outrem, aconteceu que a vítima sofreu lesão corporal grave ou morreu. No caso da lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7 a 18 anos; e no caso de morte, a pena é de 20 a 30 anos. Um exemplo é o caso de um ladrão, que para um pedestre para furtar seu celular com emprego de ameaça (me dá o celular senão você morre) e após a vítima reagir ou sem ela reagir, o ladrão a mata para concretizar o roubo do celular. Este é o latrocínio.

Partindo agora, para o capítulo dos crimes contra a vida presente no Código Penal, encontramos no artigo 121, o homicídio ou o assassinato (linguajar popular), ou seja, matar alguém, com pena de 6 a 20 anos. Nossa experiência no cárcere tem mostrado que geralmente o criminoso condenado apenas por este crime é aquele que cumpria sua pena e não reincidirá, ou seja, não cometerá outro crime.

Mais adiante no Código Penal encontramos no capítulo dos crimes contra a liberdade sexual, o artigo 213, este artigo define o estupro, que é o constrangimento de alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. A pena é de 6 a 10 anos. No capítulo dos crimes sexuais contra vulnerável temos o artigo 217-A, que é ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos, a pena aqui é de 8 a 15 anos. São dois artigos, portanto, que definem o estupro, o primeiro trata do estupro do maior de 14 anos e o outro do menor de 14 anos, ou nos dizeres da lei, os vulneráveis.

Partindo agora para o artigo 33 da lei 11.343 de 2006, que define o que é tráfico de drogas. Este artigo define que importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar constitui tráfico. Obviamente, não esta presente aqui quais são as

substâncias tóxicas proibidas, para isso é preciso consultar a Portaria 344 de 1998 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), portaria que é atualizada constantemente.

Provavelmente o professor deve estar se perguntando, meu Deus, vou ensinar essas pessoas, uma pessoa com histórico pior que a outra? Calma, estamos mostrando a realidade, um pouco da história dos estudantes que você terá que ensinar. Porém antes destas pessoas presas serem matriculadas na escola, elas passam por uma peneira, uma comissão, denominada pela Lei de Execução Penal, lei 7.210/84, de Comissão Técnica de Classificação, ou simplesmente CTC.

A matrícula de alunos do meio aberto nas escolas convencionais é de conhecimento geral. Porém a matrícula de alunos privados de liberdade nas escolas prisionais é diferente. A matrícula do aluno preso em sala segue os ditames da Lei de Execução Penal. Desse modo, a Lei de Execução Penal determina que as unidades prisionais devem possuir uma comissão denominada, Comissão Técnica de Classificação ou simplesmente CTC. O artigo 6º da referida lei traz que a composição da comissão será: dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social com a presidência do diretor da unidade prisional. A finalidade desta comissão é elaborar um programa individual para o cumprimento da pena, ou seja, todos os presos que chegam à Penitenciária passam por cada um destes profissionais que mediante entrevista vão escolher e determinar um programa a ser cumprido pelo preso enquanto estiver privado de liberdade.

Notadamente, cada unidade prisional mantém a composição da CTC com a quantidade de servidores e especialidades que possui, por exemplo, na Pimenta da Veiga, a CTC é composta pelo diretor-geral da Penitenciária, a diretora de atendimento ao preso, o diretor de segurança ou o servidor por ele designado, a pedagoga, a enfermeira, a assistente social, a psicóloga, o gerente de produção (responsável por analisar quais vagas de trabalho interno e possíveis candidatos), e um membro do serviço de inteligência. Assim, a reunião da comissão é semanal e nestas reuniões todos estes profissionais falam um pouco de sua entrevista individual com o preso, fazem sua avaliação e votam se ele pode trabalhar, estudar ou ambos e por quê. Cada opinião é importante, por exemplo, a pedagoga pode entender que o preso X deve estudar, porém a enfermeira pode alertar que o preso X tem uma deficiência visual e auditiva

significativa, para tanto é aconselhável que os membros da comissão direcionem o preso X para sanar ou minimizar tais deficiências antes de começar a estudar.

O principal requisito que define se o preso pode ou não estudar ou trabalhar é seu comportamento no cárcere, comportamento presente e pretérito. Caso o privado de liberdade tenha bom comportamento carcerário, sem faltas disciplinares, sem condutas de desrespeito ou desobediência com os servidores, ele terá grande chance, caso queira, de estudar. A análise do seu comportamento é a chave de entrada para a matrícula na escola, caso seja disciplinado, terá a oportunidade, caso não seja disciplinado, terá que apresentar melhoras no comportamento para adquirir a chance de estudar. Lembrando que a CTC reúne-se não apenas uma vez para discutir como será a vida prisional do privado de liberdade, mais quantas vezes se fizer necessário. Uma vez matriculado na escola, qualquer sinal de indisciplina dentro ou fora da escola acarretará a perda de vaga de estudante, portanto, depende dele. A história demonstra, que a maioria esmagadora dos presos que ganham a oportunidade de estudar, fazem seu melhor para continuar estudando.

7.2 A gíria como ressemantização do sentido

Saussure (1975), ao propor a teoria do signo linguístico, constituído pelo significante e pelo significado, deixou claras duas ideias importantes: a constatação da expressão simbólica e da existência da ideia ou do conceito; esses dois componentes estão associados entre si no vocábulo. Assim a palavra “casa” contém a expressão fonológica /kaza/ e a ideia do objeto habitacional, mas não a figura ou imagem de uma casa.

A ideia representada e expressa por meio do significante, no caso da gíria, refere-se a mais de um objeto. A gíria é uma ressemantização do sentido referencial da linguagem. Ela possui caráter popular, é criada e usada por determinados grupos sociais ou profissionais. Ela é elaborada, para substituir termos ou conceitos oficiais (usados tradicionalmente). A gíria é identificadora de um determinado grupo social.

A gíria é própria de uma determinada época e, muitas vezes, deixam de existir quando caem em desuso. Muitas gírias são tão utilizadas por grande parte da população

de um país que acabam sendo incorporadas pelo vocabulário oficial, fazendo parte dos dicionários.

De certa forma, todos os grupos sociais possuem certa quantidade de palavras ou expressões que usam em seu ambiente. Estas são chamadas de gírias de grupos. Possuem gírias próprias os estudantes, advogados, jogadores de futebol, médicos, policiais, detentos, vendedores, artistas, entre outros. Muitas gírias são criadas pelos jovens e adolescentes, em função da necessidade de buscar palavras e conceitos novos e de criar uma identidade.

Da mesma forma, as pessoas presas criam gírias próprias para o ambiente prisional. Geralmente, as gírias dos presos de uma determinada região diferem das gírias de presos de outras regiões. Uma das explicações para se criar expressões próprias no cárcere é confundir os agentes de segurança e demais profissionais que trabalham no dia a dia do cárcere, impedindo que estes escutem e entendam a comunicação entre os privados de liberdade.

A partir das minhas observações durante meus 15 anos de trabalho no ambiente carcerário na nossa região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, trago a seguir 123 gírias que caracterizam a linguagem dos presos de Uberlândia e região e a partir do seu entendimento, ajudar os profissionais que trabalham no cárcere a desempenhar suas funções, em especial o professor prisional.

Gírias:

Acelerar o pavilhão: Influenciar os demais presos do pavilhão, para que estes gritem, batam portas e façam muito barulho para atingirem um objetivo específico.

Aplicação em uma frase: Senhor Agente, se você não me levar na enfermaria vou acelerar o pavilhão até eu conseguir o atendimento.

Agarrar: Demorar, enrolar.

Aplicação em uma frase: Para de agarrar o agente aí irmão, hoje é dia de visita, deixa ele sair logo para colocar as visitas no pavilhão.

Arrastar: Chamar pelo nome, citar outra pessoa.

Aplicação em uma frase: Para de me arrastar aí irmão, assume suas broncas, não fui eu, porque você está me arrastando?

Artigo: Termo usado para qualificar um preso que cometeu crime sexual.

Aplicação em uma frase: Irmão, aquele preso que acabou de chegar é artigo.

Atropelo: Significa que um preso apanhou de um ou mais presos e está muito machucado ou quase morreu.

Aplicação em uma frase: Se colocarem aquele preso que é artigo aqui, nós vamos atropelar ele.

Bacú: Diminutivo de baculejo, ou seja, revista corporal ou em cela, realizada com o objetivo de se encontrar materiais ilícitos e não permitidos.

Aplicação em uma frase: Fizeram um bacú aqui e encontraram os dois radim dentro do meu colchão.

Bandeco: Refere-se ao marmitex, que contém a alimentação dos presos.

Aplicação em uma frase: Irmão meu bandeco caiu no chão e a comida espalhou pelo chão do barraco.

Barraco: Expressão que é sinônimo de cela, local onde se cumpre a pena.

Aplicação em uma frase: Esta na hora de limpar o barraco, pois amanhã tem visita.

Bate-cela: Significa que uma cela ou alojamento passou por uma revista geral em sua estrutura e nos materiais que lá se encontravam.

Aplicação em uma frase: Temos que ficar ligados, tem muitos dias que os agentes não fazem bate-cela.

Bater capa: Refere-se ao momento em que um ou mais presos chutam as portas das celas ocasionando muito barulho para chamar a atenção para uma reivindicação ou revolta com algum fato que ocorreu.

Aplicação em uma frase: Vamos família, precisamos bater capa, para eles tirarem o irmão aqui que desmaiou na cela.

Benefício: Termo que designa que o preso recebeu uma decisão judicial que torna o cumprimento de pena mais brando ou indica que recebeu algum objeto que não estava previsto/inesperado e por isso é um benefício.

Aplicação em uma frase: 1 – Seu Diretor, eu já recebi o benefício do semiaberto e estou no regime fechado até hoje, como que faz? 2 – Com a saída do irmão que trabalha lá na horta, devo ganhar o benefício de trabalhar lá.

Bichão: Designa que outra pessoa é corajosa, destemida, não tem medo das situações e dos problemas.

Aplicação em uma frase: O Senhor é bichão demais seu agente, tá achando que eu sou um Zé Ninguém, que eu não tenho família lá fora, você é bichão aqui, quero ver lá fora.

Blindada: Termo que designa o marmiteira de alumínio com comida dentro, que o preso recebe diariamente.

Aplicação em uma frase: Nossa Senhora, as blindadas estão demorando, já estou morrendo de fome.

Boi: Termo utilizado que significa banheiro ou vaso sanitário.

Aplicação em uma frase: Dá licença aí irmão que estou apertado, tenho que usar o boi.

Bonde: Transferência de presos de uma unidade prisional para outra.

Aplicação em uma frase: Hoje chega um bonde da Penitenciária de Patrocínio, parece que vêm uns 15 presos pra cá.

Boró: Significa o fumo que compõe o cigarro.

Aplicação em uma frase: Nossa irmão, cê num tem um boró aí para me dar não, estou com vontade de fumar.

Bota: Termo utilizado que significa agente penitenciário ou policial.

Aplicação em uma frase: Esses bota tão demaizão, estão se achando.

Caneca: Designa copo para colocar e tomar água.

Aplicação em uma frase: Me dá a caneca aí irmão, estou morrendo de sede.

Canetada: Significa que o preso recebeu uma comunicação formal de que responderá administrativa ou judicialmente pela prática de um possível ilícito.

Aplicação em uma frase: Aquele agente me canetou dizendo que eu desrespeitei ele, e eu não desrespeitei.

Capa: Corresponde a chapa de aço das portas das celas.

Aplicação em uma frase: Seu Agente, se eu não for para a escola hoje vou bater capa.

Capô: Termo usado para se referir ao órgão sexual feminino, em especial para aquelas mulheres que trazem e adentram as unidades prisionais com objetos ilícitos escondidos na vagina.

Aplicação em uma frase: Aquela mulher consegue trazer um celular e um carregador escondido no capô.

Carne de monstro: Expressão usada para adjetivar uma carne presente no marmitex de alimentação, que esta visualmente feia.

Aplicação em uma frase: Credo, hoje é carne de monstro no almoço, olha sua blindada para você vê.

Cascuda: Corresponde ao marmitex onde são servidas as refeições.

Aplicação em uma frase: Vixe, a comida deve estar quente, pois a cascuda esta.

Caseiro: Faz referência a comida que os familiares trazem para o preso no dia da visitação.

Aplicação em uma frase: Não vejo a hora das minhas visitas entrarem, estou doído para comer um caseiro feito pela minha mãe.

Catatau: Refere-se a um bilhete/carta para um servidor da penitenciária ou outro preso.

Aplicação em uma frase: Seu Agente entrega esse catatau aqui para a enfermeira, pois estou precisando de atendimento.

Cavalo doído: Expressão que significa que um grupo de presos formam um bloco e avançam contra uma porta de cela ou portão de pátio enquanto um agente penitenciário esta na porta ou portão, com a finalidade de empurrar a porta ou portão e sair da cela ou pátio e por consequência iniciar uma rebelião ou motim.

Aplicação em uma frase: Família então é o seguinte, o Demétrius vai distrair o agente do portão e quando eu der o sinal nós damos o cavalo doído nele.

Cela-livre: Refere-se ao preso que esta no corredor do pavilhão, entre as celas e o pátio de banho de sol para entregar comida e fazer a limpeza do corredor.

Aplicação em uma frase: Cela-livre cadê meu bandeco?

Cep: Número de telefone.

Aplicação em uma frase: Temos que conseguir uns cep para passarmos uns trote e ganharmos uma grana irmão.

Chiquinha: Ebulidor feito artesanalmente, com fios de cobre e pedaços de metal.

Aplicação em uma frase: Hoje tá frio irmão, pega a chiquinha aí que vou esquentar uma água para tomar banho.

Choque: Faz referência ao grupamento tático de agentes penitenciários treinados para conter distúrbios internos e enfrentar quaisquer situações de risco que surja dentro da unidade prisional.

Aplicação em uma frase: Se nós tentarmos o cavalo doido, o choque vai chegar dando tiro de borracha em todo mundo.

Chucho: É um instrumento feito artesanalmente com ponta afiada para ofender a integridade física de outrem, pode ser um pedaço de vergalhão afiado, um pedaço de osso afiado, uma escova de dente afiada, uma colher plástica afiada, etc. Na linguagem culta, o nome de um instrumento artesanal com ponta afiada é chuço.

Aplicação em uma frase: Na hora que o agente chegar vou enfiar o chucho nele e aí iniciamos a rebelião.

Companheiro: É uma expressão utilizada por presos pertencentes a facções criminosas e refere-se a presos que não fazem parte da facção, porém são ideologicamente admiradores dos faccionados e ajudam estes no que for possível.

Aplicação em uma frase: Irmão pode falar com os presos lá da cela 09, eles são companheiros e estão com nós.

Coração: Significa carregador de celular.

Aplicação em uma frase: Acabou a bateria do radim, precisamos de um coração para carregar novamente.

Corre: Termo que faz referência a um serviço urgente.

Aplicação em uma frase: Irmão pede alguém da sua família para fazer esse corre para mim, senão meu alvará vai agarra.

Correria: Termo utilizado para aquela pessoa que resolve os problemas que chegam até ele, de forma rápida e competente.

Aplicação em uma frase: Como você conseguiu aquele acordo mano? Você é correria mesmo hein.

Curuja: Cueca.

Aplicação em uma frase: Vou pedir minha mãe umas curujas, as minhas estão rasgadas e se essas calças rasgarem fico pelado aí no meio dos outros.

Demorô: Expressão usada para dizer que se esta pronto ou passou do momento de se cumprir uma missão ou determinação.

Aplicação em uma frase: Demorô irmão, passou da hora, vamos resolver esse problema.

Dentuça: Escova de dente.

Aplicação em uma frase: Minha dentuça esta acabada, se eu não arrumar outra, daqui uns dias vou ter que escovar os dentes com os dedos.

Desembolar: É uma expressão que significa que é necessário e urgente resolver uma situação.

Aplicação em uma frase: É o seguinte malandragem, amanhã vamos desembolar essa questão lá no pátio, pode crê?

Draga: Arma de fogo.

Aplicação em uma frase: No dia do crime eu estava sem draga, meu parceiro que atirou.

Dragão: Significa isqueiro.

Aplicação em uma frase: Cela-livre pega o dragão lá na cela 11 para mim, estou querendo acender o cigarro aqui.

Duzentão: Designa preso que cometeu crime sexual. No Código Penal, os capítulos dos crimes contra a dignidade sexual estão entre os artigos 213 e 218.

Aplicação em uma frase: Aquele cara lá é o duzentão que estuprou a menina lá do centro da cidade.

Entendeu: Termo usado pelos presos para responder que entendeu uma explicação ou mensagem.

Aplicação em uma frase: - Você tem que trazer este documento quando voltar de saída temporária, certo? - Entendeu seu agente.

Estou na pedra: Expressão que significa que o preso não tem determinado objeto ou está sem alguma coisa faz um tempo.

Aplicação em uma frase: Irmão, eu não tenho cigarro, estou na pedra.

Família: Termo utilizado fazendo referência a todos os presos de um pavilhão ou de determinada cela.

Aplicação em uma frase: Aí família, nós aqui da cela 5 precisamos fazer uma reunião amanhã no pátio de banho de sol.

Farinha: Cocaína.

Aplicação em uma frase: Tô com vontade de cheirar uma farinha hoje.

Farol: Lâmpada.

Aplicação em uma frase: Irmão liga o farol que tá escuro demais.

Faxina: É o preso responsável por entregar a alimentação e fazer a limpeza dos corredores do pavilhão.

Aplicação em uma frase: Cadê o faxina? Este corredor está uma sujeira, ele tem que limpar.

Fita: Refere-se à situação, momento, circunstância.

Aplicação em uma frase: Nós estávamos juntos na fita, mas quem atirou não fui eu.

Gaiola: Designa o agente penitenciário que esta como responsável por um pavilhão de presos ou a sala localizada dentro do pavilhão destinada aos agentes penitenciários.

Aplicação em uma frase: Ô seu gaiola, acende as luzes da cela para nós.

Gambé: Policial ou Agente Penitenciário.

Aplicação em uma frase: Os gambés estão vindo aí irmão, pede o medicamento para eles.

Geral: Termo utilizado para designar uma revista geral realizada em uma ou mais celas.

Aplicação em uma frase: Os agentes levaram minha tela na geral de ontem.

Grampo: Algema.

Aplicação em uma frase: Seu Agente desaperta esse grampo, por favor, esta machucando meus punhos.

Gravata: Advogado.

Aplicação em uma frase: Hoje vou ser atendido pelo meu gravata.

Guerra: Expressão que se usa para dizer que tem um problema com um desafeto.

Aplicação em uma frase: Seu Agente, não posso ficar naquela cela, tenho guerra com um cara de lá, vai dar morte.

Homem da capa preta: Juiz de direito.

Aplicação em uma frase: Minha audiência com o homem da capa preta é hoje.

Irmão: Termo utilizado para referir-se a outro preso por consideração e amizade.

Aplicação em uma frase: Manda esse borô lá para o irmão da cela dois.

Já era: Expressão usada para dizer que se perdeu alguma coisa ou alguma coisa já aconteceu ou o preso esta satisfeito com o que aconteceu.

Aplicação em uma frase: Já era irmão, desrespeitei o agente e perdi o trabalho.

Jack: Se refere a um preso que cometeu crime sexual.

Aplicação em uma frase: Se colocar Jack aqui na cela, ele vai morrer Seu Agente.

Jato: Expressão que se refere a um objeto formado por uma linha com um contrapeso em cada uma de suas pontas, o qual utilizam para mandar recados e objetos de uma cela para outra, ou de um pavilhão para outro, em especial em momentos em que o cela-livre/faxina não está solto nos corredores.

Aplicação em uma frase: Manda o jato com boró aí irmão, eu pego aqui e devolvo com um pedaço de doce que tenho aqui.

Jega: Cama, local para dormir e descansar.

Aplicação em uma frase: Irmão pega essa coberta aí para mim que esta em cima da minha jega.

Jet: Expressão usada que identifica o preso de organização criminosa que comanda a organização criminosa em determinado pavilhão ou unidade prisional e em grande parte não só a organização criminosa, mas todos os presos. É um cargo dentro da organização criminosa que atua nas unidades prisionais.

Aplicação em uma frase: O Jet do pavilhão vai comandar a reunião amanhã no pátio e vamos ver o que ele vai fazer.

K.Ô.: Significa um pequeno pedaço de papel com um pedido, uma mensagem, é um pequeno bilhete ou significa que alguém esta enrolando o preso.

Aplicação em uma frase: 1 - Seu Agente entrega esse K.Ô. para a pedagoga para mim, por favor. 2 - O senhor esta de K.Ô. para meu lado Seu Agente, tem um mês que estou pedindo para mudar de cela por problemas aqui.

Latrô: Usado para aquele preso que matou para roubar, é o diminutivo de latrocida.

Aplicação em uma frase: Aí latrô, além de latrocínio, qual outro crime você praticou?

Líder do bloco: Preso que exerce a liderança do pavilhão, ele que chama as reuniões e define ou resolve situações de conflitos entre presos.

Aplicação em uma frase: É o seguinte irmão, vou passar essa demanda para o líder do pavilhão, aí ele define o que fazer, tá ligado?

Liga: Termo usado para substituir o verbo chamar.

Aplicação em uma frase: Irmão liga o truta lá da cela 10, por favor.

Lupa: Óculos.

Aplicação em uma frase: Aí irmão, aquele agente tem um lupa com uma lente muito louca, você viu?

Macaca: Banana.

Aplicação em uma frase: Essa macaca tá verde, esse pessoal do refeitório tá de brincadeira, manda só macaca verde.

Madeireiro: Significa pessoa que puxa o saco, defende determinada pessoa.

Aplicação em uma frase: Você é madeireiro irmão, o agente veio aqui e tirou nossas coisas e você fica puxando o saco dele.

Mamão: Fácil, tranquilo.

Aplicação em uma frase: A prova de matemática foi mamão.

Manta: Significa coberta.

Aplicação em uma frase: Nossa irmão, vou precisar de duas mantas hoje, esta muito frio.

Maria Louca: Bebida artesanal feita com restos de frutas cítricas e restos de outros alimentos, curtidas em garrafas pet ou outros recipientes.

Aplicação em uma frase: Acho que essa Maria Louca já curtiu o suficiente, vamos beber.

Marroco: Significa pão francês.

Aplicação em uma frase: Cadê o marroco cela-livre? Você entregou só o café, estou com fome.

Massa: Designa droga, entorpecente, substância ilícita, maconha ou crack.

Aplicação em uma frase: Estou doido para usar uma massa hoje família, alguém tem aí?

Mil grau: Significa que alguma coisa foi resolvida rapidamente ou alguma pessoa que resolve as coisas rapidamente.

Aplicação em uma frase: Meu advogado é mil grau irmão, pode crê?

Mocar: Ato de esconder.

Aplicação em uma frase: Vamos mocar os radim lá no mocó da parede do banheiro.

Mocó: Significa esconderijo, buraco usado para esconder algo ilícito.

Aplicação em uma frase: Irmão vamos fazer esse mocó aqui na parede e esconder o radim.

Mocú: Usado para aquele preso que esconde objetos ilícitos no ânus.

Aplicação em uma frase: Meus Deus, aquele cara é mocú, encontraram dois radim que estavam no ânus dele.

Moió: Expressão que significa que algo deu errado ou indica que algo que está ocorrendo deve esperar a situação melhorar.

Aplicação em uma frase: Moió irmão, o agente vem ali, deixa o jato para mandar depois.

Pá: Colher.

Aplicação em uma frase: Seu Agente não tenho pá, como vou comer?

Pacú: Significa papel higiênico.

Aplicação em uma frase: Pede para o agente, o pacú aí irmão, como vamos fazer depois de usarmos o boi?

Padrinho: Designa o preso que indicou outro preso para fazer parte de organização criminosa. E este foi aprovado.

Aplicação em uma frase: Meu padrinho na organização é o Irmão Hulk.

Pagar madeira: Puxar o saco de alguém.

Aplicação em uma frase: Você está pagando madeira para ele porque irmão?

Pagar: Entregar.

Aplicação em uma frase: Ô cela-livre, você não vai pagar o almoço não?

Palito: Significa cigarro.

Aplicação em uma frase: Tem um palito aí irmão? Tô com vontade de fumar.

Papel: Significa dinheiro.

Aplicação em uma frase: Quanto papel você tem? É muito caro.

Parceiro: Termo que identifica um preso considerado, de respeito, que tem a consideração de quem o chama de parceiro ou comparsa na prática de crimes.

Aplicação em uma frase: Pode pegar o tanto de boró que você quiser, você é meu parceiro.

Passar a tereza: Significa enrolar um lençol em forma de corda no pescoço e enforcar-se.

Aplicação em uma frase: Aquela irmão da cela 01 não esta bem da cabeça não, tenho medo dele passar a tereza.

Passar o cerou: Significar matar alguém arrancando seu pescoço.

Aplicação em uma frase: Vou passar o cerou naquele agente.

Passar o pano: Olhar alguma coisa ou situação e prestar atenção nos detalhes.

Aplicação em uma frase: Irmão passei o pano durante o trajeto até a sala da Pedagoga e não vi nenhum dos diretores.

Passarinho: Identifica o preso que passa informações para os agentes do Estado, podem ser agentes penitenciários, policiais, juízes, promotores, etc.

Aplicação em uma frase: Algum passarinho deve ter falado do nosso celular aqui na cela, por isso encontraram.

Pena: Caneta.

Aplicação em uma frase: Fulano tem um pena aí para me emprestar? Estou querendo escrever um K.Ô.

Perereca: Aquecedor artesanal de água, feita de fios e pedaços de metal ou moeda.

Aplicação em uma frase: Cadê a perereca irmão, hoje está frio demais, precisamos esquentar a água.

Pilotando o bloco: Termo que faz referência a aquele preso que manda e representa os demais presos no pavilhão.

Aplicação em uma frase: Eu estou pilotando o bloco irmãos e nós não vamos aceitar perder as visitas no final de semana.

Piloto: Preso que comanda e representa os demais presos de um pavilhão.

Aplicação em uma frase: Irmão cheguei ontem, quem é o piloto do pavilhão?

Pisante: Chinelo.

Aplicação em uma frase: Meu pisante está velho demais, por isso arrebentou, agora vou ter que andar descalço.

Pista: Termo que se refere aos corredores do pavilhão, localizado entre as celas e o pátio de banho de sol, onde o cela-livre percorre para entregar alimentos e fazer limpeza.

Aplicação em uma frase: Quem é o cela-livre que está na pista hoje?

Pode crê: Termo que significa obrigado, está combinado, está acertado ou se refere a perguntar se outro preso entendeu o recado.

Aplicação em uma frase: Pode crê Seu Agente, eu entendi.

População: Significa todos os presos de um pavilhão.

Aplicação em uma frase: Aí população, vamos prestar atenção na oração, pode crê?

Porta-malas: Expressão que se refere a bunda de mulher, ou para aquelas mulheres que introduzem objetos ilícitos dentro do ânus para burlar os procedimentos de revista corporal e entrar nas unidades prisionais e entregar tais objetos aos presos.

Aplicação em uma frase: A esposa dele trouxe dois celulares introduzidos no porta-malas.

Praia: Significa chão da cela.

Aplicação em uma frase: Senhor agente estou sem colchão, estou dormindo na praia.

Pulão: Termo que se refere ao ato de atacar um agente penitenciário ou vítima para fazê-lo refém ou cometer um crime.

Aplicação em uma frase: Quando os agentes chegarem na porta da cela, nós daremos o pulão, você rende o baixinho e eu o outro, pode crê?

Quebrada: Significa bairro, local de origem do preso.

Aplicação em uma frase: De que quebrada você é irmão? Sou lá do Luizote, irmão.

Quejim: Termo que se refere a um comprimido/medicamento utilizado pelos presos.

Aplicação em uma frase: Hoje não tomei meu quejim, estou com muita dor de cabeça.

Radim: Telefone celular.

Aplicação em uma frase: Me empresta seu radim aí irmão, estou precisando ligar lá em casa.

Rato: Designa aquele preso que rouba outros presos dentro da cela.

Aplicação em uma frase: Tem um rato aqui irmão, semana passada sumiu um boró meu, agora minhas bolachas.

Sacolinha: Termo que se refere aos pertences (alimentos, materiais de higiene) depositados/entregues pelos familiares aos presos, que geralmente vem em sacolinhas plásticas.

Aplicação em uma frase: Espero que hoje minha mãe deposite uma sacolinha para mim, estou precisando de sabonete e prestobarba.

Salve: Termo que significa saudação, lembranças.

Aplicação em uma frase: Irmão manda um salve lá para o irmão Hulk, pode crê?

Seguro: Designa o conjunto de celas/local destinado aos presos que não podem ficar junto aos demais presos, pois cometeram crimes sexuais, cometeram talaricagem, delataram companheiros de crime a polícia ou agentes do Estado e aqueles que por algum motivo tem guerra/desavença com membros de facções criminosas que comandam as unidades prisionais.

Aplicação em uma frase: Vamos quebrar essa cadeia e pegar os presos do seguro irmão, matamos alguns para dar repercussão e assim seremos atendidos em nossos pedidos.

Segurado: Preso que cumpre pena no seguro, por ter cometido crime sexual, por ser talarico, por ter delatado comparsas aos agentes do Estado ou por ter guerra/desavença com presos de facção criminosa que domina o estabelecimento penal. Caso o segurado seja colocado em local que não seja o seguro estará correndo risco de morrer.

Aplicação em uma frase: Aqui não é seguro não Seu Agente, tira esse jack daqui senão vamos matar ele.

Tá ligado: Geralmente usado em perguntas para saber se o outro preso com quem se fala está escutando ou se entendeu.

Aplicação em uma frase: Irmão, minha visita viu a sua na rua e mandou um salve, tá ligado? Tô ligado irmão, pode crê?

Talarico: Refere-se a preso que tem um relacionamento ou tentou ter um relacionamento com a mulher de outro preso, caso confirmado a talaricagem, o próprio talarico pede seguro, pois corre risco de morte.

Aplicação em uma frase: Aquele vagabundo lá cela 10 tem que ir pro seguro, pois ele talaricou minha esposa.

Tatu: Refere-se a buraco na cela que é cavado com o intuito de fugir.

Aplicação em uma frase: Vamos fazer o tatu aqui, se cavarmos um dois metros pra baixo e dez metros pro lado conseguimos sair depois da muralha, aí esperamos à madrugada e fugimos.

Tela: Televisor.

Aplicação em uma frase: Estou torcendo para minha mãe depositar minha tela, estou doído para assistir a copa do mundo.

Tereza: Corda artesanal feita de lençol.

Aplicação em uma frase: Para fugirmos escalando a muralha, basta fazermos uma tereza reforçada, já temos três lençóis aqui, mais uns dois deve dar.

Tomar uma ducha: Tomar banho.

Aplicação em uma frase: Vou tomar uma ducha aqui, pois estou com calor.

Tranca: Dentro da cela.

Aplicação em uma frase: O cela-livre já esta na tranca, não tem como ele pegar o boró para você.

Vaquinha: Saquinho pequeno com leite de vaca que é servido aos presos pela manhã.

Aplicação em uma frase: Cela-livre paga a vaquinha aqui, gosto de café com leite irmão.

Ventana: Significa janela.

Aplicação em uma frase: Essa ventana é pequena demais irmão, não passa nada de ar.

Verme: Refere-se a policial ou agente penitenciário.

Aplicação em uma frase: Vamos matar os vermes.

Vestir a camisa: Termo que significa passar a fazer parte de organização criminosa.

Aplicação em uma frase: Vesti a camisa do comando (organização criminosa), irmão.

Virar a cadeia: Expressão que significa iniciar uma rebelião.

Aplicação em uma frase: Se a direção da cadeia não resolver essa situação, vamos virar a cadeia e pronto.

X-9: Designa o preso dedo duro, que delata outro preso, passa informações privilegiadas da conduta dos presos para servidores do Estado.

Aplicação em uma frase: Só pode ter sido um x-9, não tinha como eles saberem que escondíamos o radim aqui neste buraco.

REFERÊNCIAS

ASSEMB. LEGISL. MG. *Dicionário biográfico*; CÂM. DEP. *Anais* (1960-5); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1946-1967); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; COUTINHO, A. *Brasil*; FLEISCHER, D. *Thirty; Novo dic. de história; Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); SOC. BRAS. EXPANSÃO COMERCIAL. *Quem*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (4); VAITSMAN, M. *Sangue*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/veiga-joao-pimenta-da>. Acesso em 13 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei 2848 de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. Lei 7210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. Lei 10172, de 09 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.

_____. Lei 11343, de 23 de agosto de 2006. **Lei de Tóxicos**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-rdinaarias/2006>. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. Lei 13005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906. Acesso em: 29 ago. 2018.

OLIVEIRA, Jean Victor de. **O Ensino de Ciências e Biologia no sistema prisional: uma busca por temas, estratégias e recursos didáticos.** Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19294/6/EnsinoCienciasBiologia.pdf>. Acesso em 25 de jul. 2018.

Decreto 44.196 de 28/12/2005. **Cria unidades estaduais de ensino nos municípios que menciona.** Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.htm>. Acesso em: 01 de mai. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões.** 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. Disponível em: www.correiodeuberlandia.com.br

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Defesa Social. Resolução 1.816 de 07/07/2016. **Renp - Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais.**

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** Tradução de Antônio José Chelini. São Paulo: Cultrix, 1975.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido proposto aos professores

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sujeito da pesquisa: _____.

Identificação do sujeito (RG): _____.

Título da Pesquisa: Professores Prisionais: O que eles pensam da Educação (título provisório).

Instituição onde será realizada: Escola Estadual Mario Quintana, localizada na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga – Uberlândia – MG.

Pesquisador Responsável: Marcos Melo de Oliveira.

Instituição a qual está vinculado o pesquisador: Universidade de Uberaba – Uniube – Polo de Uberlândia.

Você está sendo convidada para participar da pesquisa para construção de um artigo científico, no momento com o título: Professoras Prisionais: O que elas pensam da Educação (provisório).

Objetivos: Compreender por meio de questionário ou entrevista, como professores da educação de jovens e adultos da Escola Estadual Mário Quintana, localizada dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia-MG avaliam a educação prisional, suas semelhanças e diferenças em relação à educação do meio aberto, como também extrair suas preferências e experiências.

Justificativa: Trata-se de uma pesquisa de cunho social e humana, pois visa compreender e por consequência compartilhar como as professoras prisionais pensam a educação. Não há dúvidas de que a educação do meio aberto é diferente da educação prisional, mas quais são essas diferenças na avaliação dos professores que vivenciam/vivenciaram as duas realidades?

Caso aceite participar da pesquisa, você responderá um questionário objetivo e subjetivo, com poucas perguntas e sua identificação será opcional. Caso deseje, seus dados serão mantidos em sigilo e seu nome jamais aparecerá. As informações prestadas serão utilizadas apenas com fins científicos. Pela sua participação no estudo, você não receberá nenhum pagamento e também não haverá nenhum custo para você. Você pode desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sinta-se a vontade para solicitar a qualquer momento os esclarecimentos que julgar necessários.

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Nome da Participante

() Tanto os alunos do meio prisional, como também os do meio aberto possuem o mesmo nível de respeito pelo professor.

4.4 -

() A estrutura física das escolas prisionais (salas da direção, salas dos professores, biblioteca, salas de aula, etc.) é melhor do que a estrutura física das escolas do meio aberto.

() A estrutura física das escolas do meio aberto (salas da direção, salas dos professores, biblioteca, salas de aula, etc.) é melhor do que a estrutura física das escolas do meio prisional.

() Não há diferenças entre a estrutura física das escolas do meio prisional com a estrutura física das escolas do meio aberto.

4.5 -

() Os recursos didáticos e não didáticos (livros, computadores, impressoras, xerox, matérias de higiene e conservação) chegam à quantidade e qualidade menor no meio prisional do que no meio aberto.

() Os recursos didáticos e não didáticos (livros, computadores, xerox, matérias de higiene e conservação) chegam à quantidade e qualidade menor no meio aberto do que no meio prisional.

() Os recursos didáticos e não didáticos (livros, computadores, xerox, matérias de higiene e conservação) chegam à quantidade e qualidade igual tanto no meio aberto como também no meio prisional.

4.6 -

() Particpei de mais cursos de formação continuada de professores no meio aberto do que no meio prisional.

() Particpei de mais cursos de formação continuada de professores no meio prisional do que no meio aberto.

() Não participei de formação continuada de professores, seja no meio aberto, como também no meio prisional.

() Toda formação continuada disponibilizada para professores do meio aberto também é disponibilizada aos professores do meio prisional.

4.7 -

() Na minha avaliação, a educação no meio aberto é mais importante do que a educação na prisão, pois com uma educação de qualidade para as crianças e jovens aliada a outros fatores sociais faremos com que a população carcerária diminua.

() Na minha avaliação, a educação na prisão é mais importante do que a educação no meio aberto, pois é uma oportunidade para os encarcerados vislumbrar uma nova oportunidade na vida. A educação é um dos fatores de ressocialização para sair do ambiente criminoso.

() Na minha avaliação, seja no meio aberto ou no ambiente prisional, a educação é um fator decisivo para a mudança da sociedade. Qualquer que seja o caminho para se melhorar a sociedade, ele deve passar pela educação.

5 - Qual sua preferência, dar aula para alunos convencionais ou alunos encarcerados? Por quê?

6 – O que você mudaria ou acrescentaria na educação para os presos? Por quê?

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Apêndice 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido proposto para a diretora

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sujeito da pesquisa: _____.

Identificação do sujeito (RG): _____.

Título da Pesquisa: Professores Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão. (título provisório).

Instituição onde será realizada: Escola Estadual Mario Quintana, localizada na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga – Uberlândia – MG.

Pesquisador Responsável: Marcos Melo de Oliveira.

Instituição a qual está vinculado o pesquisador: Universidade de Uberaba – Uniube – Polo de Uberlândia.

Você está sendo convidada (o) para participar da pesquisa para construção de um curso ou minicurso (a definir) para os professores que trabalham com a educação dos privados de liberdade, no momento com o título: Professoras Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão.

Objetivos: O principal objetivo desta pesquisa é compreender quais as particularidades da educação que acontece dentro do cárcere e criar um minicurso, um curso ou escrever um livro que contribua com a formação inicial do professor prisional.

Justificativa: Todos os profissionais que trabalham na prisão sejam eles Agentes Penitenciários, servidores técnicos (psicólogos, assistentes sociais, odontologistas, enfermeiros e médicos) ou servidores administrativos passam por um curso de formação, no qual aprendem sobre aspectos técnicos e de segurança relacionados ao trabalho com os presos. Porque não formar o professor prisional?

Caso aceite participar da pesquisa, você responderá um questionário objetivo e subjetivo, com poucas perguntas e sua identificação será opcional. Caso deseje, seus dados serão mantidos em sigilo e seu nome jamais aparecerá. As informações prestadas serão utilizadas apenas com fins científicos. Pela sua participação no estudo, você não receberá nenhum pagamento e também não haverá nenhum custo para você. Você pode desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sinta-se a vontade para solicitar a qualquer momento os esclarecimentos que julgar necessários.

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Nome da Participante

Apêndice 5 - Questionário aplicado à Diretora da Escola Estadual Mário Quintana

Questionário

1 – Qual sua formação:

2 – Qual sua idade:

2.1 – Sexo: M () F ().

3 – Há quanto tempo é diretora da Escola Estadual Mario Quintana?

4 – Antes de assumir o cargo recebeu capacitação inicial para a gestão escolar?

Sim () Não ().

4.1 – Caso a resposta seja sim, qual ou quais cursos?

4.2 – Caso a resposta seja sim, qual órgão propiciou a capacitação?

5 – No cargo de diretora recebeu formação continuada para a gestão escolar?

Sim () Não ().

5.1 – Caso a resposta seja sim, qual ou quais cursos?

5.2 – Caso a resposta seja sim, qual órgão propiciou a capacitação?

6 – Já foi professora? Sim () Não ().

6.1 - Caso a resposta seja sim, por quanto tempo?
_____.

7 – Foi professora prisional? Sim () Não ().

7.1 - Caso a resposta seja sim, por quanto tempo?
_____.

8 – Como é o processo de escolha dos professores prisionais?

_____.

8.1 - Quais são os requisitos exigidos dos professores prisionais para ingressar na Escola Estadual Mário Quintana?

_____.

8.2 - Quem escolhe os professores prisionais?

_____.

8.3 - Eles são contratados ou concursados? Caso sejam contratados, qual o período de duração contratual?

_____.

8.4 - A remuneração dos professores prisionais é superior à remuneração do professor convencional? Caso a resposta seja sim, porque e qual a diferença salarial?

_____.

9 – Após todo o processo de seleção de professores para os privados de liberdade, eles recebem formação inicial? Sim () Não ().

9.1 – Caso a resposta seja sim, como funciona a formação inicial do professor prisional?

10 – No cargo de professores prisionais, eles recebem capacitação específica?

Sim () Não ().

10.1 – Caso a resposta seja sim, como funciona esta capacitação?

11 – Como funciona a carga horária de aulas para os privados de liberdade? Quanto tempo de aula por dia, por mês, por bimestre e semestre? A carga horária é equivalente à carga horária das escolas convencionais, por quê?

12 – Quais são os projetos presentes e futuros para a melhora da qualificação dos professores prisionais?

13 – Qual seu entendimento sobre a educação para os privados de liberdade? O que precisa mudar ou melhorar? Quais as perspectivas presentes e futuras para a educação no cárcere?

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Assinatura

Apêndice 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido proposto para a professora de Educação Física da Escola Estadual Mário Quintana

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sujeito da pesquisa: _____.

Identificação do sujeito (RG): _____.

Título da Pesquisa: Professores Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão.

Instituição onde será realizada: Escola Estadual Mário Quintana, localizada na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga – Uberlândia – MG.

Pesquisador Responsável: Marcos Melo de Oliveira.

Instituição a qual está vinculado o pesquisador: Universidade de Uberaba – Uniube – Campus Uberlândia.

Você está sendo convidada para participar da pesquisa para construção de um manual com conhecimentos básicos para os professores que trabalham com a educação dos privados de liberdade. No momento com o título: Professoras Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão.

Objetivos: O principal objetivo desta pesquisa é compreender quais as particularidades da educação que acontece dentro do cárcere e escrever um manual com conhecimentos básicos que contribua com a formação inicial do professor prisional.

Justificativa: Todos os profissionais que trabalham na prisão sejam eles Agentes Penitenciários, servidores técnicos (psicólogos, assistentes sociais, odontologistas, enfermeiros e médicos) ou servidores administrativos passam por um curso de formação, no qual aprendem sobre aspectos técnicos e de segurança relacionados ao trabalho com os presos. Portanto, por que não formar o professor prisional?

Caso aceite participar da pesquisa, você responderá um questionário objetivo e subjetivo, com poucas perguntas e sua identificação será opcional. Caso deseje, seus dados serão mantidos em sigilo e seu nome jamais aparecerá. As informações prestadas serão utilizadas apenas com fins científicos. Pela sua participação no estudo, você não receberá nenhum pagamento e também não haverá nenhum custo para você. Você pode desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sinta-se a vontade para solicitar a qualquer momento os esclarecimentos que julgar necessários.

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Nome da Participante

7 – Na sua avaliação, o exercício físico para o professor prisional deve ser de iniciativa de cada professor ou é um caso de política pública ou de ambos, por quê? _____

8 – Algum professor prisional já te procurou para reclamar ou pedir orientação para melhorar sua condição física ou sair do sedentarismo? Caso a resposta seja afirmativa, qual ou quais eram as queixas? _____

9 – Levando em consideração a arquitetura da escola Mário Quintana, suas salas de aula e o espaço da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, como também as condições de trabalho, quais são suas orientações para o professor prisional manter uma condição física adequada para evitar doenças e suportar o stress da profissão? Caso possível, favor enumerar da medida mais para a menos importante. _____

10 – Antes de ser professora prisional, você recebeu formação inicial para atuar no ambiente prisional? Caso tenha recebido como foi, qual carga horária? Caso não tenha recebido, seria importante receber, por quê? Tratar da educação física, no curso de formação inicial, voltada para o professor seria necessário, por quê? _____

11 – Este espaço, esta reservado para você emitir suas considerações sobre algum aspecto importante para a saúde física ou formação do professor prisional que não tenha sido perguntada, ou que na sua avaliação seja pertinente constar na pesquisa. Fique a vontade.

Apêndice 8 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido proposto para a enfermeira da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sujeito da pesquisa: _____.

Identificação do sujeito (RG): _____.

Título da Pesquisa: Professores Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão.

Instituição onde será realizada: Escola Estadual Mário Quintana, localizada na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga – Uberlândia – MG.

Pesquisador Responsável: Marcos Melo de Oliveira.

Instituição a qual está vinculado o pesquisador: Universidade de Uberaba – Uniube – Campus Uberlândia.

Você está sendo convidada para participar da pesquisa para construção de um manual com conhecimentos básicos para os professores que trabalham com a educação dos privados de liberdade. No momento com o título: Professoras Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão.

Objetivos: O principal objetivo desta pesquisa é compreender quais as particularidades da educação que acontece dentro do cárcere e escrever um manual com conhecimentos básicos que contribua com a formação inicial do professor prisional.

Justificativa: Todos os profissionais que trabalham na prisão sejam eles Agentes Penitenciários, servidores técnicos (psicólogos, assistentes sociais, odontologistas, enfermeiros e médicos) ou servidores administrativos passam por um curso de formação, no qual aprendem sobre aspectos técnicos e de segurança relacionados ao trabalho com os presos. Portanto, por que não formar o professor prisional?

Caso aceite participar da pesquisa, você responderá um questionário objetivo e subjetivo, com poucas perguntas e sua identificação será opcional. Caso deseje, seus dados serão mantidos em sigilo e seu nome jamais aparecerá. As informações prestadas serão utilizadas apenas com fins científicos. Pela sua participação no estudo, você não receberá nenhum pagamento e também não haverá nenhum custo para você. Você pode desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sinta-se a vontade para solicitar a qualquer momento os esclarecimentos que julgar necessários.

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Nome da Participante

Apêndice 9 – Questionário aplicado à enfermeira da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga

Questionário

1 – Qual sua formação: Enfermeira () Técnica de Enfermagem ().

2 – Qual sua idade: _____. 2.1 – Sexo: M () F ().

3 – Você é enfermeira/técnica de enfermagem faz quanto tempo?
_____.

3.1 – Você é enfermeira/técnica de enfermagem na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, faz quanto tempo? _____.

4 – Na sua avaliação como profissional da saúde, como você classifica sanitariamente o ambiente prisional?

–

_____.

5 – Quais são as principais doenças infectocontagiosas presentes no ambiente prisional? Se possível enumerar da doença mais presente para a doença menos presente no ambiente prisional.

_____.

6 – Em relação aos professores prisionais que trabalham na Escola Estadual Mário Quintana, eles estão sujeitos a estas doenças? Sim () Não ().

6.1 – Caso a resposta seja não, por quê?

_____.

6.2 – Caso a resposta seja sim, quais são as medidas preventivas que você indica para o professor prisional evitar o contágio por estas doenças? Assim como na pergunta 5, favor especificar as medidas preventivas para cada doença, caso não seja um medida padrão.

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Assinatura

Apêndice 10 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido proposto para as psicólogas da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sujeito da pesquisa: _____.

Identificação do sujeito (RG): _____.

Título da Pesquisa: Professores Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão.

Instituição onde será realizada: Escola Estadual Mário Quintana, localizada na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga – Uberlândia – MG.

Pesquisador Responsável: Marcos Melo de Oliveira.

Instituição a qual está vinculado o pesquisador: Universidade de Uberaba – Uniube – Campus Uberlândia.

Você está sendo convidada para participar da pesquisa para construção de um manual com conhecimentos básicos para os professores que trabalham com a educação dos privados de liberdade. No momento com o título: Professoras Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão.

Objetivos: O principal objetivo desta pesquisa é compreender quais as particularidades da educação que acontece dentro do cárcere e escrever um manual com conhecimentos básicos que contribua com a formação inicial do professor prisional.

Justificativa: Todos os profissionais que trabalham na prisão sejam eles Agentes Penitenciários, servidores técnicos (psicólogos, assistentes sociais, odontologistas, enfermeiros e médicos) ou servidores administrativos passam por um curso de formação, no qual aprendem sobre aspectos técnicos e de segurança relacionados ao trabalho com os presos. Portanto, por que não formar o professor prisional?

Caso aceite participar da pesquisa, você responderá um questionário objetivo e subjetivo, com poucas perguntas e sua identificação será opcional. Caso deseje, seus dados serão mantidos em sigilo e seu nome jamais aparecerá. As informações prestadas serão utilizadas apenas com fins científicos. Pela sua participação no estudo, você não receberá nenhum pagamento e também não haverá nenhum custo para você. Você pode desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sinta-se a vontade para solicitar a qualquer momento os esclarecimentos que julgar necessários.

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Nome da Participante

Apêndice 11 – Questionário aplicado às Psicólogas da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga

1 – Qual sua formação: _____.

2 – Qual sua idade: _____.

2.1 – Sexo: M () F ().

3 – Você é psicóloga faz quanto tempo? _____.

3.1 – Você é psicóloga na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, faz quanto tempo? _____.

4 – Na sua avaliação como profissional da saúde, como você classifica o ambiente prisional?

_____.

5 – Quais são as principais doenças psicológicas presentes no ambiente prisional? Se possível enumerar da doença mais presente para a doença menos presente no ambiente prisional.

_____.

6 – Em relação aos professores prisionais que trabalham na Escola Estadual Mário Quintana, eles estão sujeitos a estas doenças? Sim () Não ().

6.1 – Caso a resposta seja não, por quê?

_____.

6.2 – Caso a resposta seja sim, quais são as medidas preventivas que você indica para o professor prisional evitar estas doenças? Assim como na pergunta 5, favor especificar as medidas preventivas para cada doença, caso as medidas preventivas não sejam uma medida padrão.

6.3 – Caso a resposta seja sim, em caso de suspeita de contágio por alguma das doenças assinaladas por você ou outras não assinaladas por você, quais medidas o professor prisional deve tomar?

6.4 – Você já foi procurada por algum professor prisional para relatar algum problema psicológico?

7 – Você recebeu curso de formação antes de trabalhar na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga? Caso tenha recebido, como foi o curso, qual foi a carga horária e qual sua avaliação sobre o mesmo?

8 – Há alguma outra informação importante para o professor prisional que você deseja compartilhar?

Uberlândia, _____, de _____ de 2018.

Assinatura

aprendizagem. Saber dos professores, quais são seus critérios para escolha de filmes, qual momento são escolhidos e seu conhecimento sobre a legislação envolvendo o tema é primordial para o estudo. Entender qual o significado para os presos, do cinema em sala de aula, como recurso de aprendizagem também Continuação do Parecer: 2.749.232 será fundamental para a pesquisa. Da Contextualização das respostas será possível extrair qual o status que os filmes ocupam no processo de ensino aprendizagem dos privados de liberdade. Um obstáculo ao pesquisador é a impossibilidade de aplicar o questionário diretamente aos alunos presos, uma vez que é servidor do sistema prisional à [sic] quase 15 anos. A identificação do pesquisador para os privados de liberdade nesta pesquisa é irrelevante para os resultados. A desnecessidade de identificação se justifica, pois caso saibam que o pesquisador é servidor podem não querer responder ao questionário ou não fazê-lo com imparcialidade. Assim serão os professores do sistema prisional que aplicarão o questionário. A grande pretensão da pesquisa é contribuir para o aperfeiçoamento do uso de filmes como recurso didático. “Pensar e elaborar metodologias que possam subsidiar o trabalho dos professores no uso do cinema com recurso didático e contribuir para a otimização da educação no sistema prisional são os grandes objetivos do pesquisador”.

A pesquisa compreenderá estudos bibliográficos, documentais e de campo, quando serão aplicados questionários aos detentos e professores e realizadas observações. A análise dos dados prevê "o estudo de suas respostas devidamente explicadas e principalmente a contextualização de tudo que foi coletado, com base no estado do conhecimento". A análise quantitativa observará os seguintes critérios:

“1 – Fidedignidade: trabalharei os dados que forem colhidos de forma fidedigna, ou seja, tudo o que for colhido será mantido em sua integralidade e não será alterado, modificado ou maquiado”.

“2– Validade: utilizarei os dados, durante o levantamento bibliográfico, de observação e na aplicação de questionário, que sejam relevantes e válidos para se alcançar o objetivo da pesquisa”.

“3 – Análise de conteúdo: Laurence Bardin será utilizada para analisar o conteúdo”.

Tratamento dos Dados Quantitativos: “Esses dados serão trabalhados observando-se os seguintes critérios: 1 – Representatividade: a partir dos questionários será possível

representar qual percentual de participação dos sujeitos e contextos que a pesquisa se refere. 2 – Estatística Descritiva: a partir da obtenção de números será possível apontar as características do grupo pesquisado”.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

“Verificar que critérios são adotados pelos professores na escolha de filmes como método de ensino e pensar metodologias que possam ajudar o processo de ensino aprendizagem dos alunos da Educação de Jovens e Adultos da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia”.

Objetivo Secundário:

“1 - Estudar o projeto pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana (escola que funciona dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga) e a legislação pertinente contemplando o uso de filmes como estratégia de ensino no sistema prisional. 2 - Analisar por meio de questionário, a visão do aluno preso sobre as possibilidades de aprendizagens com filmes. 3 - Entender por meio de questionário, se os professores utilizam filmes como recursos pedagógicos, com qual frequência, em qual momento são escolhidos e se conhecem a legislação sobre o uso do cinema como recurso didático. 4 - Contextualizar como o projeto pedagógico contempla a aprendizagem dos alunos. 5 - Elaborar metodologias que possam subsidiar critérios a serem utilizados pelos professores na escolha de filmes para a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em que pese alguns problemas relacionados aos significados e detalhamentos operacionais da análise qualitativa e quantitativa dos dados, a pesquisa tem potencial para oferecer aos participantes benefícios, mesmo que indiretos e não imediatos, com possibilidade de superar os eventuais riscos. A pesquisa poderá contribuir para a otimização da aprendizagem dos privados de liberdade pelo uso do cinema como

recurso didático. Os riscos estão indicados e as medidas protetivas também seguem apontadas.

Retira-se do projeto:

Riscos:

“Como toda pesquisa com seres humanos, há risco para o constrangimento ou desconforto por parte do participante da pesquisa, uma vez que responderá questionários e também em razão do desenrolar da própria pesquisa. Se isso vier a ocorrer ao participante é facultado desistir. A identidade dos participantes serão preservadas [sic], isto é, em vez de seu nome será usado uma incógnita para identificá-lo. O material coletado será guardado por 5 anos em lugar seguro, após o que será incinerado”.

Retira-se do projeto:

"Benefícios: A educação é direito de todos, incluindo-se para àqueles que estão privados de liberdade. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para a melhora da educação disponibilizada aos presos. Entender o uso do cinema como recurso de aprendizagem aos privados de liberdade e a partir disso contribuir para que tal recurso seja otimizado pelos professores dentro das prisões”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância social e científica. Apresenta-se viável e a metodologia guarda coerência com os objetivos previstos. Pode contribuir para melhorar a educação oferecida aos privados de liberdade; garantindo-lhes assim um não apenas um direito universal, mas uma prática mais próxima dos padrões de qualidade desejáveis e esperados; favorecendo ainda a otimização da educação no sistema prisional como um todo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo, embora ainda com alguns problemas relativos ao conteúdo dos TCLE com a permanência de identificação da instituição proponente como sendo um polo, descrição da metodologia de análise dos dados com conteúdo insuficiente. São

apresentados os seguintes documentos: projeto em formato PB, os critérios de inclusão e exclusão, os TCLE para os presos e para os professores.

Recomendações:

Do ponto de vista ético, o proposto atende, enquanto o que pretende em relação aos participantes não traz riscos à sua dignidade, não acarreta malefícios e não fere a sua integridade física e moral. Porém, reitera-se a importância de refinar a metodologia de análise de conteúdo e a que se refere à estatística descritiva, pois pode significar melhor exploração dos dados obtidos e favorecer conclusões mais consistentes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Quanto às diretrizes éticas, no essencial o protocolo atende. Aos participantes são destinados cuidados relativos ao sigilo de seus dados e os benefícios da pesquisa superam os riscos. Nesse sentido, mesmo que aspectos de caráter metodológico ainda possam merecer maiores cuidados teóricos, somos de parecer que o projeto seja aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em 02/07/2018 a plenária votou de acordo com o relator, pela aprovação da proposta, lembrando o proponente do compromisso com o que trata as Resoluções 466/12 e 510/2016, especialmente, no que diz respeito a entrega dos Relatórios Parcial e Final da pesquisa ao CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICASDO_PROJETO_1080125.pdf	23/06/2018 07:53:03		Aceito
Outros	Critérios1.pdf	23/06/2018 07:51:22	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Dados1.pdf	23/06/2018 07:50:37	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.pdf	23/06/2018 07:49:12	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito

Outros	Critérios.pdf	23/05/2018 11:24:12	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Dados.pdf	23/05/2018 11:22:07	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Presos.pdf	23/05/2018 11:20:08	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Professores.pdf	23/05/2018 11:18:59	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/05/2018 11:15:31	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Quatro.pdf	01/04/2018 20:48:48	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tres.pdf	01/04/2018 20:48:29	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Dois.pdf	01/04/2018 20:47:27	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Um.pdf	01/04/2018 20:47:01	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Circular.pdf	01/04/2018 20:46:35	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Justificativa.pdf	01/04/2018 20:41:51	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	22/03/2018 22:55:47	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	22/03/2018 22:54:39	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Documento.pdf	22/03/2018 22:51:45	MARCOS MELO DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer: **Aprovado**. Necessita Apreciação da CONEP: **Não**.

UBERABA, 02 de Julho de 2018.

Assinado por: Geraldo Thedei Junior (Coordenador)

Anexo 2 – Formulário de Pertences de Professores**PERTENCES DE PROFESSORES**

Nome: _____

DATA: ___/___/___

ALIANÇA	CAIXA COM GRAFITE	GLOBO TERRESTRE	OCULOS
AGENDA	CAIXA DE GIZ	JALECO	PANO DE CHÃO (01)
APAGADOR	CANETA	JOGO DE DAMA	PASTA DE PLASTICO
APONTADOR	CANETINHAS	JOGO DE DOMINÓ	PINCÉIS
BLUSA DE FRIO	COLA	LAPIS DE COR	PRENDEDOR DE CABELO PLAST.
BOLSA RETORNAVEL	COPO DESCARTÁVEL	LAPIS DE ESCREVER	REGUA
BOLSINHA	CORRETIVO	LAPISEIRA	RELOGIO
BORRACHA	FITA CREPE	LIVRO	TESOURA
BRINCOS PEQ.	GARRAFA DE AGUA	MARCA TEXTO	TINTA GUACHE
CADERNOS	GIZ DE CERA	MAPA	

ASP RESPONSÁVEL: _____ EQUIPE: _____

Anexo 3 – Processo de Aprovação da Pesquisa pela Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais



ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Academia do Sistema Prisional

Memorando. SEAP/ACASP.nº 194/2018

Para: Washington Clark dos Santos Louise Bernardes Passos Leite

Ribeirão das Neves, 09 de outubro de 2018

c/ cópia para Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga

Assunto: encaminha solicitação de pesquisa acadêmica

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o
1450.01.0091379/2018-36.

Processo nº

Senhores Subsecretários,

Tendo em vista o recebimento de solicitação de pesquisa acadêmica pelo Agente Penitenciário e aluno da UNIUBE/Mestrado em Educação Física, Marcos Melo de Oliveira, intitulada: Cinema na Prisão: (Re) visitando as metodologias ativas, solicito análise e autorização por V.Sas. se for o caso.

Anexa documentação requerida conforme Resolução SEAP 059/2018. Desde já antecipo agradecimentos e protestos de elevado apreço.

Respeitosamente,

Natália Nascimento Rodrigues

Núcleo Pedagógico e Execução de Cursos Academia do Sistema

Prisional



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Imaculada Nascimento Rodrigues, Diretor(a)**, em 09/10/2018, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1978497** e o código CRC **6EED9C48**.



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE PESQUISA JUNTO À SEAP

1- Dados do Pesquisador

Nome Completo: MARCOS MELO DE OLIVEIRA
 RG.: MG- 10.344.594
 CPF: 010.381.446184
 Endereço: RUA CARACORÃO nº 935 BAIRRO SARDIM PÁSSUA - UBERLÂNDIA - MG
 Telefones para contato: (34) 3219-2219; (34) 96774-2218
 E-mail: marcosmelo.oliveira@hd.com.br
 Área de formação: Direito

2 - Dados Referenciais

2.1 Conhece algum estabelecimento penal? Sim () Não (). Caso afirmativo, informar quando e em que circunstâncias. PENITENCIÁRIA PRIMEIRA DE VEIGA EM UBERLÂNDIA E PENITENCIÁRIA DEBILDO EXPEDIENTE DE FARMACIAS EM PATROCÍNIO. SOU AGENTE PENITENCIÁRIO DESDE 2003.

2.2 Possui (ou possuiu) algum familiar amigo(a), conhecido(a) ou vizinho(a) preso(a)? Caso afirmativo, informar o nome completo, grau de parentesco ou relacionamento, estabelecimento penal onde se encontra (ou onde esteve preso) e o motivo da prisão.
NÃO.

2.3 Visita ou visitou pessoa presa em estabelecimento penal? Sim () Não (). Caso afirmativo, informar quando, onde, por que e o nome do(a) preso(a).

2.4 Possui amigo (a) ou familiar que trabalhe na SEAP? Sim () Não (). Caso afirmativo, informar nome, lotação e grau de parentesco ou relacionamento.
POSSUO AMIGOS, POIS SOU AGENTE PENITENCIÁRIO DESDE 2003.

2.5 Participa ou participou de qualquer atividade em unidade penal ou custódia de presos (defensoria, assistência jurídica, social, religiosa, educacional, médica, estágio de faculdade, etc.). Sim () Não (). Se participa, circunstanciar.
SOU AGENTE PENITENCIÁRIO DESDE 2003.

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras

Uberlândia, 29 de Agosto de 2018.

Marcos Melo de Oliveira
Assinatura



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, pesquisador, me comprometo a informar a Secretaria de Estado de Administração Prisional, qualquer alteração na pesquisa, bem como encaminhar após o término da mesma, uma cópia do trabalho para ser arquivado nesta Secretaria.

Uberlândia , 29 de Agosto de 2018 .

Marcelo Melo de Oliveira

(assinatura)



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE ATENDIMENTO AO PRESO
DIRETORIA DE SAÚDE E ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, MARCOS MELO DE OLIVEIRA,
RG MG-10.344.581, CPF 010.381.116/84,
responsável pela projeto de pesquisa intitulado
CINEMA NA PRISÃO: (RE)VISITANDO AS METODOLOGIAS ATIVAS

a ser realizado no Presídio/Penitenciária
PENITENCIÁRIA PROFESSOR KOAD RIMENTA DA VEISA, me comprometo
a encaminhar à Diretoria da SAPE competente à área de interesse cópia dos Termos
de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes pesquisados até o prazo
estabelecido de 1 (uma) semana antes do término do projeto de intervenção.

Marcos Melo de Oliveira

Assinatura

Belo Horizonte, 29 de Agosto de 2018.

Superintendência de Atendimento ao Preso
Diretoria de Saúde e Atendimento Psicossocial
Endereço: Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Edifício Minas, 4º andar, Belo Horizonte - MG
Telefones: (31) 3915-5616/5650 - E-mail: dtpsape@defesasocial.mg.gov.br



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA

Sobre o Pesquisador

Pesquisador: MARGOS MELO DE OLIVEIRA
 RG.: MG-10.344.594 CPF.: 040.384.116/84
 Endereço: RUA CARLOS DRÓZIO Nº 935, TARDIM PAULISTA - UBERLÂNDIA - MG.
 Telefones para contato: (34) 30249-2240; (34) 99774-2240.
 e-mail: marcosmelo.oliveira@bol.com.br
 Área de formação do pesquisador: Direito

Sobre a pesquisa

Título da pesquisa: CINEMA NA PRISÃO: (RE) VISITANDO AS METODOLOGIAS ATIVAS.
 Centro acadêmico ou Universidade a qual está vinculada: UNIMEG - UNIOBEE
 Unidades que pretende pesquisar: PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEISA.

A quem pretende entrevistar? (listar nomes e/ou funções e quantidades)
PROFESSORES (APLICAR QUESTIONÁRIO).
ALUNOS (APLICAR QUESTIONÁRIO).

Tempo de duração da pesquisa na Unidade Prisional: 06 meses
 Data de Início da Pesquisa: 03 / 08 / 2018
 Término: 31 / 12 / 2018
 Número de visitas previstas: _____

Haverá a utilização de imagens/áudio, tais como gravações, fotografias, filmagens? Se sim, especificar.

NÃO.

Ciente de que esses dados são verdadeiros assino o presente documento me comprometendo a informar qualquer alteração dessas informações no decorrer da pesquisa.

Data: 29/08 / 2018.

Marcos Melo de Oliveira
Assinatura



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE – USO DE IMAGENS/ÁUDIO

Eu, Ulisses Nob de Oliveira

Identidade nº MG-10.344.591

Profissão Agente de Segurança Penitenciária

Responsabilizo-me pela apuração e divulgação das informações obtidas na Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais com a finalidade de promover o desenvolvimento científico e humano, respeitando integralmente a legislação em vigor, especialmente o Artigo 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil; Lei nº 8159, de 08/01/1991, Artigo 6º, Decreto nº 45.969, de 24 de maio de 2012. Reconhecendo, portanto a minha responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso indevido.

Ulisses Nob de Oliveira, 29 de Agosto de 2018.

Ulisses Nob de Oliveira

(assinatura)

3 QUESTÕES NORTEADORAS/PROBLEMA DE PESQUISA

Como a análise sobre a tônica e os preceitos adotados na seleção de filmes aplicados na escola da Penitenciária de Uberlândia pode contribuir com o ensino e a aprendizagem dos alunos encarcerados? Como pensar metodologias que contribuam com o ensino e aprendizagem do aluno privado de liberdade?

4 JUSTIFICATIVA

No cárcere é corriqueiro e cultural o uso de alcunhas. Minha experiência de 14 anos no meio prisional me proporcionou conhecer o “Hulk, Homem Aranha, Batman, Robin, Rei Artur, Bim Laden, Mestre dos Magos, Madinbu, Zeca Urubu, Zé Colméia, Catatau, Gargamel, o Pica Pau”, entre outros. Esses apelidos sempre me chamaram a atenção, em especial por estarem ligados a personagens de filmes e desenhos. Outra constatação no cárcere é a presença da escola e dos professores, muitos desses fazem o uso do cinema como método de aprendizagem.

Quando se fala em educação nas prisões, faz-se necessário compreender a priori, o que a legislação traz sobre o assunto. Nosso país como membro da Organização das Nações Unidas esta sujeito às regras estabelecidas na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Dentre estas normas consta que toda pessoa tem direito à educação. No mesmo sentido, a Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece em um de seus artigos que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Entende-se que, se é para todos, não exclui ninguém. Para completar esse enlace de leis, devidamente concatenadas e articuladas, a lei de execuções penais brasileira de 1984 assegura que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Entre as formas de assistência consta a educacional.

Partindo dessa base teórica, passemos ao ensino prático, concreto. Um dos grandes desafios dos educadores na atualidade é fazer o aluno se interessar pelas aulas e, por consequência, aprender. Partindo dessa premissa, um dos recursos didáticos a serem utilizados pelos professores em sala de aula são os filmes. Obviamente, a escolha de filmes precisa englobar critérios, especialmente quando os discentes em questão são os privados de liberdade. Critérios que não estimulem a estes alunos atentar contra a segurança dos professores, dos servidores do estabelecimento penal e da sociedade. Essas escolhas, além do

identificamos e nos reconhecemos com alguns deles. Nesse sentido, o professor precisa seguir regras na escolha do recurso cinematográfico apropriado para que os discentes presos absorvam o conteúdo de aprendizagem sem que aflore durante e após a sessão, motivação para atos de violência, mau comportamento, enfim aspectos relacionados ao ambiente criminoso. Inibir essas subjetividades faz parte do caráter ressocializador da Educação de Jovens e Adultos como também das leis que tratam da recuperação dos encarcerados. Os ensinamentos não estão apenas em livros, nas palavras de Duarte (2009, p. 53):

A humanidade aprendeu, desde tempos imemoriais, que contar histórias era uma boa maneira de transmitir conhecimento e ensinar valores. O cinema não ficou imune a essa fórmula: uma “boa” história, narrando situações dramáticas que deixam entrever ensinamentos morais frequentemente tentam “ensinar” que “o crime não compensa”, o “bem sempre vence” e “o verdadeiro amor sobrevive a todas as intempéries”.

Por fim, o cinema é um excelente método didático que agrega valores e auxilia no conhecimento dos alunos encarcerados, desde que seu uso seja planejado e articulado.

5 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Este estudo é de cunho social, tendo como universo o sistema prisional de Minas Gerais e como amostra os estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia. Essa escolha se justifica, pois dos 15 anos de carreira no sistema prisional mineiro, laboro há 12 anos na Penitenciária. O método utilizado é uma pesquisa bibliográfica com estudo de campo, pautando-se no enfoque misto, quali-quantitativo. Na definição de Hernandes Sampieri (2013, p. 550).

Os métodos mistos representam um conjunto de processos sistemáticos e críticos de pesquisa e implicam a coleta e a análise de dados e qualitativos, assim como sua integração e discussão conjunta, para realizar inferências como produto de toda a informação coletada (metainferências) e conseguir um maior entendimento do fenômeno em estudo.

Como instrumentos de coleta de dados serão utilizados questionários mistos (perguntas objetivas e subjetivas) a serem aplicados aos professores e esses aplicarão aos discentes presos. Foi realizado um levantamento bibliográfico/estado da arte a fim de se conhecer/aprofundar no tema pesquisa; assim como sobre a legislação e documentos que regulam o Ensino de Jovens e Adultos no sistema prisional uberlandense. Para uma avaliação

sobre a percepção dos alunos sobre os filmes usados e a didática empregada nas aulas, além do questionário serão feitas observações, com autorização dos professores e demais profissionais envolvidos, sobre algumas aulas ministradas na unidade prisional.

A análise dos dados obedecerá à quantificação do público participante, com o estudo de suas respostas devidamente explicadas e principalmente a contextualização de tudo que foi coletado, com base no estado do conhecimento.

Uma limitação será a impossibilidade de coleta de dados diretamente aos discentes presos por questões de segurança deles e também do pesquisador.

6 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem por objetivo oportunizar as pessoas que não concluíram a escolarização regular na idade apropriada, a retomada, continuidade e conclusão dos estudos. No sistema prisional podemos acrescentar o papel ressocializador que a educação possui, principalmente por oportunizar ao discente preso, a alfabetização e quando já alfabetizado, a possibilidade por meio do estudo de sonhar e construir perspectivas boas para mudar de vida, de sair do mundo do crime. Nas palavras de Freire (2000, p. 31), “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Notadamente, é um desafio aos professores transformar as aulas em encontros atraentes e interessantes, que propiciem aos alunos o fim principal da educação, que é a aprendizagem. Um dos recursos para atingir essa finalidade são os filmes. Duarte (2009, p. 18) defende o uso do cinema como fonte de conhecimento.

Por incrível que pareça, os meios educacionais ainda veem o audiovisual como mero complemento de atividades verdadeiramente educativas, como a leitura de textos, por exemplo, ou seja, como um recurso adicional e secundário em relação ao processo educacional propriamente dito. Defendemos o direito de acesso amplo e universal ao conhecimento, mas não defendemos o direito de acesso ao cinema – o Brasil é um dos países em que o ingresso de cinema está entre os mais caros do mundo. Até quando ignoraremos o fato de que cinema é conhecimento? Enquanto os livros são assumidos por autoridades e educadores como bens fundamentais para a educação das pessoas, os filmes ainda aparecem como coadjuvantes na maioria das propostas de política educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira define que a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, com a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. – 5. Ed. – Porto Alegre: Penso, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Roseli Pereira. **Cinema e Educação**. São Paulo: Cortez, 2007.

Palavras-chave: Filmes. Educação de Jovens e Adultos. Privados de Liberdade.

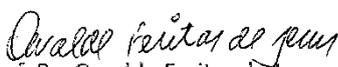


Reconhecida pela Portaria nº 544 - MEC de 25/10/1988 -
[D.O.U. 26/10/1988].
Campus Uberlândia/MG - Fora de Sede Criado pela Portaria
nº 2.728 - MEC de 25/09/2002 - [D.O.U. 27/09/2002].
Credenciada pela Portaria nº 1871 - MEC de 02/06/2005 -
[D.O.U nº 105, de 03/06/2005].

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos MARCOS MELO DE OLIVEIRA, R.G.: MG- 10.377.591, CPF: 010.381.116-84, aluno (a) regularmente matriculado (a) no Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica (PPGEB), da Universidade de Uberaba (UNIUBE), que pretende realizar a pesquisa intitulada "Cinema na Prisão: (RE) Visitando as Metodologias" nesta Instituição de Ensino, orientado pela Profª. Drª. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho. Dessa forma, solicitamos anuência para realização da pesquisa supracitada e aplicação de um questionário aos docentes e aos alunos prisionais.

Uberlândia, 07 de agosto de 2018.


Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
Vice - Coordenador do PPGEB

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CINEMA NA PRISÃO: (RE) VISITANDO AS METODOLÓGIAS ATIVAS

Pesquisador: MARCOS MELO DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 86722518.1.0000.5145

Instituição Proponente: Sociedade Educacional Uberabense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.749.232

Apresentação do Projeto:

O protocolo foi colocado em pendência dada "a ausência de modelo do TCLE, dos critérios de inclusão e exclusão de participantes e diante a necessária complementação dos documentos que viabilizem o esclarecimento dos participantes sobre os benefícios e riscos da pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa do tipo misto, com enfoque quali-quantitativo, para fins de dissertação de mestrado, com 115 presos e 15 professores. Toma como base ser a "educação no Brasil direito de todos e por isso também dos privados de liberdade. A legislação sobre o tema existe, desde a Declaração Universal de Direitos Humanos, passando pela nossa Constituição Federal de 1988 e também por leis infraconstitucionais. A educação no sistema prisional brasileiro tornou-se realidade faz alguns anos, em Minas Gerais, desde 2006, a educação para privados de liberdade acontece e se aperfeiçoa a cada ano. A partir desse contexto, esta pesquisa será realizada na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia-MG e

pretende verificar por meio de questionário e de observações, como os professores utilizam o cinema como recurso didático em sala de aula. Aplicar

-se-á também aos privados de liberdade questionário para entender qual o significado do cinema em seu processo de aprendizagem. Saber dos

professores, quais são seus critérios para escolha de filmes, qual momento são escolhidos e seu conhecimento sobre a legislação envolvendo o tema é primordial para o estudo. Entender qual o significado para os presos, do cinema em sala de aula, como recurso de aprendizagem também

Endereço: Av.Nene Sabino, 1801

Bairro: Universitário

CEP: 38.055-500

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3319-8950

Fax: (34)3314-8910

E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 2.749.232

será fundamental para a pesquisa. Da Contextualização das respostas será possível extrair qual o status que os filmes ocupam no processo de ensino aprendizagem dos privados de liberdade. Um obstáculo ao pesquisador é a impossibilidade de aplicar o questionário diretamente aos alunos presos, uma vez que é servidor do sistema prisional à [sic] quase 15 anos. A identificação do pesquisador para os privados de liberdade nesta pesquisa é irrelevante para os resultados. A desnecessidade de identificação se justifica, pois caso saibam que o pesquisador é servidor podem não querer responder ao questionário ou não fazê-lo com imparcialidade. Assim serão os professores do sistema prisional que aplicarão o questionário. A grande pretensão da pesquisa é contribuir para o aperfeiçoamento do uso de filmes como recurso didático. Pensar e elaborar metodologias que possam subsidiar o trabalho dos professores no uso do cinema com recurso didático e contribuir para a otimização da educação no sistema prisional são os grandes objetivos do pesquisador".

A pesquisa compreenderá estudos bibliográficos, documentais e de campo, quando serão aplicados questionários aos detentos e professores e realizadas observações. A análise dos dados prevê "o estudo de suas respostas devidamente explicadas e principalmente a contextualização de tudo que foi coletado, com base no

estado do conhecimento". A análise quantitativa observará os seguintes critérios:

"1 – Fidedignidade: trabalharei os dados que forem colhidos de forma fidedigna, ou seja, tudo o que for colhido, será mantido em sua integralidade e não será alterado, modificado ou maquiado.

2 – Validade: utilizarei os dados, durante o levantamento bibliográfico, de observação e na aplicação de questionário, que sejam relevantes e válidos para se alcançar o objetivo da pesquisa.

3 – Análise de conteúdo: Laurence Bardin será utilizada para analisar o conteúdo.

Tratamento dos Dados Quantitativos: Esses dados serão trabalhados observando-se os seguintes critérios:

1 – Representatividade: a partir dos questionários será possível representar qual percentual de participação dos sujeitos e contextos que a pesquisa se refere.

2 – Estatística Descritiva: a partir da obtenção de números será possível apontar as características do grupo pesquisado".

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

Endereço: Av.Nene Sabino, 1801

Bairro: Universitário

CEP: 38.055-500

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3319-8950

Fax: (34)3314-8910

E-mail: cep@uniube.br

UNIVERSIDADE DE UBERABA - 
UNIUBE

Continuação do Parecer: 2.749.232

Verificar que critérios são adotados pelos professores na escolha de filmes como método de ensino e pensar metodologias que possam ajudar o processo de ensino aprendizagem dos alunos da Educação de Jovens e Adultos da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga em Uberlândia.

Objetivo Secundário:

1 - Estudar o projeto pedagógico da Escola Estadual Mário Quintana (escola que funciona dentro da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga) e a legislação pertinente contemplando o uso de filmes como estratégia de ensino no sistema prisional. 2 - Analisar por meio de questionário, a visão do aluno preso sobre as possibilidades de aprendizagens com filmes. 3 - Entender por meio de questionário, se os professores utilizam filmes como recursos pedagógicos, com qual frequência, em qual momento são escolhidos e se conhecem a legislação sobre o uso do cinema como recurso didático. 4 - Contextualizar como o projeto pedagógico contempla a aprendizagem dos alunos. 5 - Elaborar metodologias que possam subsidiar critérios a serem utilizados pelos professores na escolha de filmes para a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em que pesem alguns problemas relacionados aos significados e detalhamentos operacionais da análise qualitativa e quantitativa dos dados, a pesquisa tem potencial para oferecer aos participantes benefícios, mesmo que indiretos e não imediatos, com possibilidade de superar os eventuais riscos. A pesquisa poderá contribuir para a otimização da aprendizagem dos privados de liberdade pelo uso do cinema como recurso didático. Os riscos estão indicados e as medidas protetivas também seguem apontadas.

Retira-se do projeto:

"Riscos:

Como toda pesquisa com seres humanos, há risco para o constrangimento ou desconforto por parte do participante da pesquisa, uma vez que responderá questionários e também em razão do desenrolar da própria pesquisa. Se isso vier a ocorrer ao participante é facultado desistir. A identidade dos participantes serão preservadas [sic], isto é, em vez de seu nome será usado uma incógnita para identifica-lo. O material coletado será guardado por 5 anos em lugar seguro, após o que será incinerado".

Retira-se do projeto:

Endereço: Av.Nene Sabino, 1801

Bairro: Universitário

CEP: 38.055-500

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3319-8950

Fax: (34)3314-8910

E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 2.749.232

"Benefícios:

A educação é direito de todos, incluindo-se para àqueles que estão privados de liberdade. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para a melhora da educação disponibilizada aos presos. Entender o uso do cinema como recurso de aprendizagem aos privados de liberdade e a partir disso contribuir para que tal recurso seja otimizado pelos professores dentro das prisões".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância social e científica. Apresenta-se viável e a metodologia guarda coerência com os objetivos previstos. Pode contribuir para melhorar a educação oferecida aos privados de liberdade; garantindo-lhes assim um não apenas um direito universal, mas uma prática mais próxima dos padrões de qualidade desejáveis e esperados; favorecendo ainda a otimização da educação no sistema prisional como um todo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo, embora ainda com alguns problemas relativos ao conteúdo dos TCLE com a permanência de identificação da instituição proponente como sendo um polo, descrição da metodologia de análise dos dados com conteúdo insuficiente. São apresentados os seguintes documentos: projeto em formato PB, os critérios de inclusão e exclusão, os TCLE para os presos e para os professores.

Recomendações:

Do ponto de vista ético, o proposto atende, enquanto o que pretende em relação aos participantes não traz riscos à sua dignidade, não acarreta malefícios e não fere a sua integridade física e moral. Porém, reitera-se a importância de refinar a metodologia de análise de conteúdo e a que se refere à estatística descritiva, pois pode significar melhor exploração dos dados obtidos e favorecer conclusões mais consistentes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Quanto às diretrizes éticas, no essencial o protocolo atende. Aos participantes são destinados cuidados relativos ao sigilo de seus dados e os benefícios da pesquisa superam os riscos. Nesse sentido, mesmo que aspectos de caráter metodológico ainda possam merecer maiores cuidados teóricos, somos de parecer que o projeto seja aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em 02/07/2018 a plenária votou de acordo com o relator, pela aprovação da proposta, lembrando

Endereço: Av.Nene Sabino, 1801
Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
UF: MG Município: UBERABA
Telefone: (34)3319-8950 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR
Marcos Melo de Oliveira

010.381.116-84

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 10.377.591

DATA DE EXPEDICAO 08/09/1979

NOME MARCOS MELO DE OLIVEIRA

PLACAO ANTONIO RAIMUNDO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE RITA EMILIA DE MELO OLIVEIRA

ITAUQUERA-SP

DATA DE NASCIMENTO 6/3/1979

DOC ORIGEM MASC. LV-354 FL-243

ITAUQUERA-SP

CPF 010.381.116-84

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

010.381.116-84

MARCOS MELO DE OLIVEIRA

06/03/13/9





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
Subsecretaria de Segurança Prisional

Processo nº 1450.01.0091379/2018-36

Procedência: Despacho nº 4734/2018/SEAP/SUSEP

Destinatário(s): Penitenciária Professor João Pimenta da

Veiga

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2018.

Assunto: Pesquisa acadêmica

DESPACHO

Prezado Diretor,

Incumbiu-me o Subsecretário de Segurança Prisional informar a V. Sa. que a consulta sistêmica e autorização dos visitantes deverá ser realizada no âmbito da Assessoria de Informação e Inteligência da Unidade Prisional.

Caso a Unidade Prisional identifique algum impedimento para o pretense visitante deverá remeter a informação à Agência Central de Inteligência (Assessoria de Informação e Inteligência - AI /SEAP), bem como encaminhar com antecedência a agenda de visitas para conhecimento da Assessoria.

Atenciosamente,

Matheus Costa Souza

Assistente Executivo de Defesa Social
 Assessoria de Gabinete SUSEP



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Costa Souza, Servidor(a) Público(a)**, em 09/10/2018, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1979364** e o código CRC **B58FFFA4**.

Referência: Processo nº 1450.01.0091379/2018-36SEI nº 1979364